

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- MESTRADO E DOUTORADO –
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Alcione Talaska

**ESTRUTURA AGRÁRIA E RECONFIGURAÇÃO FUNDIÁRIA – O CASO DA
REGIÃO DO COREDE NORTE/RS**

Santa Cruz do Sul, março de 2010.

Alcione Talaska

**ESTRUTURA AGRÁRIA E RECONFIGURAÇÃO FUNDIÁRIA – O CASO DA
REGIÃO DO COREDE NORTE/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.


Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Virgínia Elisabeta Etges

Santa Cruz do Sul, março de 2010.

Alcione Talaska

**ESTRUTURA AGRÁRIA E RECONFIGURAÇÃO FUNDIÁRIA – O CASO DA REGIÃO
COREDE/RS**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.


Dra. Virginia Elisabeta Etges
Professora Orientadora


Dr. Silvio Cezar Arend


Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

AGRADECIMENTOS

Durante as caminhadas para elaboração deste estudo muitas foram as pessoas que contribuíram direta e indiretamente, de modo que é difícil, humanamente impossível, citar todos os nomes. Mas sem dúvidas as colaborações, conselhos e estímulos estão, de uma ou outra forma, representados nesta pesquisa. Não posso deixar de expressar minha gratidão, particularmente:

Aos meus pais, Gabriel e Lídia, minhas irmãs, Adriana e Camila, e meu cunhado, Daniel, pelo apoio constante em todos os momentos da minha vida;

Aos professores do curso de Geografia da Unochapecó, em especial aos professores e amigos Leonel Piovezana e Rógis Bernardy, pelos incentivos e apoio;

À minha querida orientadora, Virginia Elisabeta Etges, que com seus conhecimentos, sua dedicação, seu incentivo e amizade tornaram esta jornada mais amena e agradável;

Ao INCRA (Brasília) pela brevidade no envio dos dados e informações solicitadas; ao professor Silvio Cezar Arend pelas contribuições no cálculo do índice de Gini; à professora Érika Collishonn (laboratório de Cartografia da UNISC) pelos auxílios e primeiros contatos com o software Terraview;

Aos demais professores e secretárias do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR-UNISC) pela disposição, estando sempre presentes para ajudar e informar;

Aos colegas das turmas de mestrado e doutorado e aos amigos conquistados durante a minha trajetória e permanência em Santa Cruz do Sul, particularmente à Almir Arantes e José Antonio Farias Assumpção, pela convivência, pelos estudos e pelos debates durante as madrugadas das quartas e quintas-feiras. Agradeço também aos amigos Marcos Paulo Dhein Griebeler, Diônifer Alan da Silveira, Tiago Costa Martins e Péricles Purper Thiele pelas histórias e contribuições.

Minha gratidão também à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa de pesquisa, que muito contribuiu para que este trabalho se concretizasse.

RESUMO

O presente estudo buscou, através de uma sistematização de informações em nível regional, analisar a estrutura agrária da região do Conselho Regional de Desenvolvimento Norte do Estado do Rio Grande do Sul (COREDE Norte/RS), dando ênfase aos processos de reconfiguração fundiária e de alterações do uso da terra ocorridos entre 1992 e 2006. Apoiamo-nos, para isso, numa abordagem descritivo-comparativa, fundamentada em estudo de caso, e em informações secundárias, coletadas principalmente junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os procedimentos da pesquisa basearam-se na verificação dos indicadores da concentração fundiária, através do cálculo do índice de Gini, na verificação e comparação entre o número e a área dos imóveis rurais e dos estabelecimentos agropecuários e na identificação das alterações do perfil fundiário da região. Esses procedimentos possibilitaram, juntamente com a identificação dos tipos de uso e das alterações no padrão do uso da terra na região, a verificação de algumas relações entre os índices de concentração fundiária e a especialização em determinadas formas de uso da terra, como também, a elaboração de uma regionalização como expressão dos processos de reconfiguração fundiária e alterações do uso da terra na região no período estudado. Como resultados, verificamos que o processo de reconfiguração fundiária da região do COREDE Norte/RS teve como característica principal a desconcentração fundiária; a redução das áreas ocupadas com pastagens; a redução das áreas ocupadas com os cultivos de milho, soja, feijão, arroz, mandioca, batata-inglesa, tangerina e uva; o aumento das áreas ocupadas com os cultivos de trigo, cevada, erva-mate, laranja, fumo, pêssego e cana-de-açúcar e o aumento das áreas ocupadas com matas e florestas. Como conclusão, assinalamos que a configuração da estrutura fundiária é resultado e ao mesmo tempo condição tanto de processos decorrentes do uso da terra, como de questões socioeconômicas. Nesse aspecto, o sentido da causalidade da reconfiguração fundiária não é precisamente definido, mas pode-se dizer que é influenciado por diversos fatores interligados que, entendidos como processo histórico, produzem e sofrem transformações de caráter social, econômico e ambiental na região.

Palavras-chave: estrutura agrária, estrutura fundiária, uso da terra, regionalização

ABSTRACT

This study tried to analyze, through a systematization of information in a region level, the agrarian structure at the Conselho Regional de Desenvolvimento Norte do Estado do Rio Grande do Sul region (COREDE Norte/RS), emphasizing the processes of land reconfiguration and alterations in the usage of the land occurred between 1992 and 2006. We got based, to this, in a descriptive-comparative approach, reasoned in a study case and, in secondary information, collected mainly at the Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) and at the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). The research procedures were based in the verification of the indicators of land concentration, through the calculation of Gini index, in the verification and comparison between the number and area of the rural properties and the agricultural establishments and in the identification of the alterations of the land profile in the region. These procedures allowed, together with the identification of the usages and alterations in the standard usage of the land in the region, the verification of some relation among the indexes of land concentration and the specialization in certain usages of the land, as well, the elaboration of a regionalization as an expression of the processes of land reconfiguration and alterations on the usage of the land in the study period. As some results, we verified that the process of the land reconfiguration of COREDE Norte/RS region had as a main characteristic the land devolution; the reduction of the occupied lands as pasture; the reduction of the occupied lands with the cultivation of corn, soybean, bean, rice, cassava, potatoes, tangerine and grape; the increase of the occupied lands with the cultivation of wheat, barley, mate, orange, tobacco, peach and cane and the increase of the occupied lands with forests. As a conclusion, we pointed that the configuration of the land structure is a result and, at the same time, a condition either of the processes from the land usage or socioeconomic questions. In this aspect, the sense of causality of the land reconfiguration it is not precisely defined, but it can be said that it is influenced by many linked factors that, understood as a historical process, produce and suffer social, economic and environmental transformations in the region.

Key-words: agrarian structure, land structure, land usage, region.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01 – Rio Grande do Sul: Áreas de mata nativa e região onde se difundiram as colônias mistas.....	58
Ilustração 02 – Rio Grande do Sul: Microrregiões do IBGE – 1969 a 2006.....	60
Ilustração 03 – Rio Grande do Sul: Regionalização dos COREDEs – 1994, 1998, 2004 e 2006	62
Ilustração 04 – Rio Grande do Sul: Regionalização dos COREDEs no ano de 2009	63
Ilustração 05 – Rio Grande do Sul: Regionalização de Bandeira e César.....	65
Ilustração 06 – Rio Grande do Sul: Regiões Funcionais.....	66
Ilustração 07 – Linha férrea na região do COREDE Norte/RS.....	68
Ilustração 08 – Localização da região do COREDE Norte/RS	71
Ilustração 09 – Rede hidrográfica principal da região do COREDE Norte/RS	74
Ilustração 10 – Gráfico da série comparada do IDESE do Rio Grande do Sul e da região do COREDE Norte/RS (2003-2005)	75
Ilustração 11 – Região do COREDE Norte/RS: As 18 Unidades de Estudo	80
Ilustração 12 – Região do COREDE Norte/RS: Índice de Gini (1992-2003).....	84
Ilustração 13 – Região COREDE Norte/RS: Estrutura fundiária segundo a classificação dos imóveis rurais (1992 e 2003).....	87
Ilustração 14 – Região do COREDE Norte/RS: Gráfico da porcentagem do número e da área dos imóveis rurais (1992-2003)	89
Ilustração 15 – Região do COREDE Norte/RS: Evolução do número e da área dos imóveis rurais (1992-2003).....	92
Ilustração 16 – Região do COREDE Norte/RS: Evolução do número e área dos estabelecimentos agropecuários (1996-2006).....	96
Ilustração 17 – Região do COREDE Norte/RS: Uso da terra (2006).....	101
Ilustração 18 – Região do COREDE Norte/RS: Evolução do uso da terra (1996-2006).....	104
Ilustração 19 – Gráfico da evolução relativa da área ocupada das quatro principais culturas da lavoura permanente no total da área ocupada pela lavoura permanente na região do COREDE Norte/RS.....	108

Ilustração 20 – Gráfico da evolução relativa da área ocupada das principais culturas da lavoura permanente no total da área ocupada pela lavoura permanente na região do COREDE Norte/RS	113
Ilustração 21 – Regionalização da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra na região do COREDE Norte/RS.....	127
Ilustração 22 – Regionalização da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra na região do COREDE Norte/RS, através do método Skater	129
Ilustração 23 - Dinâmica do processo de reconfiguração fundiária	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Evolução demográfica do Rio Grande do Sul e da região do COREDE Norte/RS	77
Tabela 02 – Índice de Gini das UEs da região do COREDE Norte/RS (1992-2003)	83
Tabela 03 – Região do COREDE Norte/RS: Reconfiguração da estrutura fundiária segundo a classificação dos imóveis rurais (1992-2003)	86
Tabela 04 – Região do COREDE Norte/RS: Evolução da estrutura fundiária segundo os estratos de área dos imóveis rurais (1992-2003)	88
Tabela 05 – Região do COREDE Norte/RS: Evolução do número e da área dos estabelecimentos agropecuários (1996-2006).....	95
Tabela 06 – Região do COREDE Norte/RS: Imóveis Rurais 2003 X Estabelecimentos Agropecuários 2006.....	98
Tabela 07 – Região do COREDE Norte/RS: Evolução do uso da terra (1996-2006).....	102
Tabela 08 – Região do COREDE Norte/RS: Principais culturas da lavoura temporária em área plantada	107
Tabela 09 – Região do COREDE Norte/RS: Participação dos estabelecimentos agropecuários na área colhida das principais culturas da lavoura temporária (1996).....	108
Tabela 10 – Região do COREDE Norte/RS: Principais culturas da lavoura permanente em área plantada	112
Tabela 11 – Região do COREDE Norte/RS: Participação dos estabelecimentos agropecuários na área colhida das culturas da lavoura permanente (1996).....	114
Tabela 12 – Região do COREDE Norte/RS: Índice de Gini e especialização do uso da terra	117
Tabela 13 – Região do COREDE Norte/RS: Índice de Gini e especialização do uso da terra pelos principais cultivos da lavoura	119
Tabela 14 – Região do COREDE Norte/RS: Evolução da área plantada dos principais cultivos da lavoura.....	123
Tabela 15 – Sub-região Norte-nordeste da Região do COREDE Norte/RS: Reconfiguração Fundiária (1992-2003).....	131
Tabela 16 – Sub-região Centro-sul da Região do COREDE Norte/RS: Reconfiguração Fundiária (1992-2003).....	133

Tabela 17 – Sub-região Oeste da Região do COREDE Norte/RS: Reconfiguração Fundiária (1992-2003).....	133
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Municípios integrantes da região do COREDE Norte/RS e suas respectivas áreas territoriais	72
Quadro 02 – Área territorial das unidades de estudo (UEs) da região do COREDE Norte/RS	79
Quadro 03 – Lista das variáveis utilizadas na regionalização da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra na região do COREDE Norte/RS, através do método Skater	128

LISTA DE ABREVIATURAS

COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
COREDEs	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
FEE	Fundação de Economia e Estatística
GEE	Grau de eficiência da exploração da terra
GUT	Grau de utilização da terra
HÁ	Hectare(s)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDESE	Índice de desenvolvimento socioeconômico
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
QL	Quociente locacional
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
SUPRA	Superintendência de Reforma Agrária
UEs	Unidades de estudo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
I. ESPAÇO, TERRITÓRIO E REGIÃO: REFERENCIAL TEÓRICO PARA UMA ANÁLISE DA REALIDADE AGRÁRIA DO COREDE NORTE/RS	19
1.1 Espaço e Território	19
1.2 Região	24
1.2.1 Região e o processo de regionalização	26
II. ESTRUTURA AGRÁRIA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA.....	31
2.1 Reflexões para o estudo do espaço agrário.....	33
2.1.1 Paradigma da Questão Agrária	33
2.1.2 Paradigma do Capitalismo Agrário.....	36
2.2 Propriedade da terra e reconfiguração fundiária.....	37
2.3 A formação da propriedade rural e seu processo de demarcação no Brasil	42
2.3.1 Implantação das capitâneas hereditárias e as sesmarias	42
2.3.2 Fim da concessão das sesmarias e a criação da Lei de Terras de 1850	44
2.3.3 A criação do Estatuto da Terra e os conceitos e definições para a análise da estrutura fundiária brasileira	46
2.3.4 O Cadastro de Imóveis Rurais no Brasil e a Lei 10.267 de 2001	50
III. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO RIOGRANDENSE	53
3.1 A primeira fase do processo de ocupação e formação do território riograndense.....	53
3.2 A segunda fase do processo de ocupação e formação do território riograndense	56
3.3 O território do Rio Grande do Sul e as suas divisões regionais.....	58
3.3.1 A formação da região do COREDE Norte/RS e seu entorno	67
3.3.2 COREDE Norte/RS: Caracterização Geral.....	71
IV. ESTRUTURA AGRÁRIA E RECONFIGURAÇÃO FUNDIÁRIA NA REGIÃO DO COREDE NORTE/RS	78
4.1 Estrutura fundiária na região do COREDE Norte/RS	81
4.2 O uso da terra na região do COREDE Norte/RS.....	100
4.2.1 A evolução do uso da terra na região do COREDE Norte/RS.....	100
4.2.2 Uso agrícola da terra na região do COREDE Norte/RS	106
4.3 Concentração da propriedade da terra e especialização do uso da terra na região do COREDE Norte/RS	115
4.4 Alterações do uso da terra e reconfiguração da estrutura fundiária na região do COREDE Norte/RS	121
4.4.1 Alterações do uso da terra e reconfiguração fundiária.....	121
4.4.2 Regionalização da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra na região do COREDE Norte/RS.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
ANEXO 01 – Área Plantada (ha) com as principais culturas da lavoura temporária	149

ANEXO 02 – Área Plantada (ha) com as principais culturas da lavoura permanente	151
ANEXO 03 – Gráficos da relação entre o Índice de Gini e a especialização dos usos da terra	152
ANEXO 04 – Gráficos da relação entre o Índice de Gini e a especialização do uso da terra pelas principais culturas da lavoura.....	153

INTRODUÇÃO

Historicamente, o processo e as formas de ocupação e apropriação da terra no Brasil foram decisivos na configuração da estrutura agrária do país. Devido a fatores decorrentes da exploração e ocupação da terra desde o período colonial, o sul do Brasil se configurou com características diferentes do restante do país. Estas características podem ser observadas principalmente pelos fatores decorrentes da ocupação tardia desse território, em relação a outras partes do país, e pelas políticas de imigração desenvolvidas pelos governos imperial e provincial, sucessivamente.

O território riograndense, que teve sua ocupação caracterizada pela apropriação das áreas de campo e posteriormente pela apropriação das áreas de mata, se consolidou com grandes disparidades fundiárias. Este processo se evidencia na formação de regiões onde predominam grandes e médias propriedades, organizadas socioeconomicamente em atividades da pecuária extensiva, alternada, em alguns casos, com a produção intensiva de arroz (região da Campanha) e regiões com predomínio de médias e pequenas propriedades, de produção diversificada, amparadas na utilização da mão-de-obra familiar e no uso não muito intensivo de tecnologias (região da Encosta do Planalto e do Planalto Riograndense).

Mesmo considerando este quadro geral de configuração do território gaúcho, devemos entender que no interior destas regiões existem especificidades na forma de repartição da terra e nas características de sua exploração. Estas especificidades podem ser resultantes de condições físicas ou ambientais, peculiares de determinadas áreas, e/ou ainda de modificações históricas, decorrentes do desenvolvimento de diferentes atividades produtivas, dinamizadas através da utilização de técnicas inovadoras que transformam a estrutura fundiária e a estrutura agrária¹ a partir dos interesses socioeconômicos dominantes em cada região.

Essas atividades produtivas, que determinam o uso da terra no espaço agrário, estão vinculadas a interesses de mercado e, com isso, observa-se uma dinâmica constante na qual as atividades mais rentáveis se expandem sobre as menos rentáveis, alterando e transformando as

¹ As expressões *estrutura fundiária* e *estrutura agrária* possuem significados diferentes. A primeira se refere basicamente à explicação da distribuição espacial das propriedades da terra em determinado território ou região. A segunda, em um sentido mais amplo, compreende, além da distribuição espacial das propriedades da terra, todas as atividades e conjuntos de relações que caracterizam o espaço agrário. No Capítulo 2, esta questão é mais bem caracterizada.

formas de uso da terra, o que, muitas vezes, acaba também influenciando a forma de posse e propriedade da terra. Assim, a configuração agrária de determinado espaço, território ou região depende de um conjunto de processos que se desenvolvem historicamente, e que vão modelando as formas tradicionais de apropriação, ocupação e utilização da terra, originando movimentos de reconfiguração fundiária, que se comportam de maneiras distintas em espaços diferentes.

Diante destas considerações, surge a necessidade de buscarmos um conhecimento mais sistematizado sobre a estrutura agrária e sobre o processo de reconfiguração fundiária em níveis regionais, de modo a diminuir distorções e generalizações encontradas em resultados de estudos com índices estaduais e nacionais². A necessidade desses estudos regionais se justifica na medida em que são realizados diagnósticos mais precisos do território, identificando problemas fundiários e apontando para realidades agrárias que, muitas vezes, são responsáveis pelo aprofundamento das desigualdades sociais no meio rural.

A verificação da configuração da estrutura fundiária, principalmente quando relacionada à apropriação, ocupação e uso da terra, permite estabelecer uma série de parâmetros acerca de determinadas formas de uso da terra e de determinadas atividades agropecuárias, nos processos de redistribuição das terras. Desse modo, buscamos analisar, neste estudo, a realidade agrária da região do Conselho Regional de Desenvolvimento Norte do Estado do Rio Grande do Sul (COREDE Norte/RS), região caracterizada pelo predomínio de pequenas e médias propriedades, identificando os processos de concentração ou desconcentração da propriedade da terra e estabelecendo algumas relações destes processos com o uso da terra e com as suas modificações no período compreendido entre 1992 e 2006.

Empregamos, nesta pesquisa, o método descritivo-comparativo, fundamentado no estudo de caso. Buscamos, como é indicado por Gil (2008), descrever a situação do contexto da realidade agrária da região do COREDE Norte/RS, verificando semelhanças e demonstrando as possíveis causas no que se refere à configuração fundiária e ao perfil do uso da terra na região, a ponto de proporcionar uma visão global do problema e identificar os possíveis fatores que os influenciam ou são por eles influenciados.

² Isso implica afirmar que impresso nos resultados das análises e diagnósticos realizados na estrutura agrária e fundiária estão questões de ordem escalar. As diferenças regionais, ou mesmo heterogeneidades intrarregionais, tendem a se tornarem menos visíveis quando o diagnóstico é realizado em grandes áreas, ocasionando a perda de detalhes importantes do espaço estudado. Ao contrário, quando se analisam extensões menores de área, a riqueza de detalhes é preservada, mantendo visíveis as características do espaço que está sendo analisado.

A metodologia deste estudo também seguiu as orientações descritas por Trivinõs (1987), onde num primeiro momento realizamos um aprofundamento das discussões teóricas, trabalhando com conceitos básicos, e realizando uma revisão do processo histórico sobre a temática em estudo. Posteriormente, buscamos informações e documentos sobre o tema, realizamos a coleta, a sistematização/agrupamento de dados, procurando interpretá-los, para, por fim, realizarmos a descrição das características e a análise da realidade agrária regional.

A dissertação foi estruturada de forma a atender o seu objetivo principal, sendo que os primeiros capítulos estabelecem as bases gerais da pesquisa. Assim, no primeiro capítulo, procuramos apresentar algumas abordagens teóricas indispensáveis à construção de um olhar regional sobre as características do meio geográfico. Buscamos, através da reflexão de vários autores, a sistematização dos conceitos de espaço, território e região, com o intuito de contribuirmos para o entendimento desses conceitos e interpretá-los, frente aos processos de transformação da realidade socioespacial em curso.

O segundo capítulo traz as principais características que compõe a estrutura agrária, conceituando os termos geralmente utilizados nestes estudos e realizando uma contextualização sobre as principais definições trazidas pelas leis que regiam e regem o processo de demarcação da posse e da propriedade da terra no Brasil.

No terceiro capítulo, abordamos o processo de formação do território do Rio Grande do Sul, onde evidenciamos as fases do processo de ocupação deste território, demonstrando e contextualizando as suas principais regionalizações. Demonstramos, ainda, em um recorte mais localizado, o processo de ocupação da região do COREDE Norte/RS e seu entorno, localizando geograficamente a região e explanando suas características fisiográficas e socioeconômicas.

No quarto capítulo realizamos a descrição e análise da realidade agrária da região do COREDE Norte/RS, no que se refere à propriedade, posse e uso da terra no período que se estende de 1992 a 2006. Este capítulo foi elaborado a partir de um enfoque que utiliza indicadores de concentração e de uso da terra, buscando identificar e relacionar o processo de reconfiguração fundiária com as formas e alterações do uso da terra, de modo a possibilitar a elaboração de uma regionalização respaldada nestas características.

Por fim, nas considerações finais, tecemos alguns comentários, apresentando de forma sintética os principais resultados da pesquisa, verificados no decorrer do estudo.

I. ESPAÇO, TERRITÓRIO E REGIÃO: REFERENCIAL TEÓRICO PARA UMA ANÁLISE DA REALIDADE AGRÁRIA DO COREDE NORTE/RS

O presente capítulo traz algumas abordagens teóricas indispensáveis para a construção de um olhar regional sobre características do meio geográfico. Tendo como objeto de estudo, a estrutura agrária com ênfase na estrutura fundiária na região do COREDE Norte/RS, realizamos algumas reflexões sobre os conceitos de espaço, território e região. Conceitos estes que contribuem para a compreensão dos fenômenos espaciais, possibilitando uma visualização e caracterização mais precisa sobre o objeto de estudo.

1.1 Espaço e Território

Etimologicamente o termo espaço, do latim *spatium*, se refere originalmente às relações entre formas de objetos e às relações dos movimentos dos objetos que se movem infinitamente. O espaço é visto como contínuo, ou como intervalo, no qual se estabelecem a direção dos movimentos e se posicionam os objetos, seguindo certa ordem (GOMES, 1995; GEIGER, 1996).

O espaço é um conceito de diversas interpretações. Na geografia tal conceito pode ser entendido, entre outras concepções, como o espaço natural e o espaço geográfico. O espaço natural é o espaço resultante de processos naturais e espontâneos do meio ambiente, sendo concebido como o espaço no qual o homem não exerceu influência e não realizou transformações em suas paisagens³. No entanto, na medida em que o espaço natural é modificado pelo homem, através da organização humana, é criada uma segunda natureza, uma natureza artificial, onde o homem imprime sua cultura, modela e humaniza o espaço, denotando assim, a sua transformação em espaço geográfico.

O conceito de espaço geográfico foi, ao longo da história da geografia, concebido por diferentes maneiras. Entretanto, não sendo nosso objetivo retomá-las, tomamos como

³ Considerada por Milton Santos (2004b) como um ponto determinado no tempo, a paisagem compreende dois elementos: os objetos naturais, que não são obra do homem e nunca foram tocados por ele; e os objetos sociais, testemunhas do trabalho humano. A paisagem é formada (ou transformada) pela acumulação de tempos, sendo que para cada lugar, para cada porção do espaço, essa acumulação é diferente e, portanto, suas modificações ocorrem em ritmos e intensidades diferentes.

referência a definição expressa por Santos (2004a, p.21) que indica o espaço como sendo o “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Tal noção de espaço torna possível o reconhecimento das categorias analíticas internas do espaço, como por exemplo: a paisagem, a configuração territorial e o espaço produtivo.

Além disso, Santos (2004a, p.63) relata que o espaço é formado por

um conjunto indissociável, solitário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por outros objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina.

Assim, entendemos que o espaço geográfico é o resultado das transformações realizadas pelo homem no ambiente em que vive, ao longo do tempo. O espaço geográfico não é estático no tempo. Ele está em constante modificação, seja por mudanças na organização da sociedade, nos usos dos recursos naturais, seja nas técnicas e modos de produção e reprodução do espaço vivido.

Não obstante, Milton Santos (2004a e 2004b) considera que o espaço se constitui como a matriz sobre as quais novas ações substituem as ações passadas, sendo imprescindível compreender as categorias do passado para apreender o presente⁴. Nesse entendimento, corrobora-se que a “extensão histórica do ecúmeno⁵, a intensificação da mobilidade dos homens, a formação dos Impérios, forma[m], entre outras, razões para o emprego crescente da expressão espaço geográfico, que contém em si o território” (GEIGER, 1996, p.236).

Em nossos dias, como afirma Corrêa (1996) e Santos (2004b), o espaço é apropriado, ou ao menos comandado, segundo leis. Mas o território não é sinônimo de espaço, o território se constitui em um conceito revestido da dimensão política, afetiva, ou ambas. A palavra território “deriva do latim *terra* e *torium*, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas a sua apropriação” (CORRÊA, 1996, p.251). Nesse sentido, segundo Corrêa da Silva (1996), o território pode estar relacionado ao domínio de um evento natural ou humano, pode ser um

⁴ Insere-se nesta afirmativa, que a utilização de certas categorias e conceitos da análise espacial, possibilitam uma melhor compreensão da complexidade da apropriação do espaço geográfico. Categorias como o território e região (abordados mais adiante) possibilitam através de um dado recorte espacial uma melhor compreensão da realidade e dos aspectos espaciais estudados

⁵ Parte habitada e cultivada da terra.

rio, uma montanha, um deserto, pode ser o resultado de povoamentos e migrações ou mesmo um simples pedaço de uma rua⁶.

O território é entendido como uma parte, uma parcela do espaço, que incorpora e controla determinada área geográfica e, segundo Andrade (1995), sua formação dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, criando uma consciência de confraternização entre elas, a ponto de fazê-las se sentirem enraizadas ao seu espaço vivido.

O conceito de território não se confunde com o de espaço ou de lugar, o território não deixa de ser um espaço, é um espaço de relações que exprime manifestações e está ligado a ideia de poder, de domínio. A sua abordagem pioneira, segundo Raffestin (1993), Andrade (1995) e Moraes (1999) foi formulada pelo geógrafo Frederico Ratzel no final do século XIX, que através de seus estudos sobre a Geopolítica, legitimou e consolidou o conceito de território. Ratzel se preocupava com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território, para ele a garantia de determinado grupo social que vivia em determinado território dependia do Estado, exprimindo desta forma a concepção de território ligado a ideia de Estado-Nação.

Outra importante contribuição para a compreensão do território foi a obra *Por uma Geografia do Poder* do geógrafo francês Claude Raffestin (1993) – publicado originalmente em 1980. Raffestin tem a concepção de território como posterior ao espaço e muito além do poder do Estado-Nação. Defende a existência de múltiplos poderes que se manifestam em diferentes níveis e assumem uma territorialidade no espaço físico, dando forma ao território. Nas palavras do autor,

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Para Raffestin (1993, p.144)

⁶ Quanto ao surgimento de sua concepção, o território, segundo Costa (2002), teve duas grandes vertentes interpretativas. Num extremo, se encontra o território concebido pelos naturalistas, enquanto no outro, se encontra uma concepção mais etnocêntrica do território. A concepção naturalista vê o território, de um lado, por um sentido físico, material, como inerente ao próprio homem, e por outro lado, vê o território como espaço envolvido pelo campo sentimental do homem, sobrevalorizando, dessa forma, a afetividade do homem com seu espaço. Já a concepção etnocêntrica vê o território como se fosse uma construção puramente humana, social, ignorando toda a relação sociedade-natureza, como se o território pudesse prescindir de toda base natural.

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é de certa forma “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática, dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar.

O território, portanto, se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço, onde os atores o territorializam através de relações originadas pelo trabalho e marcadas pelo poder, e esse poder exercido por pessoas, classes ou grupos sociais (RAFFESTIN, 1993). Tal poder, segundo Neves (1996), se realiza sobre o conteúdo do espaço, transformando-o em território, não somente pelas forças econômicas, mas também pelas características culturais.

Partindo dessa afirmativa, a apropriação do espaço, como demonstrado por Neves (1996), pode estar associada ao controle físico do espaço, à sua dominação econômica e política, ou a uma apropriação mais subjetiva, uma apropriação simbólica em que se estrutura através de vínculos de identidade social e identidade territorial, o que é corroborado por Costa (2002).

Nesse enfoque, o geógrafo Rogério Haerbaert da Costa procura operacionalizar o conceito de território em um sentido mais amplo, concebendo-o a partir de uma abordagem multidimensional. Costa (2002, p.121) sintetiza que “o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio [...] do espaço e sua apropriação simbólica”. Sendo assim, o território pode

estender-se desde um nível mais físico ou biológico (como seres com necessidades básicas como água, ar, abrigo para repousar) até um nível mais imaterial ou simbólico (seres dotados do poder da representação e da imaginação e que a todo instante re-significam o seu meio e se expressam por ele), incluindo todas as distinções de classe socioeconômica, gênero, grupo etário, etnia, religião, língua etc. (COSTA 2005a, p.20)

Nessa concepção mais ampla, multidimensional, Costa (2005b) propõe uma maior versatilidade ao conceito de território. Costa analisa o território em três dimensões: a dimensão política, a dimensão cultural e a dimensão econômica.

Na dimensão política, Costa (2005b) se refere às relações espaço-poder, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal. Na dimensão cultural, o autor prioriza a dimensão simbólica em que o território é visto como um produto da valorização simbólica e

social de um grupo em relação ao seu espaço vivido. E na dimensão econômica, o autor enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, onde o território é visto como um produto espacial originado de processos de desterritorialização⁷.

Ao se falar de território se está fazendo referência implícita à noção de limite, que se manifesta pela relação de um determinado indivíduo ou grupo, ou mesmo por suas atividades, com uma porção do espaço. Segundo Corrêa (1996, p.251-252) “há vários territórios recobrando a superfície da Terra. Cada um apresenta uma específica dimensão e conteúdo, sendo apropriado, vivenciado e percebido diferentemente pelos diversos agentes”. Dessa forma, o território se constitui num “conceito subordinado a [...] outro mais abrangente, o espaço”, sendo o território, segundo Corrêa da Silva (1996), uma evidência do lugar, e um pressuposto do espaço, pois o espaço é o maior lugar possível.

Santos e Silveira (2001, p.21) revelam também que por território se entende a extensão apropriada e usada do espaço, sendo que o

uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, [...] [e] também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico.

Tendo o conceito de território diversas abordagens, o que se define é que sua formação está diretamente relacionada à história, aos períodos históricos. O processo de “construção do território é, pois, simultaneamente, construção / destruição / manutenção / transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve” (OLIVEIRA, 2009, p.06) .

A delimitação do território deriva da materialização do uso do espaço e é expressa por relações de poder, de forças, de fraquezas, sejam elas econômicas, políticas, ou ainda vinculadas a questões sociais e culturais, capazes de originar uma formação socioespacial. O território pode ser entendido como o espelho das mudanças sociais, ambientais, econômicas e

⁷ A desterritorialidade, segundo Corrêa (1996, p.252), é entendida “como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território”. Corrêa define também que, como antônimo a desterritorialidade estão as re-territorialidades ou novas territorialidades. Esta categoria, por assim dizer, corresponde à criação de novos territórios, tanto pela “reconstrução parcial [...] de velhos territórios, [tanto por] meio de [sua] recriação parcial, e em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território”.

políticas, sendo reconhecido como o resultado das relações homem/ambiente, da organização e controle do espaço.

1.2 Região

A relação entre uma ciência e seu aporte teórico é constituída por conceitos e categorias que permitem a sua aproximação com a realidade. A definição de conceitos utilizados amplamente em estudos e análises espaciais, muito tem instigado pesquisadores de várias ciências, principalmente os da área da geografia. A constante reformulação teórica demonstra a preocupação em se perseguir a realidade, interpretando-a e inferindo sobre as transformações dialéticas do espaço, do território. Neste particular, a maior atenção sempre esteve a cargo dos geógrafos, os quais sempre estão instigados a diferenciar e clarear os conceitos da análise espacial.

É nesse sentido, como bem demonstrou Roberto Lobato Corrêa (2005) em entrevista à revista *Discente Expressões Geográficas*, que o conceito de região sustenta longa tradição na geografia. É um conceito permanente, porém não congelado. Foi submetido a inúmeras reinterpretações, o que denota a sua força e confirma que foi através dele que a geografia ganhou identidade frente às outras ciências.

Discutindo o conceito de região, Gomes (1995, p.49) afirma que o mais importante não é estabelecer “uma validade restritiva para este conceito, como se a ciência fosse um tribunal onde se julgasse o direito de vida ou de morte das noções”. Parece mais conveniente perceber a “existência da noção de região em outros domínios [...], reconhecendo, ao mesmo tempo, a variedade de seu emprego no âmbito da própria ciência e particularmente da geografia”.

Além disso, Gomes (1995, p.50) afirma que a ciência “deve procurar nos diferentes usos correntes do conceito de região suas diferentes operacionalidades, ou seja, os diferentes recortes que são criados e suas respectivas instrumentalidades”. Assim, se deve distinguir as diferentes esferas em que o conceito de região é utilizado, seja no senso comum, na variedade

de interpretações que ele possui na geografia, ou ainda como um termo para outras disciplinas⁸.

Segundo Gomes (1995), Corrêa (1997) e Lencione (2003) a palavra região é composta pelo radical *reg*, que também deu origem a outras palavras como regente, regra, etc. A sua origem etimológica deriva do latim *regere* que significa governar, o que atribui ao termo região, em sua concepção original, uma conotação eminentemente política, se referindo à unidade político-territorial que dividia o Império Romano.

Regione nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma. Alguns filósofos interpretam a emergência deste conceito como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge, de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial. A contribuir com esta interpretação existe também o fato de que outros conceitos de natureza espacial tenham sido enunciados nesta mesma época, como o conceito mesmo de espaço (*spatium*) [...] ou ainda o conceito de província (*provincere*). (GOMES, 1995, p. 49-50)

A noção de região se originou da necessidade de articulação entre o poder centralizado e sua extensão sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial, exigindo a segmentação do espaço. O termo região passa então, como afirma Corrêa (1997), a designar uma dada porção da superfície da terra, que por diferentes razões e critérios se diferenciava de outra porção.

Segundo Gomes (1995, p.52), o surgimento do estado moderno recoloca as discussões sobre as unidades espaciais. Isso porque este período caracterizava-se pela “redefinição da autonomia do poder, da cultura, das atividades produtivas e [dos] limites territoriais” dos estados europeus. Esse período vivencia o renascimento das discussões em torno dos conceitos e estudos de ordem espacial, e o surgimento de um campo disciplinar especificamente geográfico.

Através de um olhar histórico, Gomes (1995, p.52) afirma de forma resumida, que o conceito de região

tem implicações fundadoras no campo da discussão política, da dinâmica do Estado, da organização da cultura e do estatuto da diversidade espacial; [...] possui um inequívoco componente espacial [sendo] a geografia [um] campo privilegiado destas

⁸ Segundo Corrêa (1997) o termo região, mesmo sendo um conceito-chave para os geógrafos, faz parte da linguagem do homem comum e é utilizado com abundância por cientistas sociais que o incorporam em suas pesquisas ao tratarem da dimensão espacial.

discussões, ao abrigar a região como um dos seus conceitos-chave e ao tomar para si a tarefa de produzir uma reflexão sistemática sobre este tema.

Como bem frisou Corrêa (2005) o conceito de região é um conceito permanente na geografia, porém não congelado. Nesse sentido, contemporaneamente, no contexto do período chamado por David Harvey (1989) de pós-moderno e por Milton Santos (2004a) de técnico-científico-informacional, o debate acerca do termo região continua. De acordo com Gomes (1995), vivenciamos uma redefinição do papel do Estado, com quebras de pactos territoriais e com o ressurgimento de questões regionais, de nacionalismos e regionalismos fragmentados.

Nesse contexto, o termo região continua a designar uma determinada área na superfície terrestre que se diferencia do todo, como afirmou Corrêa (1997). Porém tal conceito é cada vez mais abarcado por um grande gama de conotações, que possibilitam, de acordo com a aplicação de diferentes critérios, a criação das mais distintas regionalizações⁹.

1.2.1 Região e o processo de regionalização

Contemporaneamente, devido aos processos advindos da globalização, a região chegou a ser considerada, por alguns, como não mais existente. Isso é demonstrado por Costa (2005c), que afirma existirem aqueles que acreditavam que a região deixaria de existir na medida que os processos de globalização iriam cada vez mais impor uma sociedade em rede, em detrimento de uma sociedade claramente regionalizada.

Contudo, segundo Corrêa (1997, p.189), é neste contexto de um mundo globalizado, conectado e ao mesmo tempo fragmentado, dividido e unificado pelo capitalismo, que se reinicia o debate sobre a natureza da região. A fragmentação “exprime-se na divisão territorial do trabalho que se caracteriza diretamente por especializações produtivas, [e por] características sociais, culturais e políticas espacialmente variáveis”, enquanto a conexão “exprime-se pelos diversos fluxos materiais e imateriais que percorrem a superfície terrestre, integrando pontos e áreas diversos”.

⁹ A discussão sobre regionalização é aprofundada mais adiante quando discutimos os diferentes critérios de divisão regional no espaço territorial do Estado do Rio Grande do Sul e quando regionalizamos a reconfiguração fundiária e a alteração dos usos da terra na região do COREDE Norte/RS.

Assim, o conceito de região, em relação à dinâmica da globalização, é abordada em diferentes níveis, mas sempre tendo o “regional ‘reagindo’ contra e/ou servindo de base para a assimilação dos processos globais” (COSTA, 2005c, p.28).

A globalização mesmo sendo entendida como tendência a homogeneização dos espaços, dos territórios, parece não ter conseguido suprimir a diversidade espacial. Segundo Corrêa (1997, p.189), “a economia mundial e a globalização não geraram a homogeneização global, mas ora ratificaram, ora retificaram as diferenças espaciais que já existiam”, criando, desfazendo e refazendo unidades regionais. Assim, no seio da globalização se intensificam as particularidades dos espaços através das modificações originadas pelos processos de produção e reprodução capitalista, o que é confirmado por Etges (2001, p.352) ao mencionar que as “expressões da organização diferenciada do espaço são mantidas e até recriadas pelo modo de produção capitalista”.

Neste particular, podemos afirmar que as reconstituições das diferenças espaciais assumiram enorme rapidez e se tornaram uma das características da economia global. As diferenças espaciais se vinculam essencialmente à ideia de particularidade, e estas se traduzem de forma espacializada na região (Corrêa, 1997). A região resulta, então, de

processos universais que assumiam especificidades espaciais através da combinação dos processos de inércia, isto é, a ação das especificidades herdadas do passado e solidamente ancoradas no espaço, de coesão ou economias regionais de aglomeração que significa a concentração espacial de elementos comuns numa dada porção do espaço e de DIFUSÃO que implica no espraiamento dos elementos de diferenciação e em seus limites espaciais impostos por barreiras naturais ou socialmente criadas (CORRÊA, 1997, p. 192).

De acordo com estas informações, a globalização torna notável o caráter particular das regiões, e a particularidade se torna relevante na medida em que possibilita uma multiplicidade de recortes na superfície terrestre. Certamente os possíveis recortes regionais atuais são múltiplos e complexos, a região se constrói em múltiplas escalas a partir de distintos agentes e possivelmente havendo recobrimento entre elas. Mas a região é tanto uma realidade quanto uma criação intelectual, é ao mesmo tempo vivida e compreendida de modo diferente por diferentes grupos sociais (GOMES, 1995; CORRÊA, 1997; CORRÊA, 2005).

A região não é imutável, ela está vinculada a práticas e processos histórico-sociais localizáveis geograficamente. A região é uma importante categoria para que se possa compreender uma realidade particular em um sistema universal, onde as características locais

possibilitam a criação de processos de delimitação espacial, que se impõem através de processos de regionalização.

A abordagem conceitual tida sobre regionalização infere que seu significado não é unicamente sinônimo de diferenciação de áreas em determinado espaço, a regionalização é também entendida como o processo de formação de regiões (PERREIRA, 2000), que permite conceber a determinada região uma identidade particular.

A regionalização é um processo dinâmico, constitui-se pela fragmentação e/ou a integração de áreas. O resultado do processo de regionalização depende dos métodos, critérios e características levados em consideração na sua construção, juntamente com as transformações ocorridas no tempo e no espaço.

Uma regionalização pode fundamentar uma reflexão teórica ou atender as necessidades impostas por uma política setorial, uma política de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional. As regionalizações possíveis para um mesmo território, espaço social, podem apresentar variações em função da finalidade que se propõem a atender [porém, há] de se considerar [...] que as regionalizações podem emergir da análise e reflexão conforme destaquem ou não determinados elementos e fatores (LIMONAD, 2004, p.58).

Geralmente o processo de regionalização, com o significado de divisão de um território, é desenvolvido verticalmente¹⁰, sendo o poder público o responsável pelo surgimento de diversas e distintas regionalizações. É verdade, porém, que existem regionalizações paralelas às impostas pelo Estado, são regionalizações construídas horizontalmente, onde intelectuais e a sociedade em geral são seus idealizadores.

De modo geral, o termo regionalização pode ser interpretado através da formação e transformação de regiões, sendo um processo contínuo, onde as características de determinada área assumem certa particularidade e identidade. Pode também, ser interpretado como sinônimo à noção de diferenciação espacial, estabelecendo limites entre áreas e tendo finalidades específicas. Com este enfoque, é possível citar as diversas regionalizações criadas, em diferentes escalas, pelo poder público para a descentralização administrativa ou para o planejamento espacial.

¹⁰ De acordo com SANTOS (2004a), enquanto nas verticalidades os vetores são entrópicos, trazendo desordem aos subespaços, criando e impondo normas aos lugares, nas horizontalidades os lugares são fortalecidos a partir de ações localmente constituídas, onde se busca ampliar a coesão social a serviço do interesse coletivo.

O processo de regionalização, entretanto, implica na análise de vários fatores/características e compreende diferentes critérios, métodos e abordagens. Em suma, tal diversidade pode ser explicada pela tipologia evidenciada por Perreira (2000). Segundo este autor, o processo de regionalização pode ser assim classificado:

(i) **Regionalização como diferenciação de áreas:** onde a paisagem geográfica é o método de regionalização e a região é uma determinada paisagem geográfica. Nessa regionalização segue-se princípios que definiam a região natural e a região cultural. Observam-se as características paisagísticas do espaço e define-se a região como uma área possuidora de certa homogeneidade.

(ii) **Regionalização como classificação:** é explicada na medida em que o “espaço terá tantas regiões – ou regionalizações – quantas forem as classificações adotadas para analisá-lo” (PERREIRA, 2000, p.68). Esta forma de regionalização origina várias e distintas regiões, sendo que o pesquisador é o responsável pela sua criação na medida em que setoriza e desagrega áreas do território/espaço de acordo com seus critérios pré-definidos.

(iii) **Regionalização como instrumento de ação:** está diretamente vinculada com as “teorias econômicas de desenvolvimento regional e de localização”, sendo o conceito de região aplicado a qualquer parte do espaço a partir de propósitos quaisquer. É a forma de regionalização amplamente utilizada para a descentralização político-administrativa, onde a região é entendida como “sinônimo de espaço econômico”, sendo homogênea ou funcional (PERREIRA, 2000, p.68).

(iv) **Regionalização como Processo:** “parte da ideia de que as diferenciações regionais são frutos de processos sociais e econômicos” (PERREIRA, 2000, p.69), e que se modificam com o tempo.

Considerando estas abordagens, afirma-se que os mecanismos e formas de regionalização possibilitam a construção de inúmeras regionalizações num mesmo espaço, atendendo usualmente a concepções e interesses distintos (LIMONAD, 2004). Nesse sentido, uma forma de se regionalizar o espaço é considerando as suas características agrárias, tais como a concentração da propriedade da terra, a área média das propriedades, os tipos de uso da terra, a produtividade da terra, entre outros fatores.

Contudo, as regionalizações necessitam ter suas respectivas metodologias e objetivos constantemente revisados a fim de se re-regionalizar o espaço. Pois, do mesmo modo que o conceito de região sofreu diversas reformulações ao longo da história, o próprio processo de regionalização também foi, e ainda é, influenciado pelas transformações sociais no tempo e no espaço.

O problema enfrentado é que as regiões apresentam modificações no decorrer do tempo, e estas modificações acabam deslegitimando a regionalização original e criando, em virtude disso, contestações. Por isso, o processo de regionalização é dialético, tornando obsoletas as regionalizações já existentes e obrigando-nos a refletir sobre novas formas de regionalização.

Isso decorre, principalmente, porque os mecanismos de regionalização não são sempre os mesmos, mudando segundo as transformações ocorridas na história do homem e tornando o processo de regionalização cada vez mais complexo. Por isso, “coloca-se na ordem do dia repensarmos a regionalização” levando em consideração as características atuais e históricas do território (LIMONAD, 2004, p.65).

No caso da estrutura agrária a regionalização também deve ser revisada constantemente, visto que o desenvolvimento da agropecuária provoca alterações contínuas nas formas de ocupação e apropriação da terra, modificando o perfil produtivo, diferenciando novas áreas e resultando em transformações socioeconômicas, culturais e ambientais. E nesse sentido, o conhecimento dessas alterações é fundamental para o correto direcionamento das ações de políticas agrárias.

II. ESTRUTURA AGRÁRIA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Vários são os fatores que influenciam na configuração e caracterização do espaço agrário¹¹. Em vista disso, é pertinente explicitar os principais aspectos que compõem os estudos da realidade agrária, conceituando os termos comumente utilizados na sua análise.

O estudo da estrutura agrária contempla todas as atividades e relações de produção que caracterizam o espaço agrário. A estrutura agrária compreende as estradas, as relações de serviços ligados ao campo, as linhas de crédito agrário, a produção, a comercialização e a industrialização da produção agropecuária, além de todo o complexo fundiário que sustenta estas relações (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

A estrutura agrária possui em si, características da estrutura agrícola e da estrutura fundiária, que se restringem a aspectos mais específicos da realidade agrária. A estrutura agrícola é um termo que abrange basicamente questões referentes à averiguação da suficiência da produção para o abastecimento da população e também em estimar se o preço dos produtos serão superiores aos seus custos (GRAZIANO DA SILVA, 1993), ou seja, preza essencialmente as modificações ocorridas na produção agrícola e nos resultados desta produção. Já a expressão estrutura fundiária é utilizada para designar a estrutura de posse e propriedade da terra em determinado território ou região, sendo seu estudo importante para uma melhor compreensão da realidade agrária e dos fatores que influenciam e condicionam as modificações do espaço agrário.

A análise da estrutura fundiária pode ser definida a partir da quantificação das áreas de terra em posse de produtores agropecuários, sejam eles proprietários, arrendatários, parceiros ou posseiros. Tal análise leva em consideração a organização do fracionamento da terra no espaço territorial, por quantidade e área ocupada. No Brasil, o levantamento dos dados para a análise da estrutura fundiária é realizado oficialmente por dois órgãos governamentais: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹¹ Entendemos que espaço agrário não tem o mesmo significado que espaço rural. O espaço rural, segundo Abramovay (2003), tem passado recentemente por um conjunto de mudanças, engajando-se em atividades econômicas múltiplas (agrícolas e não-agrícolas), com crescente mobilidade diária de pessoas entre o rural e o urbano, e sendo visto cada vez menos como espaço fundamentalmente produtivo, que é a característica principal do espaço agrário, um recorte setorial do espaço rural.

Os dados do complexo fundiário, em especial aqueles do INCRA, identificam o caráter jurídico da estrutura fundiária, através de informações dos imóveis rurais. O cadastro do INCRA é, em sua maior parte¹², abastecido com dados de natureza declaratória, o que segundo Girardi (2008) pode originar erros, principalmente no tamanho da área dos imóveis rurais. Estes erros são originados, principalmente, pelas declarações de imóveis rurais que apresentam áreas diferentes daquelas existentes na realidade e pela não conferência das informações declaradas com informações dos cartórios de registro de imóveis. Isso, no entanto, não inutiliza os dados, uma vez que estas falhas não se aplicam à maioria dos imóveis rurais.

Já os dados disponibilizados pelo IBGE são oriundos dos censos agropecuários e identificam o uso da terra pelos produtores. O IBGE considera, nos censos agropecuários, o estabelecimento agropecuário, que é identificado como “todo o terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação [...], formado por uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária” (IBGE, 1996). Tais dados, segundo Girardi (2008), também não estão totalmente isentos de possíveis erros, contudo, em virtude da coleta das informações ter finalidade censitária, acredita-se que haja pouco interesse dos produtores em prestarem informações falsas.

A diferença crucial entre as duas formas de obtenção dos dados sobre a estrutura fundiária expressa-se na possibilidade da identificação em um mesmo estabelecimento agropecuário de mais de um imóvel rural, ou ainda, num caso contrário, de um imóvel rural ser formado por mais de um estabelecimento agropecuário. Estas duas situações são explicadas por Girardi (2008, p.223), onde na primeira situação, o número de imóveis rurais tende a ser maior do que o número de estabelecimentos agropecuários, isso deve-se ao fato dos imóveis rurais serem “tomados (em arrendamento, por exemplo) por um mesmo produtor rural e agregados para formar um único estabelecimento agropecuário”. Na segunda situação, onde o número de imóveis rurais tende a ser inferior ao número de estabelecimentos agropecuários, tem-se o “indicativo do fracionamento dos imóveis em várias glebas que são cedidas (possivelmente também por arrendamento) para vários produtores, formando assim diversos estabelecimentos agropecuários”.

¹² Após a sanção e regulamentação da Lei 10.276/2001 o cadastro do INCRA passou a ser abastecido também com informações georreferenciadas dos imóveis rurais. Através da referida Lei, procura-se identificar os imóveis rurais, referenciando-os ao Sistema Geodésico Brasileiro, através de um sistema de coordenadas (geográficas ou planas), evitando, assim, a sobreposição de áreas e a duplicidade de documentos no banco de dados do INCRA.

2.1 Reflexões para o estudo do espaço agrário

No território dos debates, os elementos estruturais do espaço agrário são interpretados seguindo algumas vertentes teóricas. Assim, há diferentes leituras: algumas delas, que segundo Fernandes (2004) pertencem ao paradigma da questão agrária, defendem, conforme Oliveira (1995), (i) por um lado, a tese da destruição do campesinato e uma possível hegemonia da condição de assalariamento, e (ii) por outro lado, a tese **da persistência das relações não capitalistas de produção**, no contexto das desigualdades e das contradições das relações capitalistas de produção.

Uma outra leitura é defendida por Abramovay (1990), através do paradigma do capitalismo agrário. Este autor afirma que a destruição do campesinato se realiza, não através de uma possível hegemonia do assalariamento, mas sim através da metamorfose do camponês em agricultor familiar, um novo personagem na condição de pequeno produtor moderno integrado totalmente ao mercado.

2.1.1 Paradigma da Questão Agrária

Segundo Girardi (2008, p.92) o paradigma da questão agrária analisa o espaço agrário “a partir da teoria marxista”, tendo como eixo central de discussão “a renda da terra, o processo de diferenciação e de recriação do campesinato, o conflito e as consequências negativas ao campesinato decorrentes do desenvolvimento do capitalismo” agrário. Este paradigma dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital, que destrói, recria e sujeita o campesinato ao capital (FERNANDES, 2004).

Segundo este paradigma, verificamos em Fernandes (2004) a existência de três grupos de pesquisadores, expressos por Oliveira (1995), que apresentam discordâncias quanto à interpretação do processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no espaço agrário.

No primeiro grupo estão aqueles pesquisadores que entendem que o modo capitalista de produção se desenvolve através da generalização das relações tipicamente capitalistas no espaço agrário, através da modernização dos latifúndios, e da destruição dos camponeses, pequenos agricultores familiares de subsistência.

O processo de modernização dos latifúndios se daria através da introdução de máquinas e insumos modernos no processo produtivo, transformando os latifúndios em empresas rurais capitalistas e os latifundiários em capitalistas agrários. A destruição dos camponeses se daria através de “um processo de **diferenciação interna** provocada pelas contradições típicas de sua inserção no mercado capitalista” (OLIVEIRA, 1995, p.07). Ao se inserir no mercado capitalista, o pequeno agricultor familiar de subsistência ficaria sujeito a crises, tanto em decorrência de financiamentos para tentar produzir mais, como também, pela variação causada pela oferta/demanda no preço dos produtos colhidos. Assim, a inserção do pequeno agricultor familiar no modo de produção capitalista pode ser sucedida de êxito, quando estes se tornariam pequenos capitalistas rurais, ou de falência, quando estes se proletarizariam, tornando-se assalariados a serviço do capital agrário ou urbano.

De acordo com Oliveira (1995, p.08), para os autores que seguem esta linha teórica, a existência ou a persistência das relações não-capitalistas no espaço agrário “é entendida como **resíduos em vias de extinção**, formas que o capitalismo adquiriu para adequar-se às realidades locais”. Desse modo, tanto os latifúndios como os camponeses estariam por serem extintos, o latifúndio tornando-se empresa rural capitalista e os camponeses, tornando-se pequenos capitalistas rurais ou assalariados.

No segundo grupo de pesquisadores estão aqueles que veem nos camponeses e nos latifundiários os resquícios do feudalismo. Segundo Oliveira (1995), para este grupo a penetração das relações tipicamente capitalistas no espaço agrário se realizaria através da extinção da chamada ‘economia natural’, dissolvendo as relações comunitárias tradicionais, transformando o pequeno agricultor familiar de subsistência em produtor individual, ligado exclusivamente à agropecuária, inserindo-o na economia de mercado e, por fim, separando-o dos meios de produção devido a dívidas, proletarizando-o e tornando-o assalariado a serviço do capital.

No terceiro grupo de pesquisadores estão aqueles que compreendem as relações de produção não tipicamente capitalistas no espaço agrário como produto das contradições do próprio modo capitalista de produção. Esta corrente teórica é marcada por uma posição bastante diferenciada das duas correntes anteriores, principalmente por afirmar que o “processo contraditório do desenvolvimento capitalista decorre do fato de que a produção do capital nunca é, ou seja, nunca decorre de relações especificamente capitalistas de produção, fundada, pois, no trabalho assalariado e no capital” (OLIVEIRA, 1995, p.11).

Segundo Oliveira (1995), para haver a relação tipicamente capitalista da produção no espaço agrário, os seus dois elementos centrais (o capital produzido e os trabalhadores despossuídos dos meios de produção) devem estar constituídos. No entanto, o que se observa é o “processo de sujeição do campesinato ao capital, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção” (OLIVEIRA, 1995, p.13). Dessa forma, no espaço agrário, não há uma sujeição formal do trabalho ao capital como acontece na indústria; o que ocorre é a sujeição da renda da terra ao capital, através da subordinação da produção de tipo camponês ao capital.

Assim, à medida que o desenvolvimento do modo capitalista de produção avança no espaço agrário, através da disseminação de relações tipicamente capitalistas (trabalho assalariado, como por exemplo, o caso dos boias-frias), contraditoriamente, são criadas e recriadas também relações camponesas de produção (através do trabalho familiar) (OLIVEIRA, 2003).

A partir disso, Oliveira (1995; 2003) defende a permanência do campesinato, dizendo que apesar do camponês ser explorado pelo capital, este não conseguiu extinguí-lo. Pelo contrário, o pequeno produtor familiar de subsistência, produtor individual, articulou-se à lógica do comércio capitalista, vendendo o excedente de sua produção. Assim, a permanência do campesinato é atribuída a sua diferença em relação às condições capitalistas de produção, pois o limite de sua exploração, muitas vezes, é a própria subsistência. Enquanto o preço dos produtos cobrir esse limite, ele cultivará a terra e continuará sendo expropriado pelo capital financeiro, comercial ou industrial.

Em suma, para os pesquisadores que defendem esta vertente teórica, a análise da luta camponesa compreende espaço, sujeito e tempo de forma dialética, constatando que, ao aumentar a concentração de terras, aumenta simultaneamente o número de camponeses em luta pela terra no Brasil, como demonstrado por Oliveira (2003).

Para o paradigma da questão agrária, os problemas resultantes do desenvolvimento do modo capitalista de produção no espaço agrário são estruturais e inerentes ao capitalismo. Ou convive-se com ele, procurando minimizar seus efeitos devastadores, conflitantes e produtores de pobreza, através de políticas públicas voltadas à questão agrária, ou supera-se o sistema capitalista (Fernandes, 2003; Girardi, 2008).

2.1.2 Paradigma do Capitalismo Agrário

Segundo Girardi (2008, p.94) o paradigma do capitalismo agrário, proposto por Abramovay (1990), “propõe uma ruptura com o paradigma marxista”, paradigma da questão agrária, e revela um movimento de metamorfose do camponês em agricultor familiar (FERNANDES, 2004).

Abramovay (1990) defende, neste paradigma, que o campesinato não conseguiria sobreviver no capitalismo devido à sua incompatibilidade com ambientes econômicos, nos quais se desenvolvem e se realizam atividades especificamente mercantis. Segundo ele, em determinado estágio do desenvolvimento capitalista, as relações mercantis só viabilizariam modos de vida em adequação ao capitalismo, indicando, assim, a metamorfose do camponês em agricultor profissional, o agricultor familiar.

No paradigma do capitalismo agrário, o camponês e o agricultor familiar são conceituados de forma bastante diferenciada: o primeiro é entendido como resquício do feudalismo, como sinônimo de “atrasado, pobre, dependente e ultrapassado”, representando o que há de mais “arcaico e periférico no campo”, enquanto o agricultor familiar passa a ser visto como importante e necessário, tendo certo “dinamismo técnico, [...] capacidade de inovação, e [...] completa integração aos mercados” (GIRARDI, 2008, p.100-101).

De acordo com este paradigma, o fim ou o desaparecimento do campesinato não teria relação específica com uma possível hegemonia do assalariamento no espaço agrário, mas sim com a transformação do camponês em agricultor especializado, tornando-o totalmente integrado e dependente das relações de mercado. Isso porque, como afirma Fernandes (2004, p.15), o camponês é entendido, neste paradigma, como “um objeto em sua plenitude, a ponto de sofrer uma metamorfose para se adequar à nova realidade em formação”, diferentemente do paradigma da questão agrária, no qual o camponês é visto como “um sujeito subalterno que resiste ao capital”.

Fernandes (2003) afirma ainda que o paradigma do capitalismo agrário procura desconsiderar a existência da questão agrária (que tem como principais elementos a desigualdade, a contradição e o conflito) como problema insolúvel da sociedade capitalista, e propõe uma solução por meio da integração dos camponeses ao mercado e ao capital. Assim, a generalização do capitalismo no espaço agrário, a metamorfose dos camponeses em

agricultores familiares, a integração do pequeno agricultor familiar de subsistência (o camponês) ao mercado e ao capital, faria com que se resolvessem todos os problemas relacionados à questão agrária, pois, para esse paradigma, estes problemas são conjunturais e suas soluções devem ser encontradas no próprio desenvolvimento do capitalismo agrário (FERNANDES, 2004; GIRARDI, 2008).

Assim, para Fernandes (2004, p.15), “Abramovay inverte o sentido dado pelo paradigma da questão agrária”. Para Abramovay “o problema não está no capitalismo, mas sim no campesinato”. Segundo o paradigma do capitalismo agrário não é o capital que expropria, mas o camponês que não é adequado ao capitalismo, e por isso está destinado ao desaparecimento, à metamorfose em agricultor familiar.

Contudo, Fernandes (2004), afirma ainda que o importante é ressaltar que ambos os paradigmas, da questão agrária e do capitalismo agrário, são diferentes abordagens de análise do espaço agrário, e explicitam diferentes concepções ideológicas sobre o papel do campesinato e a forma como o modo de produção capitalista se desenvolve na agricultura. O primeiro, através de uma leitura do desenvolvimento do modo capitalista de produção como um movimento de destruição e recriação de relações sociais. E o segundo, revelando um movimento de transformação do campesinato, não observando a “capacidade de adaptação e transformação do camponês” (Girardi, 2008, p.101) e determinando o seu fim.

2.2 Propriedade da terra e reconfiguração fundiária

A terra não é um produto criado pelo homem, mas é a condição essencial para que se realize a produção agropecuária. A terra, quando apropriada para a realização de exploração agropecuária, pode ser propriedade denominada camponesa (camponês-proprietário) ou propriedade denominada capitalista (capitalista-proprietário). Isso porque,

entende-se que a constituição da propriedade privada da terra, desde sua origem, revela o processo contraditório e combinado do desenvolvimento do modo capitalista de produção [...]. Isto quer dizer que, ao mesmo tempo em que este desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas implantando o trabalho assalariado, produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção, [...] necessárias à sua lógica de desenvolvimento (OLIVEIRA & FARIA, 2009, p.01)

Assim, a configuração da propriedade privada da terra se diferencia em propriedade camponesa e propriedade capitalista, mas ambas são, atualmente, resultado do processo de

desenvolvimento do modo capitalista de produção. A propriedade camponesa se configura quando a terra é meio de trabalho, estando a sua exploração restrita ao regime de trabalho familiar, sendo, desse modo, considerada uma pequena propriedade familiar, propriedade do trabalhador, detentor dos instrumentos de produção, cuja produção se destina primordialmente para a subsistência do grupo familiar (OLIVEIRA, 1995). Neste tipo de propriedade o trabalho se realiza sem a obrigatoriedade do lucro, pois a “sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio”. Neste tipo de propriedade, parte da produção “entra no consumo direto do produtor, o camponês, e [...] o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada” (OLIVEIRA, 1995, p.68). Já na propriedade capitalista, a terra é apropriada com o intuito básico de gerar lucro, pois, sem a possibilidade de gerar lucro o capitalista não aplicaria seu capital na terra e não a coloria para produzir. Para o capitalista, “ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem” (MARTINS, 1980, p.60).

Então, a terra, tanto propriedade camponesa ou capitalista, tem um preço, pois, no modo capitalista de produção, é mercadoria. Sua apropriação, sua compra, não transforma o investimento realizado em capital, logo que dinheiro, não é capital. Para tornar o dinheiro capital, é preciso investi-lo no processo produtivo, através da compra de meios de produção e força de trabalho (OLIVEIRA, 1995).

O dinheiro, fora do processo produtivo capitalista não pode auferir lucro, não podendo, desse modo, ser capital. O dinheiro fora do processo produtivo é um padrão monetário, é o “equivalente geral de troca na sociedade capitalista”. Contudo, quando aplicado no processo produtivo, quando utilizado para compra de bens de produção e força de trabalho, passa a reproduzir esses bens, a “reproduzir, de forma ampliada, esse capital”. Pois o capital é “a materialização do trabalho não pago ao trabalhador”, é a “mais-valia expropriada do trabalhador, é a fração do valor produzido pelo trabalhador que se realiza nas mãos do capitalista” (OLIVEIRA, 1995, p.63-64).

Essa diferenciação entre dinheiro e capital torna-se importante, pois, no espaço agrário, a simples aplicação do dinheiro na compra da terra não torna esse dinheiro capital. A finalidade especulativa da compra da terra (o caso do latifúndio por exploração¹³), “sem

¹³ A definição de latifúndio (por dimensão e exploração) pode ser verificado na seção 2.3.3.

colocá-la para produzir, sem transformá-la, portanto, em meio de produção, não faz do dinheiro capital” (OLIVEIRA, 1995, p.64). O comprador da terra que tem essa finalidade, geralmente,

leva em conta outras considerações estranhas à reprodução do capital produtivo [...] ao comprar uma terra o proprietário não tem em vista considerá-la exclusivamente como condição de produção e como fonte de remuneração específica, sob forma de renda fundiária. Por razões econômicas de ordem mais geral (inflação, por exemplo), o capital investido na compra será valorizado [...]. A terra tem um significado de reserva de valor [...] independente de qualquer exploração econômica (WANDERLEY, 1979, p.34)

Assim, o dinheiro investido na compra da terra para especular em nada difere daquele dinheiro aplicado no mercado financeiro, sendo essa terra uma reserva de valor que valoriza-se com o tempo, do mesmo modo que o dinheiro aplicado no mercado financeiro valoriza-se através do pagamento do juro sobre ele. Dessa maneira, a diferença recebida com a venda da terra comprada para especular, é o próprio “juro sobre o dinheiro investido”. Não havendo “acumulação de capital, e sim de dinheiro” (OLIVEIRA, 1995, p.64).

O dinheiro aplicado na compra da propriedade privada da terra, entretanto, pode se diferenciar daquele dinheiro aplicado no mercado financeiro. Na medida em que a terra é colocada para produzir, ela torna o dinheiro investido na sua compra em capital e possibilita a reprodução ampliada desse capital, através da geração de renda fundiária.

Essa renda fundiária, entendida como “um lucro extraordinário permanente, [...] produto do trabalho excedente” (OLIVEIRA, 1995, p.73), pode ser denominada, em sua forma menos desenvolvida, como renda fundiária pré-capitalista, e, em sua forma mais desenvolvida, como renda fundiária sob o modo capitalista de produção.

A renda fundiária pré-capitalista é, segundo Oliveira (1995), diretamente o produto excedente, entendida dentro da lógica contraditória do capital. Este tipo de renda fundiária pode ser verificada em três formas: (i) **renda-em-trabalho**, onde o trabalhador trabalha na terra de outro, e em troca recebe o direito de cultivar parte desta terra para si próprio; (ii) **renda-em-produto**, onde o trabalhador trabalha na terra de outro, cedendo parte da sua produção ao proprietário dessa terra, é o caso das parcerias para a prática da agricultura; e (iii) **renda-em-dinheiro**, onde o trabalhador ao invés de entregar parte do produto colhido, transforma-o em dinheiro e entrega ao proprietário da terra. Esta última forma é considerada por Oliveira (1995, p.78) a mais desenvolvida das formas de renda fundiária pré-capitalista,

pois “é necessário que os produtores diretos convertam sua produção em mercadoria, isto é, é preciso que eles sejam produtores diretos de mercadorias”.

A renda fundiária sob o modo capitalista de produção é, segundo Oliveira (1995, p.73), sempre a sobra acima do “lucro médio que todo capitalista retira da sua atividade econômica, lucro esse sem o qual nenhum capitalista colocaria seu capital para produzir”. Assim, este tipo de renda fundiária somente pode sair da diferença do valor da venda da produção e o custo para alcançar esta produção. A renda fundiária, sob o modo capitalista de produção, pode ser decorrência da (i) renda diferencial ou da (ii) renda absoluta.

A renda fundiária capitalista considerada diferencial resulta da “diferença entre o preço individual de produção do capital particular que dispõe de uma força natural monopolizadora e o preço de produção do capital empregado no conjunto do ramo de atividade considerado” (OLIVEIRA, 1995, p.74). A renda diferencial pode ser classificada em renda diferencial I e renda diferencial II: na primeira, as condições de produtividade, determinadas pela fertilidade do terreno, pela topografia, pela disponibilidade de água e demais fatores, interferem na produção, bem como a localização do terreno e as condições de acesso ao mercado consumidor determinam ganhos diferenciados de um terreno a outro; na segunda, a renda fundiária deriva da quantidade de capital investido para melhorar a produtividade, corrigindo as condições necessárias à produção, como também de seu transporte até os mercados consumidores (OLIVEIRA, 1995; PAULINO, 2006).

Já a renda fundiária capitalista considerada absoluta é, segundo Oliveira (1995, p.75), aquela resultante do “monopólio da terra por uma classe ou fração de classe”, sendo resultante da “elevação dos preços dos gêneros alimentícios acima do preço de produção desses gêneros”, e mantida como um fenômeno duradouro pela existência da propriedade fundiária (necessária para a realização da produção) (RIBEIRO, 1997).

A distinção prática entre a renda capitalista diferencial e absoluta não é de fácil visualização. Contudo, Oliveira (1995, p.74) esclarece a essência de cada uma delas:

A **renda diferencial** resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo. Já a **renda absoluta** resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário e o interesse da coletividade; resulta do fato de que a propriedade da terra é monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir.

Reiterando essas afirmativas, verificamos que na propriedade capitalista, a terra é renda capitalizada, “é direito de se apoderar de uma renda” obtida através do lucro de determinada atividade agropecuária realizada pelo proprietário da terra, podendo ser também obtida através “do aluguel, do arrendamento [...] ou [...] venda da terra” (OLIVEIRA, 1995, p.79-80). Diferentemente, na propriedade camponesa, a terra é, em primeiro lugar, um bem necessário à subsistência do produtor e de seu grupo familiar. Para o camponês a propriedade da terra gera autonomia, garantindo seu trabalho e a reprodução de seu grupo familiar.

Entendemos, então, que a terra é um meio de produção, e sendo condição essencial para a prática das atividades agropecuárias, possibilita ao seu proprietário, camponês ou capitalista, a acumulação de dinheiro ou a reprodução do capital investido na produção.

A extração da renda capitalizada da terra, ou de dinheiro resultante da venda do excedente da produção, pode influenciar e determinar processos de reconfiguração fundiária. Oliveira (1995, p.71) lembra que, quando o pequeno produtor familiar de subsistência, o camponês, estiver em uma “situação privilegiada no mercado, ele pode acumular dinheiro, como produto do trabalho familiar, e assim procurar garantir para os filhos a possibilidade de também reproduzirem-se como camponeses”, comprando novas terras e, com isso, assegurando o “processo de reprodução ampliada do camponês”. Oliveira (1995, p.79) também afirma que “a compra da terra é compra de renda antecipada”, e isso representa que, havendo concentração fundiária há, do mesmo modo, concentração da renda da terra e aumento da possibilidade de concentração de mais terra.

Outros fatores como a sucessão hereditária da propriedade da terra e a criação de políticas públicas (ou a falta delas), também interferem na configuração da estrutura fundiária. A primeira, resultando em partilhas, desmembramentos e muitas vezes na própria venda da propriedade. E a segunda determinando, em alguns casos, a compra de propriedades de terra através de crédito fundiário, ou ainda, em outros casos, a expropriação do pequeno produtor devido a dificuldades na obtenção de financiamentos que são facilmente obtidos pelos grandes proprietários. Fica evidente, nesse sentido, que vários fatores interferem na configuração da estrutura fundiária, porém de um ou outro modo, todos eles estão ligados à estrutura agrária.

2.3 A formação da propriedade rural e seu processo de demarcação no Brasil

Historicamente o processo e as formas de ocupação da terra no Brasil implicaram na utilização de diferentes instrumentos e figuras jurídicas que estão na base da determinação da atual configuração da estrutura fundiária do país.

No intuito de contextualizar e esclarecer a utilização de alguns termos e definições trazidas pelas leis que regiam e regem o processo de demarcação das terras no Brasil, analisamos, brevemente, a história agrária brasileira, evidenciando a implantação das capitâneas hereditárias e as sesmarias, e observando as principais definições oriundas da legislação agrária, com base na Lei de Terras de 1850, no Estatuto da Terra de 1964, na Lei Agrária de 1993 e na Lei 10.267 de 2001.

2.3.1 Implantação das capitâneas hereditárias e as sesmarias

O território brasileiro, mesmo antes de ser “descoberto”, já estava sob o domínio de europeus devido ao Tratado de Tordesilhas, firmado entre o governo português e o governo espanhol em 1494¹⁴. Porém, segundo Gancho, Lopes e Toledo (1991, p.15), as novas terras descobertas “do ponto de vista europeu, [...] não eram de ninguém; [...] o país que conseguisse ter tecnologia para descobri-las e dispusesse de recursos para colonizá-las seria seu dono legítimo”.

É nesse contexto, em meio ao processo de expansão do capitalismo comercial europeu, que se inicia a ocupação do território brasileiro. A colonização propriamente dita (ocupação, povoamento, valorização) decorreu da necessidade de Portugal garantir a posse em face da disputa pela partilha do novo continente, obedecendo a precauções acima de tudo políticas. Contudo, para a viabilização efetiva da colonização, havia a necessidade de tornar rentáveis estes novos domínios (NOVAIS, 1983). Em decorrência, Portugal iniciou a ocupação da nova colônia desenvolvendo em um primeiro momento o ciclo econômico do pau-brasil e, posteriormente, o ciclo da cana-de-açúcar, com o qual a Coroa Portuguesa conseguiu assegurar a posse da Colônia.

¹⁴ O Tratado de Tordesilhas definia as áreas de domínio do mundo extraeuropeu, demarcando o direito de posse à Portugal das terras localizadas a leste da linha imaginária traçada a 370 léguas a partir de Açores e Cabo Verde, e à Espanha, as terras que ficassem a oeste desta linha. Com referência ao Brasil, a linha do tratado “cortava” o país, ficando a parte leste com Portugal e a oeste, com a Espanha (IBGE, 2008a).

A implantação do regime das capitanias hereditárias, a partir de 1530, possibilitou a formação dos primeiros núcleos de ocupação e colonização portuguesa no território brasileiro. Inicialmente o território da nova Colônia Portuguesa foi dividido em enormes faixas de terras, que partiam do litoral até a linha imaginária de Tordesilhas. As capitanias hereditárias, como ficaram conhecidas, foram entregues através de carta de doação a pessoas ligadas a Portugal¹⁵. Segundo Rodrigues da Silva (2005, p.09), a Coroa Portuguesa “procurou selecionar os donatários de capitania, privilegiando aqueles que se destacaram a serviço do Reino nas conquistas da Índia e África ou que estiveram a serviço da burocracia administrativa” portuguesa, porém estas pessoas tinham pequena expressão na sociedade e pouco poder econômico¹⁶.

Assim os primeiros exploradores do espaço agrário brasileiro, foram presenteados com grandes extensões de terra, sendo que estes atuavam como governadores, com poderes administrativos, já que interessava à Coroa Portuguesa garantir a posse da colônia. De acordo com Prado Jr. (1984) os donatários não gozavam de nenhum direito sobre a terra, e deveriam dividi-las em várias porções, as sesmarias, de modo a torná-la produtiva, assegurando o direito de posse à Portugal. Assim, cabia ao capitão-donatário¹⁷ desmembrar e doar as porções de terras a qualquer requerente, desde que preenchesse as condições exigidas pela Coroa Portuguesa. Caracterizava-se dessa maneira, as sesmarias, a base da economia colonial, a grande propriedade monocultora da época.

¹⁵ Foram criadas 14 capitanias hereditárias, que segundo Reis (2002, p.17) possuíam “largura entre 200 e 650 quilômetros” de costa marítima cada uma.

¹⁶ Na verdade, as doações das capitanias hereditárias, como também das sesmarias, seguiam critérios rigorosos, criados pela Coroa Portuguesa. Os beneficiados que recebiam as terras, assumiam uma série de compromissos, sob pena de perder a posse da terra. Entre as condições estava o aproveitamento total das terras doadas, o que tornava-se inviável, pois, as terras eram de dimensões imensas, e o sesmeiro, mesmo não tendo muito poder econômico, tinha a obrigação de trabalhar a terra com seus próprios recursos. Dessa forma entretanto, Portugal assegurava a posse do território da colônia de duas formas: contra possíveis invasões (uma vez que os posseiros povoariam as terras, e teriam que intensificar o seu aproveitamento) e contra o domínio das terras pelos sesmeiros (uma vez que o sesmeiro, não tendo condições de aproveitar toda a porção de terra, estaria em desacordo com as condições impostas pela Coroa Portuguesa, que poderia a qualquer momento resgatar o domínio da “propriedade”).

¹⁷ Capitão-donatário: pessoa que recebia as terras brasileiras doadas pela Coroa Portuguesa, sob o regime de Capitanias Hereditárias.

2.3.2 Fim da concessão das sesmarias e a criação da Lei de Terras de 1850

A concessão das sesmarias, no Brasil, vigorou por aproximadamente trezentos anos (1532-1822) e durante este período se tornou o principal meio de promoção da ocupação do território brasileiro. Segundo Martins (1980, p.70), a concessão das sesmarias foi, até a independência, “o meio reconhecidamente legítimo de ocupação do território. O regime de sesmarias era racialmente seletivo, contemplando os homens de condição e de sangue limpo, mais do que senhores de terras, senhores de escravos”.

Como as sesmarias eram entregues somente aos solicitantes que atendiam as condições impostas pela Coroa Portuguesa, os requerentes não selecionados, os que não tinham “sangue limpo”, mestiços de brancos e índios, com poucos recursos e desprovidos de meios para influenciar os capitães-donatários, se tornaram os primeiros posseiros, ocupando espaços de terra não utilizados pelos sesmeiros, como as faixas de terra situadas entre as sesmarias ou espaços de terra localizados em áreas distantes dos núcleos de povoamento (MARTINS, 1980; NOZOE, 2006).

Tal situação logo tornou insustentável a manutenção do sistema de sesmarias no Brasil. A cessão das doações das sesmarias, e conseqüentemente do sistema sesmarial, se deu, do ponto de vista jurídico, a partir da resolução ministerial de autoria do ministro José Bonifácio, do dia 17 de julho de 1822 (RÜCKERT, 1997).

Entre o fim da concessão de sesmarias e 1850, se intensificaram os movimentos de posse/ocupação e de junção desordenada das terras por particulares, paralelamente aos objetivos de povoamento e de defesa do território brasileiro tidos pelo Império. Nozoe (2006) e Oliveira & Faria (2009) enfatizam que a partir do fim das concessões de sesmarias, que aconteceu às vésperas da independência, o território brasileiro ficou sem uma legislação referente às terras públicas e durante as quase três décadas seguintes nada de prático foi feito para regularizar essa situação, existindo neste período uma espécie de vácuo jurídico. Este período ficou conhecido como a fase do posseiro ou o “Império da Posse”, onde as glebas de terra consideradas públicas eram apropriadas, através de ocupação, por quem por elas se interessasse.

Neste período, cresciam também no Brasil pressões favoráveis à libertação dos escravos e se verificava uma expressiva valorização das terras, fatos que levaram o Império a formular novas regras para o comércio das terras, culminando na Lei de Terras em 1850.

Segundo Neves (2003), a Lei Imperial nº 601 de 18 de setembro de 1850, dispôs sobre as terras devolutas, sobre as donatarias criadas pelo sistema de sesmarias que não atendiam às exigências legais, e sobre as posses em conflitos, determinando medições e demarcações, e definindo que, a partir de então, somente se transfeririam títulos fundiários através da compra e venda da terra. Estes aspectos também são considerados por Kliemann (1986), que explica que a Lei de Terras e seu respectivo regulamento de 1854 foram importantes, pois substituíram a concessão pela venda de glebas de terra, “transformando a terra em mercadoria” (OLIVEIRA & FARIA, 2009, p.04).

Com a sanção desta lei se inviabilizaria também o direito de acesso a terra pelos escravos libertos, uma vez que o acesso só se realizaria mediante pagamento em dinheiro (OLIVEIRA, 2003), obrigando-os a se manterem na condição de trabalhadores nas fazendas, trabalhando como assalariados ou por firmação de acordos.

Assim, através da criação da Lei de Terras, as antigas sesmarias seriam confirmadas como propriedades, bem como todas as posses conquistadas de forma pacífica seriam legitimadas nos termos da nova lei. Com isso, ficou implícita a existência da propriedade privada no Brasil.

Segundo Pardo Filho (2006, p.131), um dos principais objetivos da Lei 601/1850, “foi conferir titulação a todos que não a tinham, mas ocupavam áreas devolutas”, pois, segundo ele

as circunstâncias históricas e conjunturais justificavam a edição dessa lei, para evitar a perpetuação do regime de posses ilegítimas como meio originário de aquisição da propriedade imobiliária, instalado desde a suspensão das sesmarias em 17 de julho de 1822 (PARDO FILHO, 2006, p.131)

Este mesmo autor assegura ainda que normalizadas as situações dos sesmeiros em comisso¹⁸ e dos posseiros ocupantes das terras públicas, as demais terras que não tinham domínio particular passariam a ser consideradas devolutas e estariam sob o domínio público.

¹⁸ Sesmeiros que não cumpriram com as condições impostas no ato da concessão da sesmaria.

2.3.3 A criação do Estatuto da Terra e os conceitos e definições para a análise da estrutura fundiária brasileira

Desde o período posterior à criação da Lei de Terras de 1850 e de seu respectivo regulamento em 1854, a propriedade privada da terra se transmitia de geração a geração, contribuindo para a manutenção ou o aprofundamento da distribuição desigual da terra no território brasileiro.

No período da República Velha (1889 – 1930), mesmo com a abolição da escravatura e com a crescente vinda de imigrantes para trabalharem como pequenos proprietários de terra ou assalariados, a configuração fundiária do país se manteve praticamente inalterada. Após a crise cafeeira de 1929 e o fim da Primeira República, o Estado Novo iniciou um processo de desenvolvimento do país, respaldado principalmente no processo de substituição das importações, através de estímulos para a industrialização, sem grande repercussão na estrutura fundiária existente, que mantém-se praticamente inalterada. Somente após a Segunda Guerra Mundial e início da década de 1950, o tema referente à reforma agrária toma conta do cenário nacional, através do surgimento de vários movimentos de luta de camponeses pela terra, como as chamadas Ligas Camponesas (OLIVEIRA, 1991).

O surgimento das Ligas Camponesas, a partir das décadas de 1950 e 1960, fez a luta pela terra adquirir um caráter político, levando o Governo Federal a criar a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA)¹⁹, ambos duramente combatidos pelo *establishment*²⁰ dentro do quadro que resultou no golpe militar de 1964. Os militares extinguiram a SUPRA, criando o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (IBRA), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA)²¹ e editando o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 1964), que, mesmo sendo aprovado, não deveria ser colocado em prática²², tornando-se lei morta. (OLIVEIRA, 1995; OLIVEIRA, 2001).

¹⁹ Através da Lei nº 11, de 11 de outubro de 1962.

²⁰ *Establishment* pode ser aqui identificado como um grupo sociopolítico, que através de sua influência defende seus privilégios e o sistema em vigor. Eram os grandes proprietários de terras, os latifundiários, contrários à regulamentação do uso e do acesso à terra.

²¹ Em 1970 as atribuições do IBRA e do INDA foram repassadas para o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através do Decreto-lei nº 1.110, de 09 de Julho.

²² Segundo Oliveira (1995, p.121) “o próprio Ministro do Planejamento do então governo militar, Roberto Campos, [garantiu] aos congressistas latifundiários que a lei era para ser aprovada, mas não para ser colocada em prática”.

Dessa forma, mesmo sendo editado em razão de crescentes descontentamentos originados no campo brasileiro, o Estatuto da Terra não teve sua aplicação efetivada na realidade, tornando-se um projeto de reforma agrária que não foi colocado em prática. A esse respeito vários autores, movimentos sociais e instituições, afirmam que o Estatuto da Terra não teve até hoje uma verdadeira aplicação²³.

O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 1964), mesmo não trazendo resultados práticos conclusivos, trouxe uma série de conceitos importantes no que se refere à estrutura agrária, tal como a definição de **imóvel rural**, que segundo seu Artigo 4º, inciso I, é conceituado como todo “prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada”. A partir desta definição, o Estatuto da Terra classifica os imóveis rurais como minifúndio, propriedade familiar e latifúndio (por dimensão e por exploração), evidenciando, também, a conceituação de empresa rural.

A **propriedade familiar** é definida no Artigo 4º, inciso II, do Estatuto da Terra, sendo conceituada como a área de terra explorada economicamente, direta e pessoalmente pelo agricultor e sua família (eventualmente com a ajuda de terceiros), que absorva toda a força de trabalho e que promova o desenvolvimento socioeconômico do referido grupo familiar, numa área máxima fixada na região, o **módulo rural**. Segundo o Estatuto da Terra, a propriedade familiar é o próprio módulo rural, que é uma medida de área que expressa a área mínima necessária para promover a subsistência do trabalhador rural.

A partir da conceituação da propriedade familiar, o Estatuto da Terra (em seu Artigo 4º, inciso IV) caracteriza o **minifúndio** como sendo todo o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar, ou seja, o minifúndio é o imóvel rural de área inferior à unidade econômica básica para determinada região e tipo de exploração.

De acordo com o Estatuto da Terra (Artigo 4º, inciso V) o imóvel rural pode ser ainda considerado como latifúndio e em duas situações. A primeira, sendo considerado **latifúndio por dimensão**, quando sua área exceder a dimensão máxima de 600 (seiscentas) vezes o módulo médio da propriedade rural ou ainda a 600 (seiscentas) vezes a área média dos

²³ Tese afirmada por Oliveira (1991; 1995; 2001), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (2007) e Fundação Joaquim Nabuco (2008). Segundo estas fontes, o Estatuto da Terra jamais foi implantado e se configurou como um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. Em suma: as estruturas existentes, o poder político mantido pelos grandes proprietários, latifundiários, resistem e impedem as mudanças na estrutura fundiária brasileira.

imóveis rurais, na respectiva região; e a segunda, sendo considerado **latifúndio por exploração**, quando sua área não exceder o limite referido na primeira situação, mas apresentar área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, sendo mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos.

Uma outra definição importante trazida pelo Estatuto da Terra é a de **empresa rural**. A empresa rural é definida no Artigo 4º, inciso VI, do Estatuto da Terra, como “o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico [...] da região em que se situe”. A empresa rural pressupõe a existência de uma estrutura organizada no sentido da produção, onde haja o aproveitamento da terra, do trabalho e do capital investido no imóvel rural.

Alguns conceitos e definições elaborados pelo Estatuto da Terra para a análise da estrutura agrária foram reformulados a partir da Constituição Federal de 1988 e da sanção da Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, conhecida como Lei Agrária. É o caso da conceituação de imóvel rural, que passa a ser definido pela Lei Agrária conforme segue:

Art. 4º Para os efeitos desta lei, conceitua-se:

I - Imóvel Rural - o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial;

Através da análise das duas definições de imóvel rural (do Estatuto da Terra e da Lei Agrária), verificamos que houve pequenas alterações na forma da apresentação da conceituação de imóvel rural, de tal modo a possibilitar a melhor interpretação da lei.

Também verificamos que novos termos e definições são incorporados para a classificação do tamanho dos imóveis rurais. Atualmente, o INCRA disponibiliza os dados da estrutura fundiária, segundo estratos de tamanho dos imóveis rurais, contendo os seguintes termos: minifúndio, pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade.

Esta classificação é realizada considerando o **módulo fiscal**²⁴, que segundo o INCRA (2009b), é uma unidade de medida expressa em hectares (ha), fixada para cada município

²⁴ O módulo fiscal possui diferenças em relação ao módulo rural. Enquanto o módulo rural é calculado para cada imóvel rural em separado, refletindo o tipo de exploração predominante no imóvel rural, segundo sua região de

brasileiro, considerando: (i) o tipo de exploração predominante no município; (ii) a renda obtida com a exploração predominante; (iii) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada; e (iv) o conceito de propriedade familiar.

A partir da quantificação do valor do módulo fiscal para cada município é realizada a classificação dos imóveis rurais, mediante os seguintes critérios apontados pelo INCRA (2009c):

- **Minifúndio:** o imóvel rural com dimensão de área inferior a 1 (um) módulo fiscal;
- **Pequena propriedade:** o imóvel rural com dimensão de área entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;
- **Média propriedade:** o imóvel rural com dimensão de área entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais;
- **Grande propriedade:** o imóvel rural com dimensão de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

Contudo, essa classificação não explicita a questão do que é feito com a terra, não demonstrando, por exemplo, se uma grande propriedade é uma propriedade que cumpre com sua função social²⁵, por ser produtiva, ou se é uma propriedade improdutiva. Lembramos que, nas definições trazidas pelo Estatuto da Terra (minifúndio, propriedade familiar, latifúndio e empresa rural) para a classificação dos imóveis rurais, são consideradas simultaneamente aspectos relacionados à exploração racional da terra, bem como do tamanho das propriedades.

Na verdade, na classificação dos imóveis rurais realizada atualmente pelo INCRA utiliza-se critérios distintos para a verificação do tamanho dos imóveis rurais e da exploração realizada da terra. A classificação do tamanho dos imóveis rurais segue os critérios anteriormente mencionados, resultando em: minifúndio, pequena, média e grande propriedade. Já a verificação da exploração racional da terra, segue critérios definidos pela

localização, o módulo fiscal é estabelecido para cada município, procurando refletir a área mediana dos módulos rurais dos imóveis rurais dos municípios (INCRA, 2009b).

²⁵ A noção de função social da propriedade foi introduzida pelo Estatuto da Terra (Artigo 2º, inciso I), em referência à utilização racional da terra, através de critérios de produtividade, conservação dos recursos naturais e bem estar dos proprietários e trabalhadores que nela labutam.

Constituição Federal de 1988 e por sua legislação complementar, no que trata das questões agrárias, a Lei nº 8.629 de 1993.

Nesse particular, a propriedade produtiva é definida como àquela que, explorada econômica e racionalmente, alcance, simultaneamente, o **Grau de Utilização da Terra** (GUT) e o **Grau de Eficiência na Exploração** (GEE), segundo índices fixados pelo órgão federal competente²⁶ (Rodrigues & Rollo, 2000). Em decorrência, a propriedade improdutiva seria aquela que não alcançar o GUT e o GEE definidos para a região.

Entretanto, somente ficariam passíveis de desapropriação para reforma agrária “as grandes propriedades, acima de 500 hectares, que [forem] improdutivas. Todos os demais tipos de propriedade, a pequena, a média e a grande estão fora da desapropriação” (STÉDILE, 1997, p.09) pelo critério do aproveitamento racional da terra.

2.3.4 O Cadastro de Imóveis Rurais no Brasil e a Lei 10.267 de 2001

Tendo em vista os principais conceitos e definições trazidas pela legislação agrária, torna-se importante demonstrarmos os pressupostos jurídicos que estabeleceram a elaboração do cadastro dos imóveis rurais no Brasil.

O cadastro de imóveis rurais no território brasileiro foi inicialmente estabelecido pelo Estatuto da Terra, conforme disposto no seu Artigo 46º, que afirma:

Art. 46º O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária promoverá levantamentos, [...] para a elaboração do cadastro dos imóveis rurais em todo o país, mencionando: I - dados para caracterização dos imóveis rurais [...]; II - natureza e condições das vias de acesso e respectivas distâncias dos centros demográficos mais próximos [...]; III - condições da exploração e do uso da terra.

O mencionado Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) é atualmente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como explicado em nota anteriormente. A implantação desse cadastro e sua respectiva regulamentação e efetivação só

²⁶ Segundo o MDA (2006) e INCRA (2010), o Grau de Utilização da Terra (GUT) é o parâmetro utilizado para medir a efetiva utilização da área aproveitável total do imóvel rural, sendo obtido a partir da relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel. Para uma propriedade ser considerada produtiva, neste quesito, precisa apresentar GUT superior a 80%. No entanto, ela precisa, também, atingir o Grau de Eficiência na Exploração (GEE), que é o parâmetro utilizado para aferir a eficiência na exploração da área efetivamente utilizada do imóvel rural, sendo obtido a partir da relação entre a área equivalente e a área efetivamente utilizada do imóvel rural, igual ou superior a 100%.

ocorreu a partir da Lei 5.868 de 1972, que cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e especifica suas funções no seu Artigo 1º:

Art. 1º - É instituído o Sistema Nacional de Cadastro Rural, que compreenderá: I - Cadastro de Imóveis Rurais; II - Cadastro de Proprietários e Detentores de Imóveis Rurais; III - Cadastro de Arrendatários e Parceiros Rurais; IV - Cadastro de Terras Públicas. V - Cadastro Nacional de Florestas Públicas.

O Estatuto da Terra define que o IBRA (atualmente INCRA) promoveria a elaboração do cadastro dos imóveis rurais, porém não especifica os procedimentos técnicos necessários para a caracterização espacial dos imóveis, fato também evidenciado na lei que cria o SNCR. O sistema, na prática, era constituído por informações cadastrais obtidas através de declarações dos detentores dos imóveis rurais.

Com isso, os dados sobre a localização espacial e as áreas dos imóveis rurais não tinham precisão, valia o que era informado no ato da coleta das informações cadastrais. Não havia nenhuma norma que estabelecesse rigor métrico ou geodésico a ser seguido. Assim, as informações sobre a estrutura fundiária disponibilizadas pelo INCRA se apresentavam, e em grande parte ainda se apresentam, incompletas e imprecisas, uma vez que não havia nenhuma normatização métrica e posicional (coordenadas geográficas) que possibilitasse a aferição precisa das características dos imóveis rurais.

Esta situação começou a se modificar com a sanção e a regulamentação da Lei 10.267 de 28 de agosto de 2001, que reconhece a necessidade da criação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), do intercâmbio de informações entre Cadastro Imobiliário Rural e o Registro de Imóveis e do Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

A partir da sanção da Lei 10.267/2001, através de suas exigências, ficou determinada a obrigatoriedade do georreferenciamento e da certificação junto ao INCRA de todos os imóveis rurais brasileiros. Tais exigências representam uma mudança paradigmática nas formas de levantamento e cadastro imobiliário, até então, vigentes no Brasil. Com o georreferenciamento e a certificação, a referida lei busca a regularização definitiva dos registros imobiliários, referenciando-os ao Sistema Geodésico Brasileiro²⁷ através de coordenadas (geográficas ou planas), e evitando, dessa forma, a duplicidade de documentos

²⁷ De acordo com o IBGE (2008b) define-se por Sistema Geodésico Brasileiro (SGB) o conjunto de pontos geodésicos implantados na porção da superfície terrestre delimitada pelas fronteiras do país.

sobre a mesma área e possibilitando um melhor conhecimento da configuração da estrutura fundiária brasileira²⁸.

²⁸ Para maiores informações sobre as exigências da Lei 10.267/2001, ver: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). *Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais*. MDA, Brasília, 2003.

III. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO RIOGRANDENSE

Devido a fatores decorrentes da exploração e ocupação da terra desde o período colonial, o sul do Brasil se configurou com características diferentes do restante do país. Estas características podem ser observadas principalmente pelos fatores resultantes da ocupação tardia do território e pelas políticas de imigração desenvolvidas pelos governos imperial e provincial, sucessivamente.

O território riograndense teve sua ocupação a partir de dois movimentos distintos²⁹. Essa dualidade é caracterizada, primeiramente, pela ocupação das áreas de campo com a consolidação de uma organização socioeconômica voltada para a pecuária, onde predominam as grandes propriedades rurais. E em um segundo momento, pela ocupação das áreas encobertas pela mata da encosta do planalto e do planalto riograndense, que devido a características históricas consolidaram a instalação de pequenas propriedades, organizadas geralmente com certa diversidade produtiva (agrícola e pecuária) e amparadas na utilização da mão-de-obra familiar.

3.1 A primeira fase do processo de ocupação e formação do território riograndense

O início da ocupação do território riograndense deu-se a partir do século XVII, quando a Coroa Portuguesa expandiu seus domínios territoriais sobre as áreas denominadas teoricamente sob o domínio espanhol, ultrapassando os limites da linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Foi neste mesmo século que as áreas mais meridionais do Brasil foram então reconhecidas pelos portugueses, que adentraram o território do Rio Grande do Sul.

A ocupação e o povoamento deste território, ao sul de Laguna (atual estado de Santa Catarina) não foram realizados imediatamente, uma vez que não havia estímulo econômico para que esta porção do território fosse efetivamente explorada. Neste período, o ciclo econômico da cana-de-açúcar estava no seu auge, e todas as atenções por parte de Portugal estavam voltadas aos engenhos de açúcar.

²⁹ Salienta-se que o processo aqui referido, diz respeito ao início da ocupação do território pelos europeus, uma vez que o território riograndense já era ocupado por povos indígenas.

O retardamento da ocupação do território riograndense deveu-se, principalmente, pela ausência de recursos naturais que despertassem interesses da Coroa Portuguesa. Fortes (1981, p. 25), afirma, nesse sentido, que esta região “vasta e dadivosa, [...] esteve, por largos anos, fora das cogitações do Governo Português, mais empenhado, [...] em encontrar metais preciosos nas regiões conhecidas do Brasil”.

A ocupação do território riograndense por europeus, segundo Rückert (1997), ocorreu através dos padres jesuítas portugueses com do trabalho de catequese de indígenas e através do bandeirismo de apresamento de índios para o trabalho nas plantações de cana-de-açúcar no nordeste e no centro da Colônia Portuguesa. Os jesuítas desempenharam um papel de destaque no povoamento do Rio Grande do Sul, não somente pela questão da formação dos aldeamentos e catequese aos indígenas, mas principalmente pela introdução de animais (bovinos, muares) para servirem como fonte de suprimentos, matéria-prima e força de trabalho. As estâncias criadas pelos jesuítas, de acordo com Lugon (1977, p.89) “se estendiam sobre centenas de hectares [...] cercadas por muralhas [...] ou de valos. Cada estância era dividida em vários distritos ou rodeios, contendo de cinco mil a seis mil peças de gado”.

Após a expulsão dos religiosos, através da destruição das reduções jesuíticas, o gado passou a reproduzir-se livremente pelos pampas em grandes manadas, possibilitando as posteriores preias do gado xucro e as tropeadas que ligavam os campos sulinos às demais regiões do Brasil. Os jesuítas, como afirmam Frantz & Silva Neto (2005, p.40) foram, na verdade, os “precursores da produção pastoril no Rio Grande do Sul”.

Bernardes (1997) destaca que os primeiros povoadores do Rio Grande do Sul foram os criadores de gado, e que até 1737 o interior do Estado era um grande campo de preia e o litoral uma zona de passagem do gado para as demais regiões da colônia. Somente a partir de 1737 é que tem início o povoamento oficial do território riograndense, através da instalação de postos militares e da propagação das estâncias pelo interior.

De acordo com Pesavento (1982), Kliemann (1986) e Rückert (1997), a obtenção das primeiras sesmarias no Rio Grande do Sul ocorre por meados da década de 1730, tendo como principais beneficiários os militares ou os tropeiros com boas condições financeiras, capazes de mantê-las e defendê-las. A concessão das sesmarias representava a posse da terra (aproximadamente três léguas por uma légua - 13.000 hectares) e também do gado que havia sobre ela.

O retardamento da ocupação do território riograndense, em relação a outras áreas da colônia, também foi decorrência da pouca importância dada às atividades econômicas desenvolvidas no território meridional da colônia. A pecuária e as charqueadas rendiam ao Rio Grande do Sul uma posição subordinada em relação a outras partes do país, que eram voltadas primeiramente à monocultura de exportação e posteriormente à mineração.

Com o processo de renovação da economia colonial, através da substituição do ciclo da cana-de-açúcar pela mineração, o sistema colonial iniciou uma articulação mais equitativa do território, através de redes comerciais. Andrade (2002, p.168) assinala que o chamado ciclo do ouro é “considerado responsável pelo povoamento do interior e estimulador do desenvolvimento das intercomunicações entre várias porções já ocupadas do território brasileiro”. Ganham destaque nesta fase, as atividades exercidas pelos tropeiros que passam a se movimentar em todas as direções do território em busca de animais, principalmente bovinos e muare, para serem utilizados como alimentação e também como animais para o trabalho nas regiões monocultoras e extrativistas.

Nesse contexto, com a abertura de caminhos que ligam o território meridional aos centros da colônia, o Rio Grande do Sul assume importância na economia colonial. É devido, principalmente, as áreas monocultoras e as áreas extrativistas do centro-nordeste do Brasil serem altamente especializadas, não produzindo produtos básicos para a subsistência da sua população, que cresce a importância dos tropeiros e dos criadores de gado do território mais meridional da colônia, especialmente na esfera mercantil. Segundo Castro (1975) é esse o contexto que foi decisivo para a vinculação do Rio Grande do Sul à economia da colônia.

De acordo com Bernardes (1997), a atividade econômica pastoril, viabilizada pelos tropeiros, e a produção do charque, foram por longo tempo responsáveis pelo desenvolvimento e pela multiplicação das estâncias pecuaristas nas áreas de campo do Rio Grande do Sul. A ocupação decorrente destas atividades limitava-se aos campos, sendo que as terras cobertas de matas permaneciam praticamente intocadas, inaproveitadas, e quando havia o aproveitamento, a agricultura era de subsistência.

Na medida em que o rebanho foi sendo diminuído, tornavam-se necessárias atividades que repusessem os animais de forma controlada. Com esse entendimento, e vendo esse novo cenário de inserção econômica, a Coroa Portuguesa, aponta para a viabilidade da ocupação efetiva da região (FRANTZ & SILVA NETO, 2005). É neste cenário que Portugal busca

umentar a distribuição das sesmarias no Rio Grande do Sul, dando origem as grandes propriedades pecuaristas do sul do Estado. Neste mesmo enfoque Costa (1988, p. 34) afirma que

muitos autores veem na doação de sesmarias e na expansão da pecuária marcos originais da formação da estrutura latifundiária gaúcha, a única forma de viabilizar a ocupação e defesa do território, tendo em vista a extensão de terras e escassez de elementos povoadores.

Como consequência da organização socioeconômica baseada nas estâncias pecuaristas, as povoações existentes no Rio Grande do Sul estavam localizadas nas áreas de campo ou em áreas de transição para as matas. Sendo assim, as terras florestais, localizadas mais ao norte, permaneciam praticamente intactas. Essa era a característica marcante da primeira fase de ocupação do Rio Grande do Sul.

3.2 A segunda fase do processo de ocupação e formação do território riograndense

A segunda fase do processo de ocupação e formação do território do Rio Grande do Sul, mais precisamente da ocupação das áreas da encosta do planalto e do planalto riograndense, decorreu, em parte, da decisão tomada meses antes da proclamação da independência brasileira. Com o final do regime de sesmarias, num contexto de intensificação de movimentos de posse e de ocupação de terras devolutas, se inicia a política imigratória de povoamento no Rio Grande do Sul. Buscavam-se colonos para cultivar as terras de mata e para contribuir para o povoamento estratégico das regiões desocupadas do território gaúcho. Kliemann (1986, p.18) ilustra muito bem este período:

No século XIX, com a lei de 1822, extingue-se a doação de sesmarias no Brasil e intensifica-se, dessa forma, a posse desordenada e a aglutinação de terras por particulares [...]. Surge, então, uma política imigratória que tem por objetivos básicos criar mão-de-obra livre nas áreas de produção para a exportação e um mercado interno consumidor, além de povoar estrategicamente as regiões periféricas do território, com o intuito de diminuir a posse desordenada e aumentar a produtividade do solo.

Em decorrência, Kliemann (1986) e Bernardes (1997) evidenciam a chegada dos primeiros imigrantes ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, sendo que estes foram conduzidos tanto para as grandes lavouras no centro do país, quanto para a colonização de áreas devolutas localizadas no sul do Brasil, através da concessão de pequenas propriedades.

A esse respeito Bernardes (1997) enfatiza que os primeiros imigrantes a chegarem ao Rio Grande do Sul foram os alemães em 1824, onde fundaram a primeira colônia em São Leopoldo. Com o passar das décadas, a colônia alemã foi aumentando e progredindo para as áreas de mata da encosta do planalto, derrubando árvores e formando lavouras.

Por volta de 1875, o governo provincial, procurando ampliar a expansão da pequena propriedade, promoveu a colonização por italianos que vieram para ocupar as áreas da encosta até a borda do planalto. Kliemann (1986) relata a dificuldade que estes imigrantes enfrentaram, tendo que ocupar os territórios residuais, ainda não ocupados, caracterizados por serem montanhosos e cobertos de matas.

Passados alguns anos, ocorre a ocupação mista (alemães, italianos, poloneses, russos, suecos, entre outros) nas demais áreas de matas do Alto Jacuí e do Alto Uruguai gaúcho. Esse processo é visível também nos escritos de Andrade (2002, p.169) que demonstra a *Formação Territorial do Brasil* identificando, primeiramente a vinda dos alemães e italianos, e posteriormente de “outros povos que [...] foram se estabelecendo em áreas que lhes eram concedidas, como poloneses, [...], os ucranianos, os letos etc., dando ao Brasil meridional características bem diversas e bem europeizadas do que outras regiões do Brasil”.

As áreas do norte do Rio Grande do Sul, que durante o regime do período colonial praticamente não teve concessão de sesmarias³⁰, se viram em meio a uma corrida de ocupação que contribuiu para gerar uma série de especulações e registros de áreas de terras sem titulação legal, originando parte das pequenas propriedades existentes na região.

É nesse contexto que as terras caracterizadas por densas florestas nativas (Mata Subtropical e Mata dos Pinhais) do norte do território do Rio Grande do Sul começam a ser valorizadas (Ilustração 01). Principalmente na medida em que vão sendo ocupadas por imigrantes e descendentes de imigrantes que já haviam se fixado em outras porções do território riograndense. Nesse sentido, podemos afirmar que o norte gaúcho foi povoado basicamente, através da ampliação das áreas coloniais já existentes no Estado e, posteriormente, através da chegada de imigrantes poloneses e russos, a partir do século XX.

³⁰ Como afirma Rückert (1997), a obtenção de sesmarias nesta região é um tema escassamente tratado à luz de provas documentais. De uma forma geral, pode-se afirmar que as sesmarias foram poucas e que não consistiram na forma predominante de obtenção da grande propriedade como nas áreas de campos do sul do Estado.

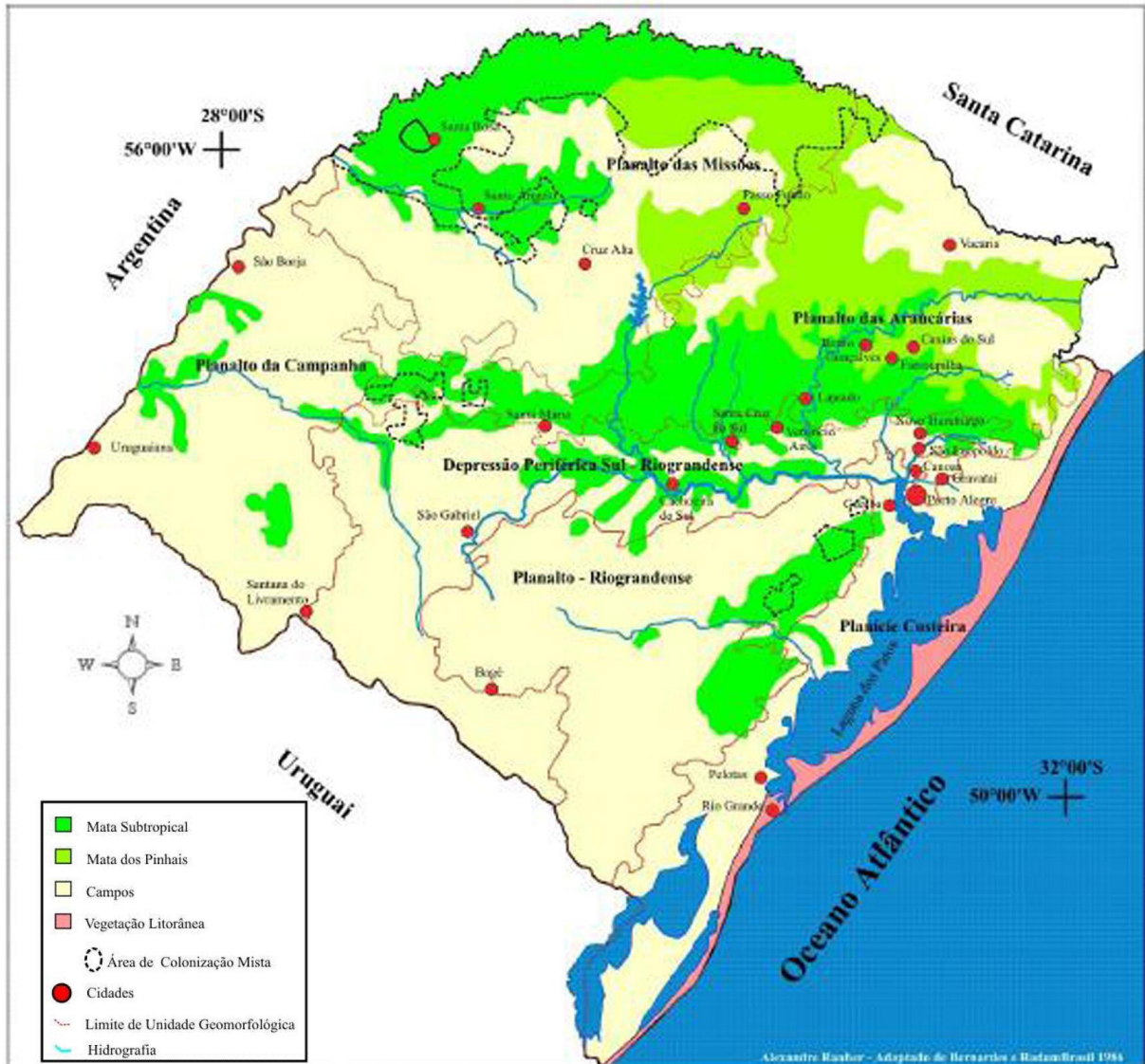


Ilustração 01 – Rio Grande do Sul: Áreas de mata nativa e região onde se difundiram as colônias mistas.
Fonte: Rauber (2004).

Dessa forma, estava consolidada a dicotomia que distinguia as formas de organização socioeconômica e espacial do Rio Grande do Sul, as áreas localizadas ao sul do Estado, caracterizadas pela pecuária e pelo predomínio de grandes propriedades rurais, e as áreas localizadas na encosta do planalto e no planalto riograndense, caracterizadas pela instalação de pequenas propriedades familiares, voltadas primordialmente à agricultura e apresentando uma maior densidade demográfica.

3.3 O território do Rio Grande do Sul e as suas divisões regionais

Pelo entendimento sobre o assunto discutido, principalmente no primeiro capítulo, ficamos em dúvida se é possível encontrar uma forma de regionalização única e ideal. Parece-

nos, no entanto, que a melhor regionalização ou a regionalização mais adequada é aquela que satisfaz o objetivo e a finalidade para a qual foi proposta. Nesse sentido, a melhor regionalização vai depender unicamente do objetivo e finalidade do que se quer regionalizar³¹.

Com o intuito de demonstrar algumas das possíveis regionalizações em um mesmo território apresentamos, nesta seção, uma contextualização sobre as diferentes formas de espacialização das regiões no Rio Grande do Sul. Foram selecionadas quatro regionalizações existentes no Estado, a fim de exemplificar as suas finalidades e principalmente as formas espaciais que tais regionalizações assumem no território.

A formulação dessas divisões regionais, como indicado anteriormente, segue propósitos específicos. A primeira a ser demonstrada, a das microrregiões do IBGE, é utilizada principalmente para fins estatísticos. A segunda, a das regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), é utilizada como um instrumento de descentralização administrativa do Estado. A terceira foi desenvolvida para subsidiar as discussões e os debates sobre as diferenças regionais no Rio Grande do Sul. E a quarta, a das regiões funcionais, é utilizadas como instrumento de planejamento.

Segundo Mesquita (1984), o IBGE elaborou em 1968 uma nova divisão regional para o Brasil, em substituição às divisões fisiográficas do território. Essa nova divisão regional se tornava necessária, entre outros fatores, pelo forte crescimento populacional e pela significativa expansão urbano-industrial deflagrada no território brasileiro.

Esta nova divisão regional do IBGE foi criada objetivando, primeiramente, demarcar espaços homogêneos e polarizados, fracionando o território em conformidade com a organização do espaço em torno das características de produção e em consonância com os elementos físicos, econômicos e sociais do território. De acordo com Mesquita (1984), para esta regionalização foram elaborados subsídios em campos específicos, abordando domínios ecológicos, distribuição da população, áreas agrícolas e sínteses sobre as atividades industriais, infra-estrutura e atividades terciárias não-polarizadas.

³¹ Por exemplo, se a finalidade de uma regionalização for identificar as características hidrológicas e ambientais de um determinado território, a melhor regionalização tende a ser a que considere as bacias hidrográficas como o critério norteador. Já as regionalizações que visam a descentralização administrativa ou o desenvolvimento econômico, podem se apoiar na divisão geopolítica do território, como também nas características e potenciais econômicos desse território.

Mesquita (1984) afirma ainda que, como resultados dessa divisão regional, foram criadas 361 unidades homogêneas no Brasil. Estas unidades, denominadas microrregiões homogêneas, serviriam como base para a tabulação de dados em substituição às antigas zonas fisiográficas, que eram alicerçadas no conceito de região natural.

Em relação ao Rio Grande do Sul num primeiro momento (1969-1982) o Estado foi fracionado em 24 microrregiões homogêneas (Ilustração 02). Considerando que a reorganização do território no tempo e no espaço implica a atualização e revisão dos pressupostos metodológicos e analíticos de cada período, e que estes influenciam o processo de regionalização, tanto o Brasil quanto o Rio Grande do Sul apresentaram modificações em seu fracionamento original. Na década de 1990 o Estado do Rio Grande do Sul passou a ser constituído por 35 microrregiões, número que se mantém atualmente. No entanto, a configuração espacial de algumas destas microrregiões é modificada neste período.

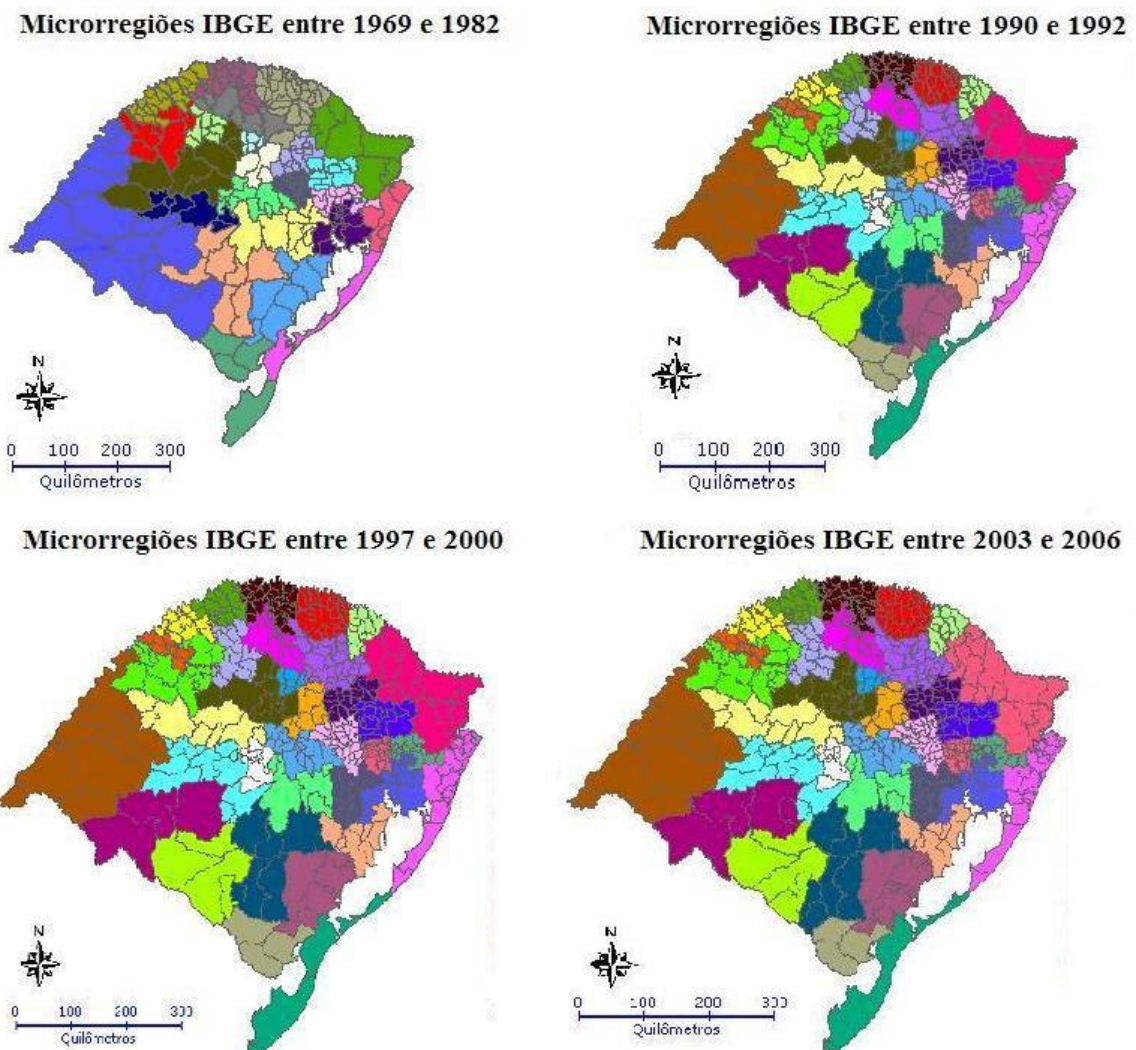


Ilustração 02 – Rio Grande do Sul: Microrregiões do IBGE – 1969 a 2006
Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Paiva, 2006.

Convém destacar que a divisão regional desenvolvida pelo IBGE não apresenta nenhuma forma ou entidade administrativa, as microrregiões são utilizadas principalmente para fins estatísticos, não correspondendo a uma entidade administrativa. Já a regionalização construída pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) tem o propósito de contribuir com o governo do Estado do Rio Grande do Sul, auxiliando no planejamento de suas ações e minimizando as abstrações entre o imaginário e a realidade. Os COREDEs surgem como instrumento de planejamento regional e de aproximação com a sociedade.

Segundo Klarmann & Toni (2002, p.529-530), a criação dos COREDEs

objetivava cumprir com a finalidade de suprir a falta de instâncias de articulação regional, constituindo-se, paralelamente, em instrumento de mobilização da sociedade e fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visassem ao desenvolvimento regional.

Os primeiros debates para a criação dos COREDEs aconteceram no início da década de 1990, sua oficialização ocorreu, no entanto, em 1994 através da Lei Estadual 10.283. Tal regulamentação dispôs sobre a criação, estruturação, funcionamento e delimitação territorial de cada COREDE.

O processo de formação de cada conselho envolveu, segundo Klarmann & Toni (2002), três etapas: *(i)* a definição dos representantes sociais de cada município; *(ii)* a realização de uma assembleia regional; e *(iii)* a escolha de uma diretoria executiva para a realização dos trabalhos dos COREDEs por dois anos.

Dessa forma cada Conselho Regional de Desenvolvimento é presidido e dirigido por pessoas ligadas à própria região, sendo destas a função de trabalhar e debater com a comunidade no intuito de buscar as soluções para os problemas de cada região. Cabe, porém, ao poder Executivo do Estado responder com a sua parte, com os recursos necessários à execução de projetos definidos com a participação da população.

A delimitação dos COREDEs, entretanto, se caracterizou “por apresentar uma grande flexibilidade, não se atendo a nenhum critério mais rígido para o agrupamento dos municípios, respeitando-se a autonomia das comunidades na decisão dos limites geográficos do COREDE, desde que fosse respeitada a contiguidade territorial” (KLARMANN & TONI, 2002, p.530).

Desde sua criação os Conselhos Regionais de Desenvolvimento apresentaram alterações na sua delimitação (Ilustração 03). Em parte, esta reestruturação se deve a autonomia dada às comunidades locais e a flexibilidade característica dos Conselhos. No ano de 1994 existiam 21 COREDEs constituídos no Rio Grande do Sul, e 9 municípios que não haviam integrado nenhum COREDE. No ano de 1998 o número dos COREDEs é acrescido de um, passando para 22, visto que os nove municípios que até então não integravam nenhum Conselho Regional de Desenvolvimento formam o COREDE Metropolitano do Delta do Jacuí.

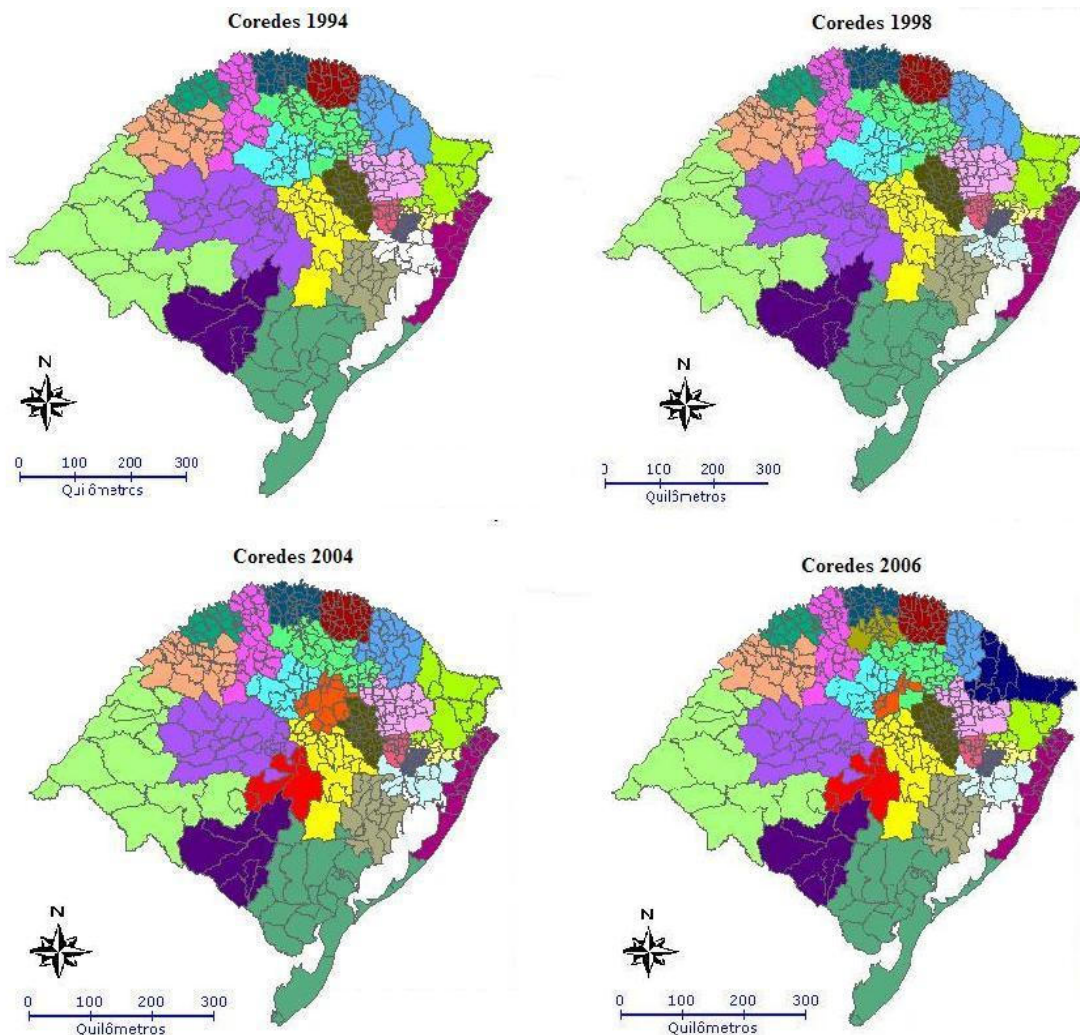


Ilustração 03 – Rio Grande do Sul: Regionalização dos COREDEs – 1994, 1998, 2004 e 2006
 Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Paiva, 2007.

Em 2004 foram criados outros dois novos COREDEs, o Jacuí Centro e o Alto da Serra do Botucaraí, através do desmembramento de outros já existentes. Em 2006 o número dos COREDEs aumenta para 26 com a formação do COREDE Campos de Cima da Serra e o COREDE Rio da Várzea. Atualmente o Rio Grande do Sul é constituído por 28 COREDEs

(Ilustração 04), sendo os COREDEs Vale do Jaguarí e Celeiro, os com formação mais recente. No entanto, ambos estão sempre reivindicando

ações governamentais de interesse para as regiões, em cooperar na organização de ações governamentais relacionadas com a participação da comunidade na elaboração das propostas orçamentárias e em promover discussões em torno dos problemas das áreas onde atuam (PERIN, 2004, p.97).

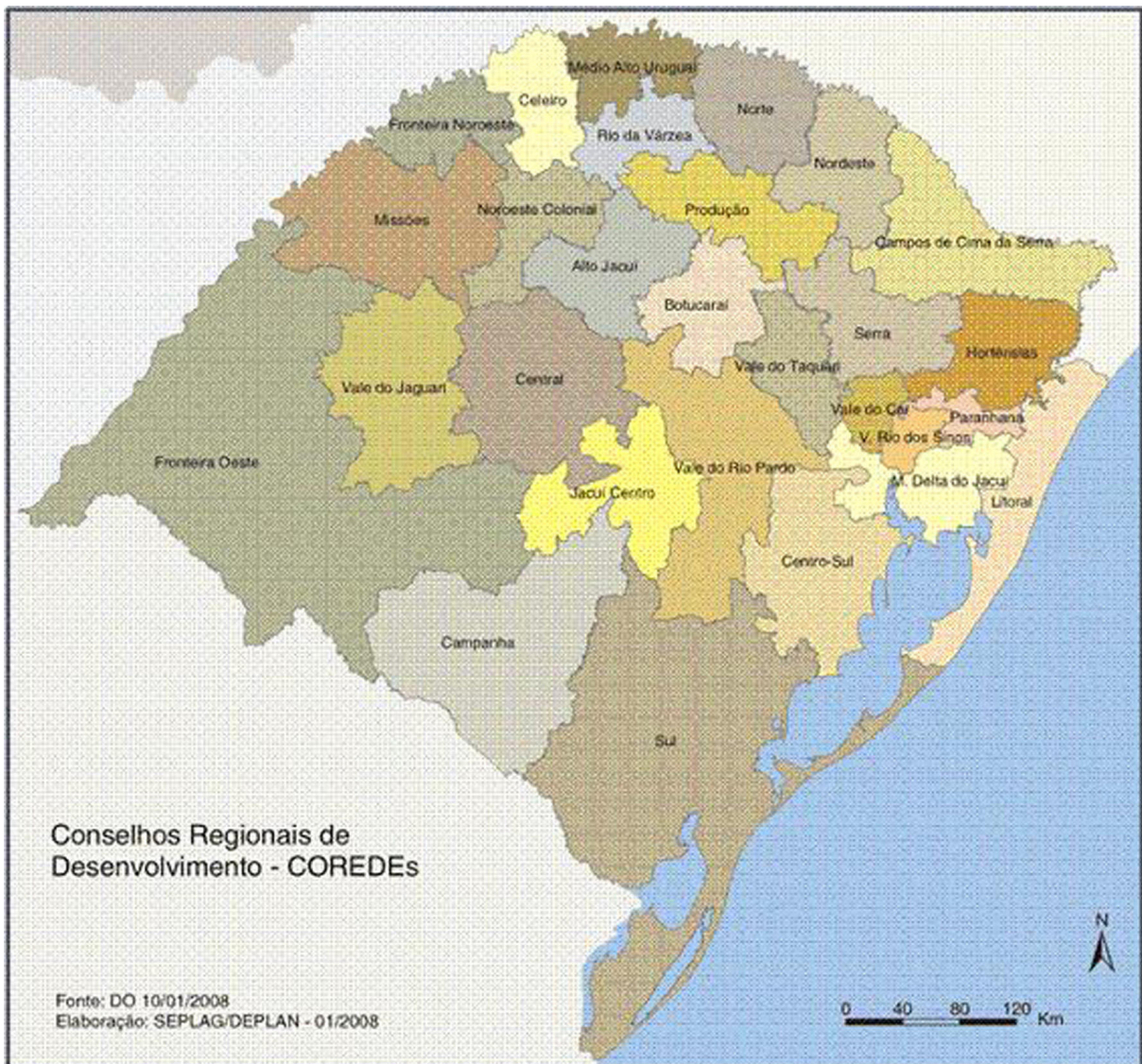


Ilustração 04 – Rio Grande do Sul: Regionalização dos COREDEs no ano de 2009
Fonte: Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2009.

Tendo se passado quinze anos de sua oficialização, os COREDEs se mantêm atuantes, mesmo tendo convivido com cinco administrações estaduais de diferentes composições partidárias. Os COREDEs sobressaíram às dificuldades e mudanças provocadas pelas transições entre governos e pelas diferenças entre os ideais partidários. Os Conselhos

Regionais de Desenvolvimento são conquista da sociedade, agora com oportunidades de interferir e de acrescentar componentes inovadores no processo de desenvolvimento de suas respectivas regiões.

A construção da regionalização dos COREDEs serviu de base para a elaboração de outros recortes regionais. É destaque a agregação dos COREDEs realizada por Bandeira & César (2002) para a construção de um recorte regional que evidencia as desigualdades do território do Rio Grande do Sul em razão de fatores de natureza política, social, cultural e econômica. E também, a agregação dos COREDEs realizada pelo Rumos 2015³², originando as chamadas regiões funcionais do Rio Grande do Sul.

A agregação dos COREDEs, realizado por Bandeira & César (2002), foi desenvolvida para subsidiar as discussões e os debates sobre as diferenças regionais do Estado. Estes autores utilizaram informações sobre a ocupação original do Rio Grande do Sul, sobre a formação das estâncias de criação de gado, a imigração e colonização europeia, a expansão das áreas coloniais, a industrialização e a metropolização para regionalizar o território riograndense em quatro macrorregiões: a Nordeste 1, a Nordeste 2, a Norte e a Sul, como demonstrado na Ilustração 05.

De acordo com Bandeira & César (2002), a macrorregião Nordeste 1 abrange aproximadamente a região metropolitana de Porto Alegre. A macrorregião Nordeste 2 compreende grande parte das primeiras colônias alemãs e italianas do Estado. A macrorregião Norte compreende as áreas alcançadas pelo processo de expansão das primeiras colônias europeias do Estado a partir das últimas décadas do século XIX. E a macrorregião Sul compreende a porção do território caracterizado pelas atividades pecuárias em grandes extensões de terra.

³² O Rumos 2015 é um estudo desenvolvido por iniciativa e supervisão da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul, que conta com um planejamento para orientar ações, apontando estratégias e programas que o Estado deve buscar implementar até 2015 (SEPLAG, 2009).

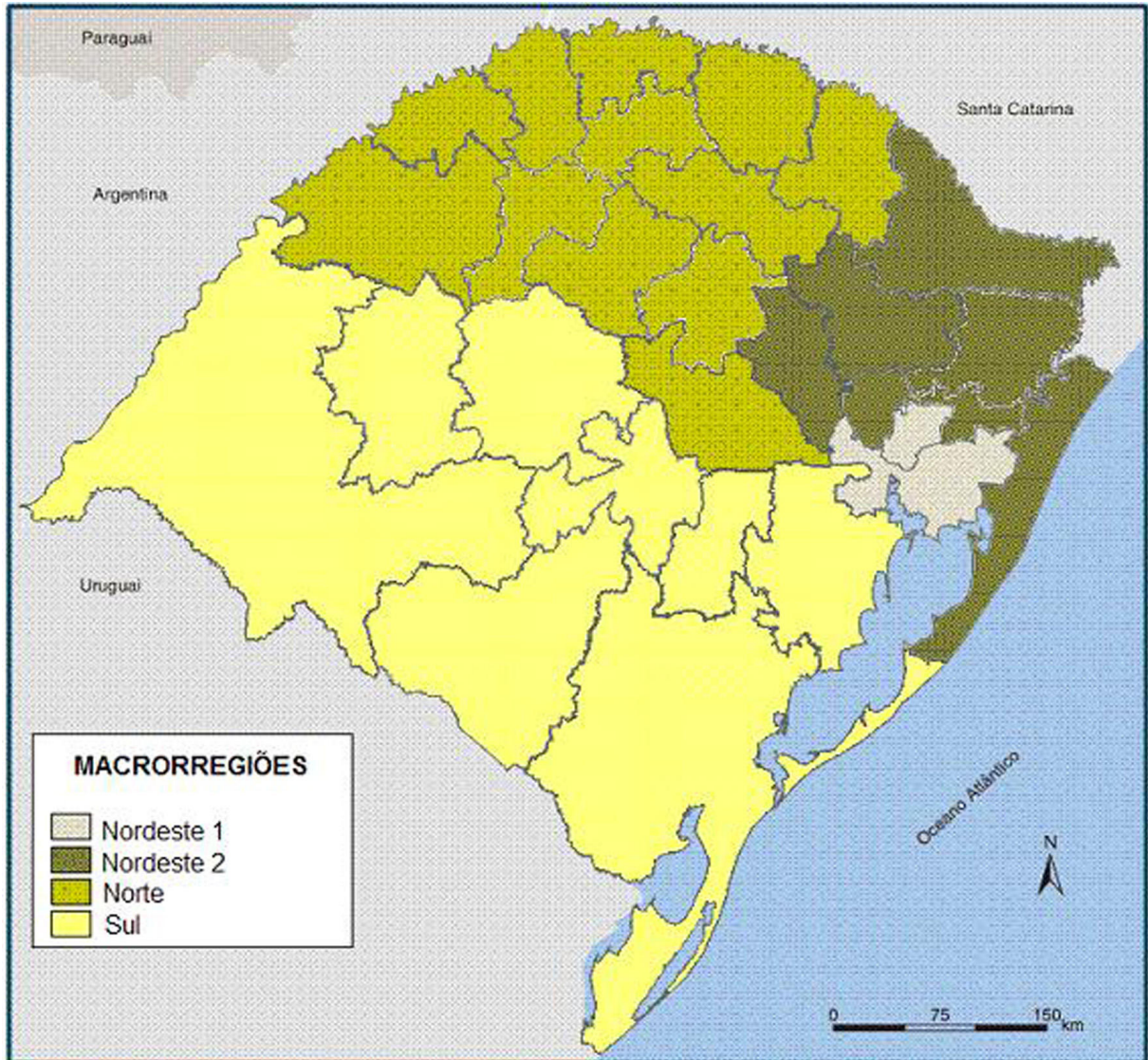


Ilustração 05 – Rio Grande do Sul: Regionalização de Bandeira e César
 Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Bandeira & César (2002).

Já as regiões funcionais foram definidas a partir de características de homogeneidade, polarização ou potencialidades comuns entre os COREDEs. As regiões funcionais, que são também consideradas de planejamento, devem perseguir objetivos integrados, compartilhados e complementares na busca do desenvolvimento e diminuição das disparidades intra e inter-regionais (RUMOS 2015, 2006). A Ilustração 06 ilustra a agregação dos COREDEs e a formação das nove regiões funcionais.

Segundo o Rumos 2015 (2006) a primeira região funcional de planejamento é formada pelos COREDEs do Vale do Caí, Vale do Rio dos Sinos, Delta do Jacuí, Paranhana e pelo COREDE Centro-Sul, que apresentam similaridades fortes nas características metropolitanas, ao concentrarem os principais polos urbanos de serviços e de industrialização. A segunda

região funcional é formada pelos COREDEs do Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari, que representam um espaço de transição entre a região metropolitana e o interior do Estado. A terceira região funcional é formada pelos COREDEs da Serra, Hortências e Campo de Cima da Serra, que apresentam laços econômicos e sociais em comum, além de apresentarem topografia similar.

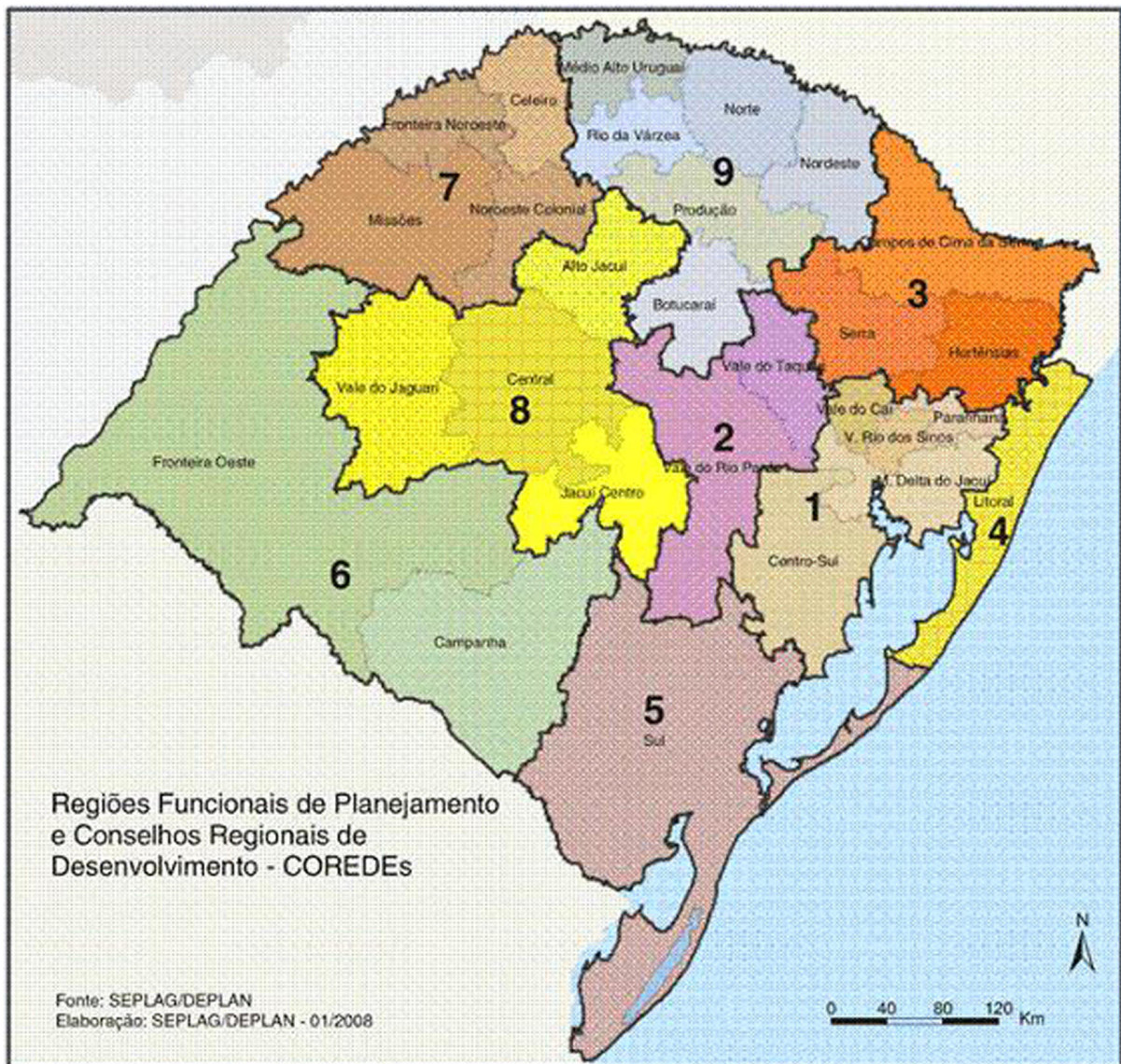


Ilustração 06 – Rio Grande do Sul: Regiões Funcionais
Fonte: Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2009.

A quarta região funcional corresponde ao COREDE Litoral, que possui características peculiares quanto ao meio ambiente e a especialização turística. A quinta região funcional corresponde ao COREDE Sul, que apresenta características singulares em relação aos outros COREDEs, sendo denominada pelo Rumos 2015 (2006) como uma região complexa e que apresenta dificuldades em seu desempenho. A Sexta região funcional é formada pelos

COREDEs da Campanha e Fronteira Oeste, que possuem características semelhantes nos indicadores econômicos, sociais e também na infra-estrutura.

A sétima região funcional, segundo o Rumos 2015 (2006) é formada pelos COREDEs das Missões, Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial e Celeiro, que apresentam certa homogeneidade nos seus perfis produtivos, mesmo apresentando diferenças significativas nas suas estruturas fundiárias. A oitava região funcional é formada pelos COREDEs do Vale do Jaguari, Alto Jacuí, Central e Jacuí Centro, ambos com características fortes no setor produtivo agropecuário e industrial. A nona região funcional de planejamento é formada pelos COREDEs do Médio Alto Uruguai, Rio da Várzea, Produção, Botucaraí, Nordeste e Norte, que mesmo apresentando diferenças nas suas estruturas fundiárias, no relevo e na presença de cadeias produtivas, possuem forte homogeneidade em termos de produção agropecuária e agroindustrial, nos setores da educação e saúde.

Para cada região funcional, o Rumos 2015 definiu estratégias de médio e longo prazo e elaborou uma série de iniciativas, projetos, ações, que devem ser adotadas pelos setores público e privado e pelos agentes que mais têm influência na economia local, no intuito de alcançar um processo de desenvolvimento que, concomitantemente ao crescimento econômico, seja territorialmente sustentável na garantia de acesso, permanência e desenvolvimento no uso e ocupação do solo (RUMOS 2015, 2006).

3.3.1 A formação da região do COREDE Norte/RS e seu entorno

Em um recorte voltado para a região em estudo é possível constatar que o processo de ocupação do norte do Rio Grande do Sul foi consolidado a partir do sistema de vendas de terras públicas, consideradas devolutas. Nesse processo, o objetivo do governo era ocupar a região com pessoas que ajudassem no progresso de todo o Estado, além de gerar lucro com o comércio das terras (NASCIMENTO, 2007). A ocupação da porção setentrional do Rio Grande do Sul com imigrantes serviria, inicialmente, para resolver o problema de isolamento da região, mesmo porque era necessário criar novas colônias de povoamento para abrigar o contingente populacional oriundo do crescimento das colônias velhas.

Bublitz (2006, p. 05) evidencia que a “busca por novas terras foi a tônica para a marcha rumo ao Alto Uruguai” (região que compreende grande parte da atual região do COREDE Norte/RS). Os primeiros núcleos de ocupação a serem formados nesta região foram de certa

rio Uruguai. No norte do Estado, a partir de 1910, os caminhos de ferro foram transportadores de histórias de vidas, de sonhos de enriquecimento e da busca de terras, e a estação passou a ser o ponto de chegada e de partida daquela movimentação humana.³⁴

Merecem destaque, também, no processo de ocupação das áreas do norte do Rio Grande do Sul, as empresas colonizadoras. Segundo Jacomelli (2004) as regiões próximas ao rio Uruguai se encontravam praticamente isoladas e, portanto, propícias para esconderijos para os maragatos. Preocupação que tornou implícita a necessidade de intervenção governamental na área, realizada através de projetos de ocupação e abertura de estradas desenvolvidas pela Comissão de Terras³⁵.

Ainda segundo Jacomelli (2004, p.54), de acordo com a Lei de Terras de 1922, era competência dos chefes das comissões fazerem e encaminharem as concessões dos lotes rurais, observando:

- a) a concessão a cada família de agricultor de um a mais lotes de 25 hectares cada um, aproximadamente;
- b) a concessão diretamente de um lote da mesma área a cada jovem de 15 anos de idade para cima;
- c) aos agricultores que já dispunham de terras suficientes não devem ser feitas concessões de novos lotes, pois cumpre utilizar com parcimônia o patrimônio territorial do Estado e sobre tudo evitar que se torne ele objeto de simples negócios mercantis. Esta medida exige maior vigilância, pois, uma vez expedidos os títulos definitivos, só excepcionalmente poderá voltar atrás o Estado;
- d) os preços de venda variarão com o valor venal das terras na ocasião, tendo-se em vista a qualidade, a situação e os meios de transportes. Quando houver erva-mate, será comprado o valor desta, e acrescido no preço do lote.

De acordo com as regulamentações tidas nas concessões dos lotes rurais, apontadas por Jacomelli, e considerando que as novas colônias foram implantadas sobre terras naturalmente adubadas, ricas em minerais (devido a cobertura original das matas), como afirma Bublitz (2006), as áreas do norte do Estado, incluindo o COREDE Norte/RS, se caracterizam pela

³⁴ As estações ferroviárias construídas no trecho da ferrovia entre Passo Fundo e Marcelino Ramos originaram vários municípios hoje pertencentes ao COREDE Norte/RS. De acordo com o estudo de Wolf (2005) pode-se citar as seguintes estações ferroviárias: “Erechim” (no atual município de Estação, que pertenceu a Getúlio Vargas), “Erebango” (atual Erebangó), “Paiol Grande” (atual Erechim), “Barro” (atual Gaurama), “Viaductos” (atual Viadutos), e “Alto Uruguay” (atual Marcelino Ramos).

³⁵ A Comissão de Terras era um órgão oficial do governo Riograndense. Na região do atual COREDE Norte/RS, a jurisdição da Comissão foi instaurada no território da colônia de Erechim (que compreendia praticamente todo o território dos municípios hoje pertencentes ao COREDE Norte). Esta Comissão tinha responsabilidade pela demarcação e financiamento de propriedades de terra, cadastramento de imigrantes, construção de hospedagens e abertura de caminhos. Encarregava-se, também, de fornecer alimentos, material agrícola, sementes, assistência médica, além de aferir dados demográficos e climáticos de produção e exportação e promover a urbanização (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, 2009).

consolidação de uma estrutura fundiária amparada em pequenas e médias propriedades rurais e fornecedoras de produtos agrícolas para outras regiões do Rio Grande do Sul e do Brasil, ganhando, nesse sentido, importância na esfera comercial.

Estas características não estavam totalmente presentes no Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas do Rio Grande do Sul, mas como demonstra Nascimento (2007, p.256) a situação próspera de algumas colônias do norte do Rio Grande do Sul já eram apontadas no relatório, como é o caso da colônia de Erechim em meados dos anos de 1910,

Para esta [...] foi demarcada uma área de 90.000 hectares, atravessada pela estrada de ferro, mas a colonização deve-se estender até o rio Uruguai, sempre abrangendo a via férrea, e dando lugar à fundação de mais um ou dois núcleos. É uma zona destinada a tomar um rápido impulso. Estão medidos 737 lotes, e destes, 200, já estão ocupados, sendo de presumir que dentro de um ano aquele número se tenha tornado insuficiente.

No estudo de Ducatti Neto (1981) são evidenciadas características da fase inicial do povoamento da Colônia de Erechim. Segundo o autor, já no início do seu povoamento, foram abertas estradas internas e externas à colônia, com a finalidade de facilitar a locomoção e o acesso das pessoas, fato que influenciou na rápida ocupação da região.

O mesmo autor informa que no ano de 1913 a Colônia de Erechim possuía 18.000 habitantes e em 1918 a população já era de 35.000 habitantes. O autor salienta, também, que as empresas colonizadoras foram responsáveis pela divisão do espaço natural da região em lotes rurais, sendo posteriormente vendidos aos (i)migrantes. É destaque, neste aspecto, a Empresa Colonizadora Luce, Rosa e Cia. Ltda, que tinha em seu domínio no ano de 1918 cerca de 40 mil hectares para a divisão em lotes. Esta empresa foi também responsável por abrir até 1922, mais de 120 quilômetros de estradas de rodagem, 110 quilômetros de estradas vicinais e 530 quilômetros de estradas para tropas.

Em decorrência dessa incipiente ocupação dos territórios próximos a Erechim, se tem o início da formação de vilas. Estas contribuíram para a emancipação de Erechim do município de Passo Fundo em 1918, e posteriormente originaram o desmembramento, a emancipação e a instalação de outros pequenos municípios na região.

A partir da instalação desses novos municípios se intensifica a ocupação da região, implicando em modificações na estrutura organizacional da sociedade local e

consequentemente em processos de reconfiguração da estrutura fundiária regional. A consolidação de tal estrutura se efetivou através de processos contínuos de remembramento e desmembramentos de imóveis rurais, os quais mantêm ou sofrem influência direta das atividades agropecuárias desenvolvidas na região.

3.3.2 COREDE Norte/RS: Caracterização Geral

O surgimento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, como visto anteriormente, data do ano de 1994. O COREDE Norte/RS, que faz parte dos primeiros conselhos a serem formados no Rio Grande do Sul, era inicialmente constituído por 26 municípios. No ano de 2002 este número passa para 30, com o ingresso dos municípios de Aratiba, Cruzaltense, Paulo Bento e Quatro Irmãos, no ano de 2003 aumenta para 31, com o ingresso do município de Charrua. No ano de 2008, Sertão também passa a fazer parte do Conselho Regional de Desenvolvimento Norte, denotando, assim, a sua configuração espacial atual, com 32 municípios integrantes (Ilustração 08).

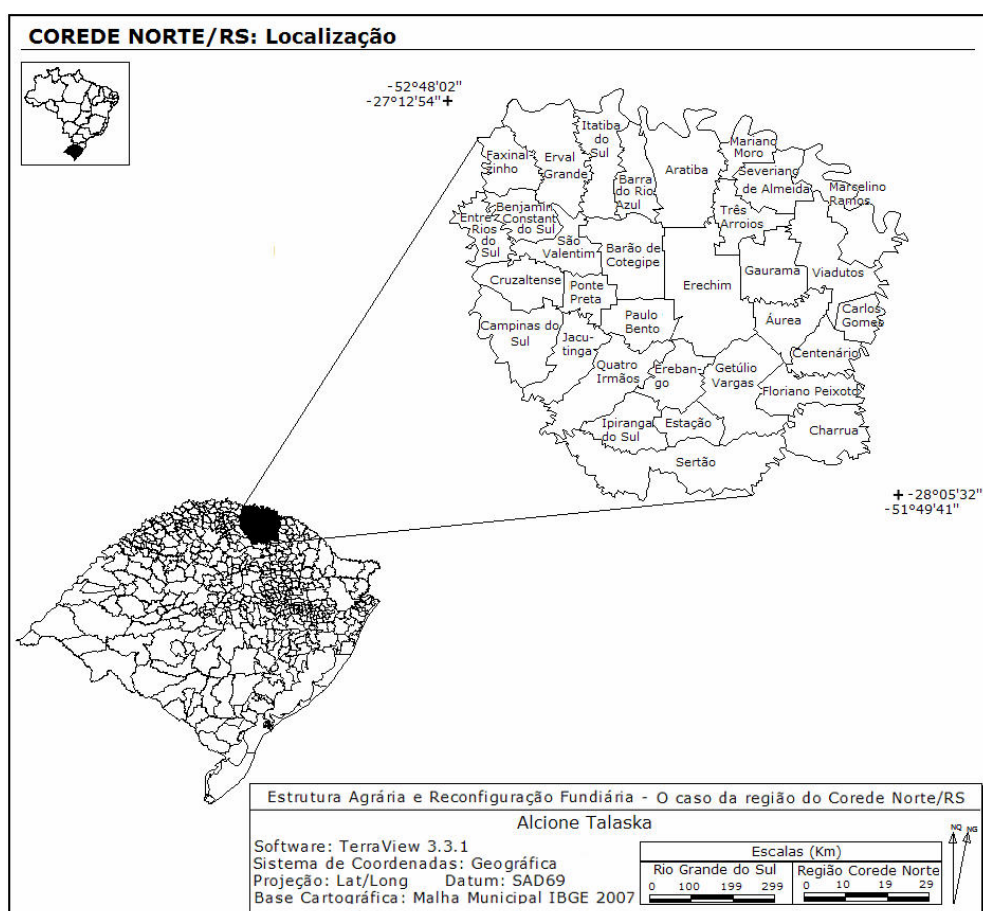


Ilustração 08 – Localização da região do COREDE Norte/RS

Fonte: Elaborado pelo autor.

A região do COREDE Norte/RS, integrada pelos 32 municípios, abrange uma área territorial de 6.347,93 km², representando 2,2 % da área territorial do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme o Quadro 01, Sertão é município com maior área territorial na região (439,47km²), seguido por Erechim (430,76km²) e Aratiba (341,07km²). Os municípios com menor área territorial são Carlos Gomes, Mariano Moro e Estação, com áreas de 83,15km², 99,11km² e 100,26 km², respectivamente.

Quadro 01 – Municípios integrantes da região do COREDE Norte/RS e suas respectivas áreas territoriais

Município	Área territorial (km²)
Sertão	439,47
Erechim	430,76
Aratiba	341,07
Getúlio Vargas	286,56
Erval Grande	285,91
Viadutos	268,47
Quatro Irmãos	267,98
Campinas do Sul	261,32
Barão de Cotegipe	259,90
Marcelino Ramos	229,61
Itatiba do Sul	212,12
Gaurama	204,14
Charrua	198,12
Jacutinga	179,29
Floriano Peixoto	168,42
Severiano de Almeida	167,61
Cruzaltense	165,71
Ipiranga do Sul	159,23
Áurea	158,29
São Valentim	154,18
Erebango	151,77
Três Arroios	148,66
Paulo Bento	148,18
Barra do Rio Azul	147,57
Faxinalzinho	143,38
Centenário	134,33
Benjamin Constant do Sul	132,39
Entre Rios do Sul	120,44
Ponte Preta	100,40
Estação	100,26
Mariano Moro	99,11
Carlos Gomes	83,15
REGIÃO COREDE NORTE/RS	6.347,93

Fonte: Área Territorial Oficial – IBGE, 2009.

Situada geograficamente no norte do estado do Rio Grande do Sul, a região em estudo (Ilustração 08), está localizada, segundo o Relatório Final do Inventário Contínuo do Rio Grande do Sul (2009), na região fisiográfica do Alto Uruguai. Esta região fisiográfica é

caracterizada pela presença da mata latifoliada (Mata Atlântica), entremeada pela Floresta Ombrófila Mista (Araucária) e pelo início do entrelaçamento das florestas com os campos.

A vegetação encontrada na região, entretanto, se encontra bastante devastada quando comparada ao início do processo de apropriação da região pelos colonizadores, sendo que os principais resquícios das formações vegetais nativas são encontrados em florestas ciliares ou em relevos com declividade mais acentuada.

Ainda segundo o relatório, e em acordo com o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2009), a área da região do COREDE Norte/RS faz parte da bacia sedimentar do Paraná e da unidade geomorfológica do Planalto Meridional, apresentando o predomínio de rochas de granulação fina a média, de coloração vermelha, rósea ou amarelo-clara. Os principais tipos de solo encontrados na região são: o solo *Chemossolo*, o *Latossolo*, o *Neossolo* e de forma menos abrangente o *Nitossolo*³⁶.

A rede hidrográfica que banha a região do COREDE Norte/RS (Ilustração 09) apresenta rios e córregos que correm para o norte até alcançarem o Rio Uruguai. Entre os principais se destacam: o Rio Passo Fundo (no qual foi construída a Hidrelétrica de Entre Rios do Sul), o Rio Erechim e o Lajeado Caçador.

De acordo com o Relatório Final do Inventário Contínuo do Rio Grande do Sul (2009), o padrão de drenagem da rede hidrográfica encontrada na região do COREDE Norte/RS apresenta o formato sub-dendrítico, caracterizando o relevo da região por uma mescla de relevo suave e acidentado com vales profundos e encaixados, o que proporciona contrastes altimétricos que variam de 100 a mais de 700 metros. Segundo FEEDADOS (2009), a altitude média das sedes municipais é de 624 metros, sendo as sedes municipais de Marcelinos Ramos (405 metros) e Mariano Moro (475 metros) as que apresentam as menores cotas altimétricas e as sedes dos municípios de São Valentim (836 metros) e Gaurama (787 metros) as maiores.

³⁶ De maneira geral, os solos da região do COREDE Norte/RS indicam a presença de matéria orgânica, devido à primitiva cobertura vegetal existente. Possuem variações de fertilidade e de profundidade, o que condiciona e limita a prática de determinados cultivos, em conformidade com a disposição do relevo. Os *Chemossolos* são solos que possuem alta fertilidade química, podendo ser aproveitado com maior intensidade dependendo do relevo a que estão associados. Os *Latosolos* são solos profundos, bem drenados, porém de baixa fertilidade. Os *Neossolos* são solos normalmente rasos, de formação recente, e seu uso exige práticas conservacionistas severas. Os *Nitossolos* são solos profundos, com boa drenagem e apresentam boa aptidão agrícola (ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL, 2009). Para maiores informações sobre os tipos de solos e sobre as áreas de sua ocorrência, ver: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=511>>.

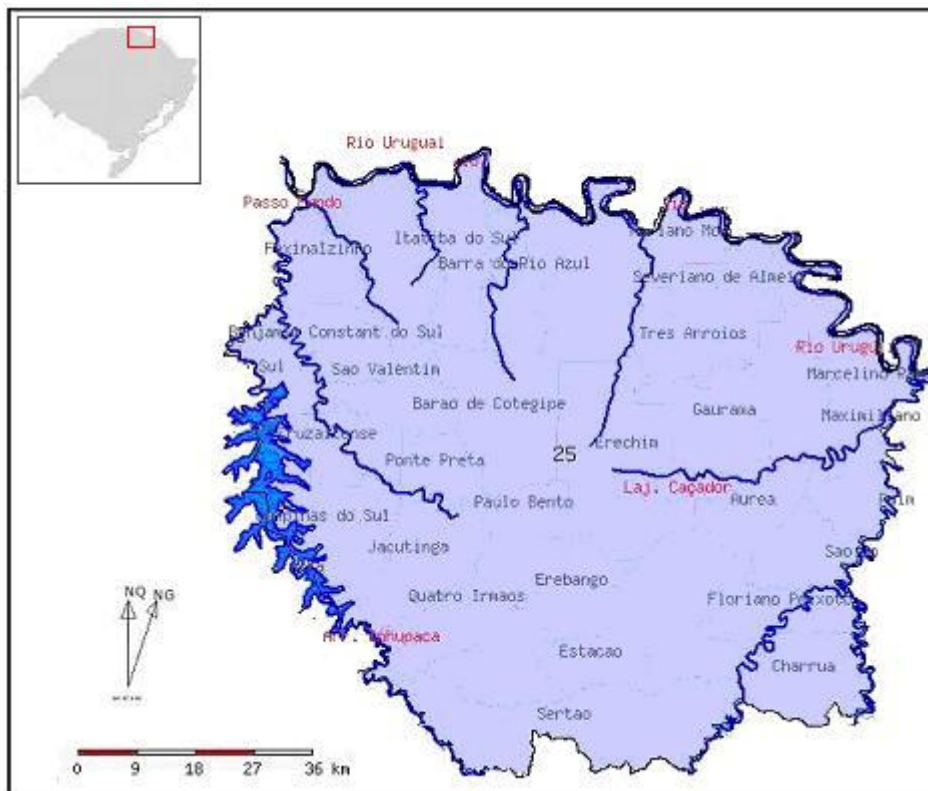


Ilustração 09 – Rede hidrográfica principal da região do COREDE Norte/RS
Fonte: Adaptado pelo autor a partir do Portal GeoLivre, 2009.

Segundo as informações disponibilizadas pelo Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2009), a região do COREDE Norte/RS apresenta médias pluviométricas anuais entre 1900 a 2300 milímetros, o que representa uma das maiores intensidades de chuvas do Estado e uma distribuição relativamente equilibrada das chuvas ao longo de todo o ano. As temperaturas médias anuais na região variam entre 14 e 18°C, apresentando grande variação sazonal, com verões quentes e invernos bastante rigorosos.

Segundo o RUMOS 2015 (2006), a região do COREDE Norte/RS apresenta alto crescimento do VAB (Valor Adicionado Bruto) e alto crescimento no emprego. A região disponibiliza boa infra-estrutura nos setores de telecomunicações (60 telefones para cada 100 pessoas no meio urbano e de 20 telefones para cada 100 pessoas no meio rural), transportes (76% da população acessam vias principais a distâncias inferiores a cinco quilômetros, porém a estrutura asfáltica é considerada insuficiente e mal conservada) e energia (98% dos domicílios urbanos e 75% dos domicílios rurais possuem energia elétrica, média superior a média estadual).

No que se refere a indicadores socioeconômicos, a região do COREDE Norte/RS vem apresentando nos últimos anos (2003 a 2005) índices médios de desenvolvimento, pouco

inferiores à média estadual. Ao analisar o nível de desenvolvimento socioeconômico da região do COREDE Norte/RS, consideramos o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). Este índice, segundo informações coletadas junto a Fundação de Economia e Estatística (FEE), é inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: Educação, Renda, Saúde e Saneamento e Domicílios (FEE, 2009). O índice varia de zero a um, e quanto mais próximo for de um, maior é o nível de desenvolvimento. O índice, no entanto, pode ser fracionado em três níveis de desenvolvimento: o nível baixo (índices até 0,499), o nível médio (índices entre 0,5 e 0,799) e o nível alto (maiores que 0,799).

A região do COREDE Norte/RS, observando o gráfico da Ilustração 10, apresenta os valores do IDESE praticamente estáveis para o período de 2003 a 2005, porém sua análise indica uma queda sucessiva neste período. Destacamos que o indicador de IDESE da região tem seu maior valor no ano de 2003 (0,746), apresentando declínio dos índices nos anos posteriores: 0,736 em 2004 e 0,731 em 2005. Em comparação com os indicadores estaduais, o IDESE da região do COREDE Norte/RS é inferior ao do Estado que apresentou 0,759 em 2003 e 0,761 em 2004 e 2005.

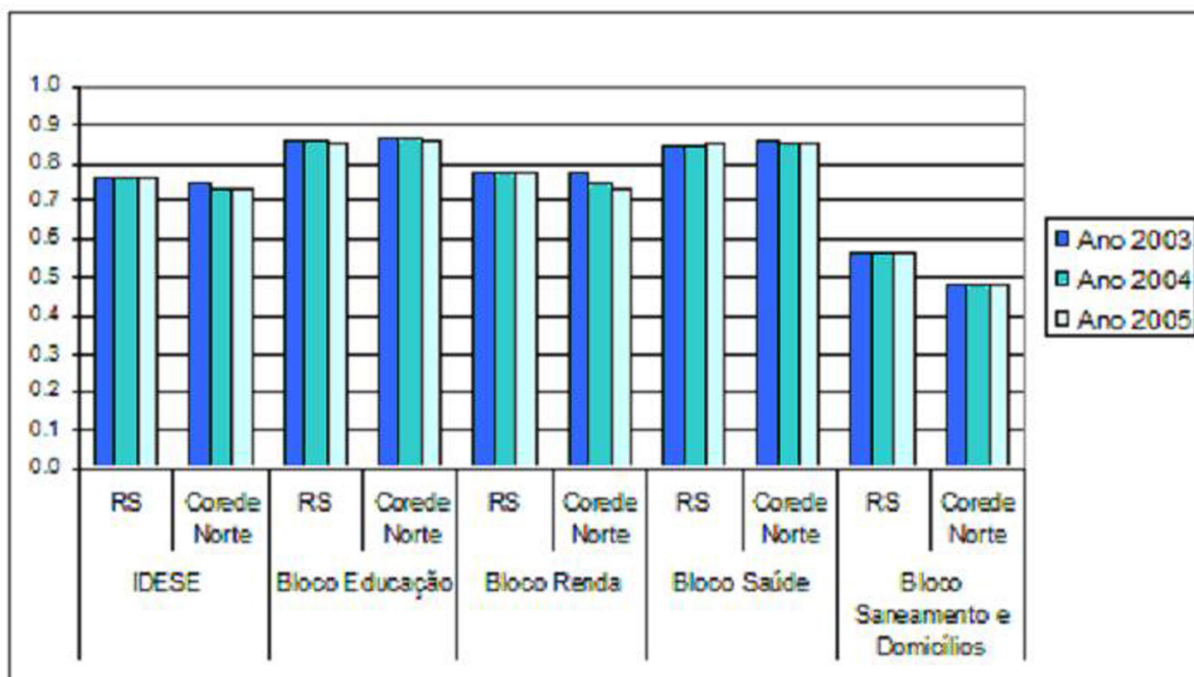


Ilustração 10 – Gráfico da série comparada do IDESE do Rio Grande do Sul e da região do COREDE Norte/RS (2003-2005)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de FEEDADOS, 2009.

Com relação aos municípios da região, no ano de 2005, os menores indicadores de IDESE foram constatados em Benjamin Constant do Sul e Carlos Gomes, 0,521 e 0,560 respectivamente. Os maiores foram verificados em Erechim (0,792) e Estação (0,757).

Entre os blocos do IDESE, a região do COREDE Norte/RS se destaca nos quesitos da educação e da saúde, apresentando altos níveis de desenvolvimento para estes índices. Os índices do bloco Educação, mesmo apresentando pequena regressão no período, se mantiveram praticamente estáveis (entre 0,864 e 0,857). No bloco Saúde, a região apresentou indicadores superiores ao do Estado nos três anos (0,860 contra 0,841 em 2003, 0,851 contra 0,846 em 2004, e 0,853 contra 0,851 em 2005), porém a diferença que era de 2,25% no ano de 2003, passou para apenas 0,23% no ano de 2005.

Os menores indicadores de desenvolvimento da região se encontram nos blocos Renda e Saneamento e Domicílios. No bloco Renda, que apresentava em 2003 indicadores superiores aos do Estado (0,776 contra 0,775), passou a apresentar índices inferiores nos anos posteriores (0,748 contra 0,776 em 2004 e 0,731 contra 0,774 em 2005). Já no bloco Saneamento e Domicílios a diferença entre os indicadores da região e do Estado flutuaram em torno de 0,12 entre um ano e outro (ficando entre 0,483 e 0,481 para a região e 0,566 e 0,568 para o Estado). Percebemos que neste item os indicadores ficaram abaixo de 0,7 e, portanto, distantes do almejado alto nível de desenvolvimento, carecendo, assim, formulação e implementação de políticas públicas que visam a melhoria da situação encontrada neste quesito.

Quanto à demografia, a região do COREDE Norte/RS apresenta, no período 1991-2007, uma diminuição de aproximadamente 0,4% na sua densidade populacional, passando de 35,2hab/km² em 1991 para 34,83hab/km² em 2007 (Tabela 01). O município mais populoso e, por consequência, com maior densidade populacional em 2007, é Erechim com 215,77 hab/Km², seguido pelo município de Estação com densidade demográfica pouco superior a 60 hab/Km². As menores densidades demográficas são encontradas nos municípios de Ipiranga do Sul com 12,5 hab/Km² e Sertão com 15,1 hab/Km².

Tabela 01 – Evolução demográfica do Rio Grande do Sul e da região do COREDE Norte/RS*

Ano	Rio Grande do Sul			COREDE Norte/RS			Rio Grande do Sul	CORED E Norte/RS	COREDE Norte/RS
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Grau de Urbanização		Densidade demográfica (hab/km ²)
1991	9.138.459	-	-	223.328	-	-	-	-	35,2
2000	10.187.834	8.318.667	1.869.167	224.324	144.051	80.273	81,65%	64,22%	35,3
2007	10.582.840	8.860.928	1.721.912	221.070	152.277	68.793	83,73%	68,88%	34,8

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Censo Demográfico e Contagem da População 2007, Paiva (2008a) e Área Territorial Oficial – IBGE (2009).

* As informações sobre a população total de 1991 e sobre as populações urbana e rural de 2000 estão referidas aos mesmos 496 municípios existentes no Rio Grande do Sul no ano de 2007. Este resultado é fruto de conversões e cálculos desenvolvidos por Paiva (2008a) considerando as emancipações ocorridas a partir de 1991. Estas conversões são necessárias para se comparar a mesma área territorial, visto que em 1991 existiam no Rio Grande do Sul 333 municípios, em 2000 passam a existir 467 municípios e atualmente existem 496.

A região do COREDE Norte/RS apresenta, conforme a Tabela 01, decréscimo gradativo na participação relativa de seu contingente populacional em relação ao total da população do Rio Grande do Sul. Verificamos que em 1991 a população da região equivalia a 223.328 habitantes, o que representava 2,44% da população do Estado. Em 2000, este índice decresce para 2,20%, e em 2007 para 2,09%, ano que a população regional apresentou 221.070 habitantes.

Conseqüentemente, em decorrência da diminuição da população absoluta regional (1991-2007), a taxa de variação anual de crescimento populacional também se apresenta negativa, mas beirando a estagnação (-0,06% ao ano). O período 2000 a 2007 se destaca por apresentar taxa de variação anual de crescimento populacional negativa (-0,21% ao ano), enquanto no período 1991 a 2000 a taxa de variação anual de crescimento populacional foi positiva (0,05% ao ano). Quanto à população rural, a região apresenta taxa de variação anual negativa (-2,18% a.a.), o que corrobora o aumento na taxa de urbanização que passa de 64,22% em 2000 para 68,88% em 2007.

Em suma, concluímos que a região do COREDE Norte/RS apresenta desempenho mediano nos índices de desenvolvimento socioeconômico, o que condiz, também, com a diminuição da porcentagem da população regional, comparativamente à média do Estado, e condiciona a pouca atratividade que o território regional apresenta frente a outras regiões do Rio Grande do Sul. Destacamos como ponto negativo o decréscimo da população rural, que pode representar uma falta de incentivo ao setor agropecuário, através de políticas de desenvolvimento agrário.

IV. ESTRUTURA AGRÁRIA E RECONFIGURAÇÃO FUNDIÁRIA NA REGIÃO DO COREDE NORTE/RS

O primeiro desafio da pesquisa foi o de constituir uma base que permitisse comparações espaço-temporais das configurações territoriais dos municípios integrantes da região. Assim, para realizar a análise da estrutura agrária da região do COREDE Norte/RS, entre os anos de 1992 e 2006, foi necessário uniformizar a delimitação geográfica, tanto no âmbito municipal, como também no próprio recorte regional, uma vez que a atual delimitação político-administrativa municipal diferencia-se daquela de 1992, em decorrência de emancipações de novos municípios, o que também repercutiu na delimitação da área de abrangência da região do COREDE Norte/RS.

A solução encontrada foi reconverter a delimitação atual dos territórios a uma formação territorial que possibilitasse realizar comparações intertemporais das áreas, criando áreas mínimas comparáveis. Assim, optamos por reconfigurar a região do COREDE Norte/RS em unidades de estudo (UEs), agrupando os territórios dos municípios que cederam e receberam áreas para a formação de novos municípios a partir do ano de 1992.

O Quadro 02 e a Ilustração 11 apresentam a agregação dos municípios e a formação das 18 UEs e suas respectivas áreas territoriais. As UEs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 não apresentaram modificações nas suas áreas territoriais após o ano de 1992, mantendo com isso a sua configuração territorial municipal. A UE 07, denominada Grande Aratiba, é formada pelos territórios atuais dos municípios de Aratiba e Barra do Rio Azul (formada a partir de desmembramento de parte do território de Aratiba em 20/03/1992). A UE 08, denominada Grande Áurea, é formada pelos territórios atuais dos municípios de Áurea e Centenário (emancipado de Áurea em 20/03/1992). A unidade de estudo 09, denominada Grande Campinas, é formada pelos territórios atuais dos municípios de Campinas do Sul e Cruzaltense (emancipado de Campinas do Sul em 16/04/1996).

A unidade 10 forma a maior UE em área territorial (1.386,5 Km²), sendo constituída por seis municípios. Esta UE, denominada Grande Erechim, é formada pelos territórios atuais de Erechim, Jacutinga, Barão de Cotegipe, Ponte Preta, Paulo Bento e Quatro Irmãos. Como Paulo Bento, emancipado em 16/04/1996, tem origem nos territórios de Ponte Preta (criado

em 20/03/1992, a partir do desmembramento de parte dos territórios de Barão de Cotegipe e Jacutinga), de Jacutinga e de Erechim (que também cedeu território, juntamente com Jacutinga, para a criação do município de Quatro Irmãos em 16/04/1996), agregamos estes municípios formando uma única UE.

Quadro 02 – Área territorial das unidades de estudo (UEs) da região do COREDE Norte/RS

Unidades de Estudo (UE)	Municípios integrantes	Área territorial (km ²)	Área territorial (hectare)
01 – Entre Rios do Sul	Entre Rios do Sul	120,444	12.044,4
02 – Erebango	Erebango	151,775	15.177,5
03 – Erval Grande	Erval Grande	285,913	28.591,3
04 – Estação	Estação	100,266	10.026,6
05 – Faxinalzinho	Faxinalzinho	143,381	14.338,1
06 – Gaurama	Gaurama	204,149	20.414,9
07 – Grande Aratiba	Aratiba e Barra do Rio Azul	488,643	48.864,3
08 – Grande Áurea	Áurea e Centenário	292,622	29.262,2
09 – Grande Campinas	Campinas do Sul e Cruzaltense	427,038	42.703,8
10 – Grande Erechim	Erechim, Jacutinga, Barão de Cotegipe, Ponte Preta, Paulo Bento e Quatro Irmãos.	1.386,545	138.654,5
11 – Grande São Valentim	São Valentim e Benjamin Constant do Sul	286,583	28.658,3
12 – Grande Viadutos	Viadutos e Carlos Gomes	351,627	35.162,7
13 – Ipiranga do Sul	Ipiranga do Sul	159,230	15.923,0
14 – Itatiba do Sul	Itatiba do Sul	212,121	21.212,1
15 – Marcelino Ramos	Marcelino Ramos	229,619	22.961,9
16 – Mariano Moro	Mariano Moro	99,110	9.911,0
17 – Severiano de Almeida	Severiano de Almeida	167,615	16.761,5
18 – Três Arroios	Três Arroios	148,667	14.866,7
TOTAL	REGIÃO	5.255,348	525.534,8

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Área Territorial Oficial – IBGE, 2009.

A UE 11, denominada Grande São Valentim, é formada pelos territórios atuais dos municípios de São Valentim e Benjamin Constant do Sul (emancipado de São Valentim em 28/12/1995). A UE 12, denominada Grande Viadutos, é formada pelos territórios atuais dos municípios de Viadutos e Carlos Gomes (emancipado de Viadutos em 20/03/1992).

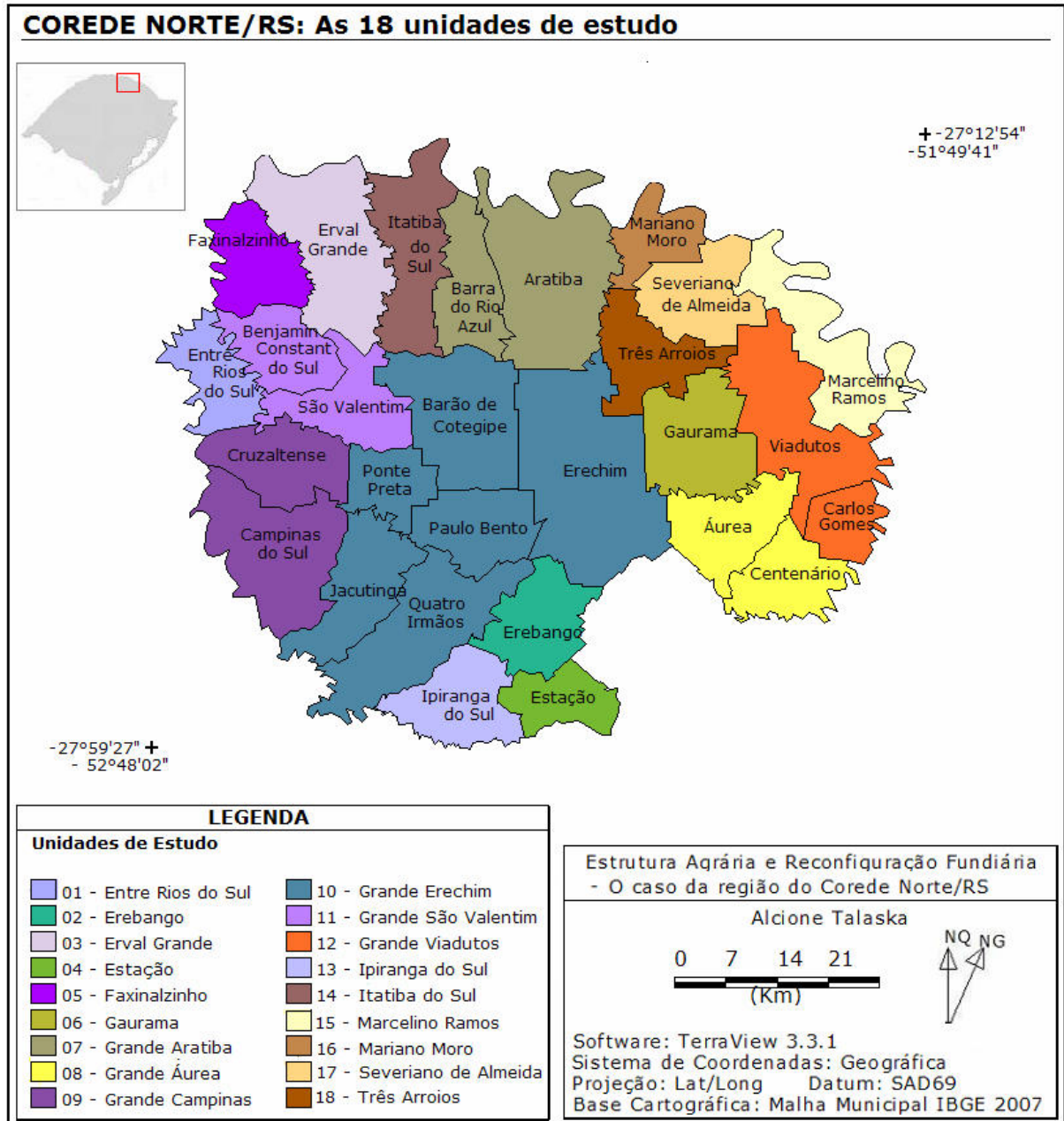


Ilustração 11 – Região do COREDE Norte/RS: As 18 Unidades de Estudo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os municípios de Getúlio Vargas, Charrua, Floriano Peixoto e Sertão, pertencentes à região do COREDE Norte/RS em 2009, não serão analisados neste estudo devido à grande incompatibilidade estatística decorrente da incongruência territorial originada com o desmembramento de parcelas dos territórios destes municípios e as emancipações ocorridas a partir de 1992³⁷.

³⁷ O problema origina-se com a criação do município de Charrua em 20/03/1992, que incorporou área territorial de Getúlio Vargas e Tapejara. Para tornar estes territórios comparáveis no período 1992-2006, teríamos que agrupá-los. O problema, no entanto, se acentua pelo fato de Tapejara não ceder território somente para a

4.1 Estrutura fundiária na região do COREDE Norte/RS

A análise da estrutura fundiária pode ser realizada com a utilização de duas fontes de dados, os dados do INCRA (imóveis rurais) e os dados do IBGE (estabelecimentos agropecuários), como demonstrado anteriormente. Para a nossa análise utilizamos ambas. As informações disponibilizadas pelo INCRA são referentes à estimativa cadastral de 1992 e à apuração especial do cadastro dos imóveis rurais de 2003, já os dados do IBGE são relativos aos Censos Agropecuários de 1996 e de 2006.

Para obtermos indicadores da estrutura fundiária, a partir dos dados do INCRA, foi calculado o índice de Gini, que apresentará o coeficiente de concentração da propriedade da terra para a região e para as UEs no período de 1992 a 2003³⁸.

Ao utilizarmos os dados do INCRA devemos reconhecer a possibilidade da concentração da terra ser maior, pois estes dados são referentes a cada imóvel rural, considerando sua contiguidade³⁹. A utilização da variável proprietário da terra, e não imóvel rural, como unidade básica para a análise da concentração da terra seria, segundo Girardi (2008), o melhor critério. O INCRA, no entanto, disponibiliza informações em um formato que apresenta somente os dados referenciados ao número total dos imóveis e à área total dos imóveis em cada estrato de área, não possibilitando a verificação da quantia de área que cada proprietário detém, em caso de possuir mais de um imóvel rural.

formação de Charrua, mas também para a formação de Vila Lângrado em 28/12/1995 e Santa Cecília do Sul em 16/04/1996. Santa Cecília do Sul, por outro lado, não foi formada unicamente a partir do território de Tapejara, mas também por parte dos territórios dos municípios de Água Santa, Caseiros e Ibiçá. Em suma: para tornar os municípios de Getúlio Vargas, Charrua e Floriano Peixoto, integrantes do COREDE Norte/RS, comparáveis no período de 1992 a 2006, teríamos que agregar aos seus territórios atuais, os territórios atuais de Tapejara, Vila Lângaro, Santa Cecília do Sul, Água Santa, Caseiros e Ibiçá. Já Sertão cede território, juntamente com Passo Fundo, para a formação de Coxilha em 20/03/1992. Em virtude dessa grande reconfiguração territorial ocorrida a partir de 1992, optamos por não agregar estes municípios, retirando os territórios dos municípios de Getúlio Vargas, Floriano Peixoto, Charrua e Sertão das análises.

³⁸ Segundo Girardi (2008, p.203), o índice de concentração da terra deve ser calculado somente através dos dados dos imóveis rurais. Calcular o índice de Gini para os estabelecimentos agropecuários “seria desconsiderar o pagamento da renda pré-capitalista da terra, condição à qual estão submetidos os produtores que não são proprietários”. Desse modo os dados do INCRA são os únicos que podem fornecer informações fidedignas sobre a real concentração/desconcentração da terra, visto que “esses dados indicam quem detém a terra e [que] por isso pode extrair a renda da terra”.

³⁹ Os dados disponibilizados pelo INCRA consideram o registro e matrícula do imóvel rural, examinando-os como unidades autônomas e distintas.

O índice de Gini é uma medida de desigualdade que estabelece valores entre **zero e um**, sendo que quanto mais próximo de **zero** menor é o grau de concentração e quanto mais próximo a **um** maior é o grau de concentração⁴⁰. Com o intuito de utilizarmos uma classificação intermediária a estes valores, buscamos em Câmara *apud* Graziano da Silva (1980) a seguinte escala para a concentração fundiária:

- Índice de Gini até 0,100: concentração nula;
- Índice de Gini de 0,101 a 0,250: concentração fraca;
- Índice de Gini de 0,251 a 0,500: concentração média;
- Índice de Gini de 0,501 a 0,700: concentração forte
- Índice de Gini de 0,701 a 0,900: concentração muito forte;
- Índice de Gini acima de 0,901: concentração muito forte aproximando-se de absoluta.

Na região em estudo, o índice de Gini para o ano de 2003 era de 0,278, o que seguindo a escala definida por Câmara indica concentração média da terra, porém com índices próximos à concentração fraca.

A Tabela 02 apresenta os dados do índice de Gini para a região e para as UEs em 1992 e 2003. No ano de 1992 todas as UEs apresentavam índices superiores a 0,250 e menores que 0,500, denotando assim a característica de concentração média da terra na região. As UEs Grande Áurea, Erebango, Faxinalzinho, Erechim, Erval Grande, Grande Aratiba e Estação foram as que apresentaram maior concentração. Em oposição, as UEs Entre Rios do Sul, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Gaurama, Severiano de Almeida, Grande Campinas do Sul, Grande São Valentim, Itatiba do Sul, Ipiranga do Sul, Grande Viadutos e Três Arroios apresentavam a estrutura fundiária mais desconcentrada.

⁴⁰ O índice de Gini foi calculado seguindo os pressupostos de Hoffman (1998), que o apresenta com a seguinte fórmula matemática:

$$G_e = 1 - \sum_{h=1}^k (\phi_{h-1} + \phi_h) \pi_h$$

Onde:

G_e = índice de Gini da desigualdade entre os estratos dos imóveis rurais

ϕ_h = proporção acumulada da área acumulada no estrato h

π_h = proporção do número dos imóveis rurais situados no estrato h

Tabela 02 – Índice de Gini das UEs da região do COREDE Norte/RS (1992-2003)

UNIDADES DE ESTUDO	Índice de Gini			
	1992	2003	Evolução 1992-2003	
Concentração Fraca (2003)				
16	Mariano Moro	0,280	0,166	-0,114
02	Erebango	0,325	0,208	-0,117
Concentração Média (2003)				
11	Grande São Valentim	0,287	0,257	-0,031
01	Entre Rios do Sul	0,259	0,262	0,003
15	Marcelino Ramos	0,265	0,268	0,003
06	Gaurama	0,285	0,275	-0,010
08	Grande Áurea	0,376	0,277	-0,099
17	Severiano de Almeida	0,285	0,280	-0,005
09	Grande Campinas do Sul	0,285	0,280	-0,005
04	Estação	0,301	0,284	-0,017
13	Ipiranga do Sul	0,291	0,284	-0,007
14	Itatiba do Sul	0,287	0,285	-0,002
18	Três Arroios	0,293	0,289	-0,003
12	Grande Viadutos	0,292	0,290	-0,002
10	Grande Erechim	0,306	0,290	-0,016
06	Faxinalzinho	0,323	0,297	-0,026
07	Grande Aratiba	0,302	0,299	-0,003
03	Ervál Grande	0,303	0,301	-0,002
Região COREDE Norte/RS		0,295	0,278	-0,017

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Banco de Dados INCRA – Estatísticas Cadastrais Municipais 1992 e Estatísticas Cadastrais Municipais 2003.

A evolução do índice de Gini no período 1992-2003, que pode ser também observada na Ilustração 12, indica que a maioria das UEs apresentaram redução do índice e com isso desconcentração fundiária, exceção somente para as UEs Entre Rios do Sul e Marcelino Ramos que tiveram o índice aumentado em 0,003.

Com as maiores alterações no índice de Gini no período de 1992 a 2003, estão as UEs Mariano Moro e Erebangó que passaram a indicar fraca concentração da terra, na medida que tiveram seus índices reduzidos para menos de 0,250, e também as UEs Grande Áurea (que teve o índice reduzido em quase 0,1) e Grande São Valentim (com redução de pouco mais de 0,03 no seu índice de Gini Terra). As demais UEs mantiveram praticamente estáveis os índices de concentração da terra.

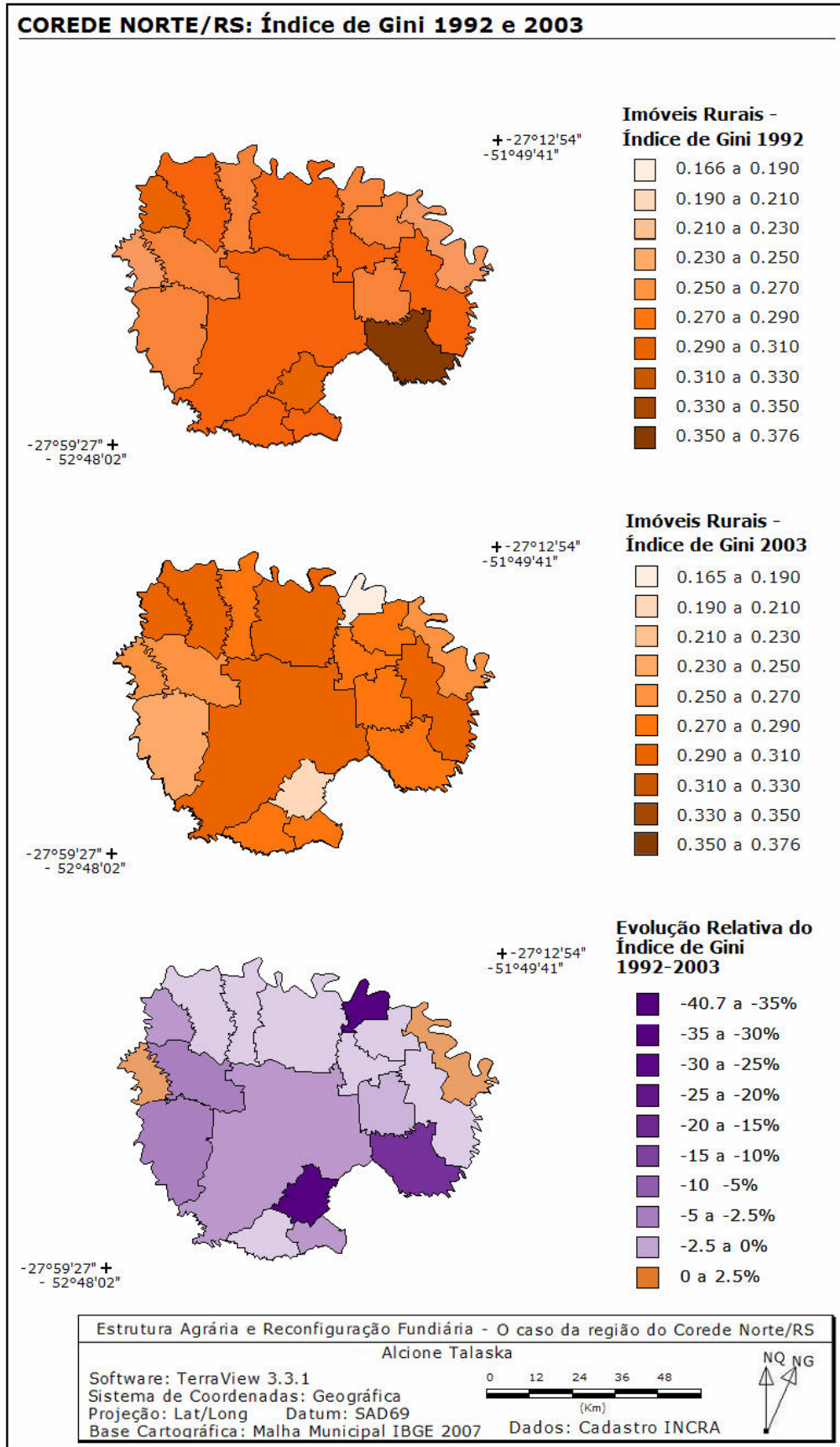


Ilustração 12 – Região do COREDE Norte/RS: Índice de Gini (1992-2003)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com estas informações verificamos que a evolução do índice de Gini regional entre os anos de 1992 e 2003, de apenas -0,017, indicou pouca mudança na concentração fundiária regional, sendo que as principais alterações na concentração/desconcentração da terra ocorreram de maneira isolada no território, o que pode ser observado na Ilustração 12.

Para que a análise da reconfiguração fundiária seja mais reveladora, também verificamos o número dos imóveis rurais e suas respectivas áreas territoriais para os anos de 1992 e 2003. Nesta caracterização analisamos o aspecto número de imóveis rurais por estratos de área, o que permitiu que visualizássemos mais detalhadamente o comportamento da estrutura fundiária na região.

A comparação da diferença relativa (porcentagem) entre o número e a área dos imóveis rurais permitiu identificar se o movimento de reconfiguração fundiária na região do COREDE Norte/RS no período de 1992-2003 foi concentrador ou desconcentrador de terras.

Para que a reconfiguração fundiária seja concentradora, a diferença relativa do número dos imóveis rurais tende a ser inferior à diferença relativa da área ocupada pelos imóveis rurais no período analisado. Assim, à medida que a porcentagem de área é maior que a porcentagem dos imóveis, podemos afirmar que os imóveis rurais estão incorporando área territorial e com isso concentrando áreas de terra.

Para que a reconfiguração fundiária seja desconcentradora ocorre o contrário, a diferença relativa do número dos imóveis rurais tende a ser maior que a diferença relativa na área ocupada pelos imóveis rurais. Neste caso, a porcentagem da área dos imóveis rurais é inferior a porcentagem do número dos imóveis, o que indica desconcentração fundiária.

Na Tabela 03 e 06 apresentamos os dados referentes à estrutura fundiária para a região no período 1992-2003. Em 1992 os imóveis rurais na região eram 18.725, ocupando 70,4% da área territorial da região, ou seja, 370.083,3 ha, o que perfaz uma área média de 19,76 ha por imóvel rural. Em 2003, o número de imóveis rurais na região passou para 19.971, ocupando 68,8% da área territorial da região, ou seja, 361.823,7ha, perfazendo uma área média por imóvel rural de 18,11ha.

A comparação entre 1992 e 2003 infere que o número de imóveis rurais na região teve um aumento de 6,65%, enquanto que a área ocupada por estes imóveis apresentou decréscimo de 2,2%. Estes dados fornecem outras pistas sobre o comportamento da estrutura fundiária

regional no período. Há de se destacar que os indícios são realmente de desconcentração fundiária, uma vez que a diferença relativa entre 1992 e 2003 na área ocupada pelos imóveis é inferior à diferença relativa do número dos imóveis rurais para o mesmo período. Existem, no entanto, questões que precisam ser aprofundadas. É preciso analisar com mais detalhes o processo de reconfiguração fundiária para que possamos inferir com maior fidedignidade os tamanhos dos imóveis rurais que apresentaram maiores índices de concentração ou desconcentração de terras.

A reconfiguração da estrutura fundiária entre 1992 e 2003 está transcrita na Tabela 03. Nesse período, os imóveis rurais classificados como minifúndio e pequena propriedade foram responsáveis pela totalidade do aumento verificado no número total dos imóveis e na área total dos imóveis rurais da região, visto que os imóveis classificados como média e grande propriedade apresentaram diminuição em seu número e área.

Tabela 03 – Região do COREDE Norte/RS: Reconfiguração da estrutura fundiária segundo a classificação dos imóveis rurais (1992-2003)

Classificação dos Imóveis Rurais	1992		2003		Diferença do número dos imóveis rurais 1992-2003		Diferença da área (ha) total dos imóveis rurais 1992-2003	
	Imóveis	Área (há)	Imóveis	Área (ha)	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
Minifúndio	12.068	132.256,8	13.339	142.673,0	1.271	10,53	10.416,2	7,88
Pequena Propr.	6.344	190.202,4	6.505	193.081,2	161	2,54	2.878,8	1,51
Média Propr.	211	26.970,6	108	14.492,6	-103	-48,82	-2.478,0	-46,27
Grande Propr.	41	20.249,7	19	11.576,9	-22	-53,66	-8.672,3	-42,83
Total Região	18.725	370.083,3	19.971	361.823,7	1.246	6,65	-8.259,6	-2,23

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Banco de Dados INCRA - Estatísticas Cadastrais Municipais 1992 e Estatísticas Cadastrais Municipais 2003.

O minifúndio e a pequena propriedade tiveram suas áreas aumentadas em 13.295 ha, 10.416,2 ha e 2.878,8 ha respectivamente. Já a média e grande propriedade apresentaram uma diminuição de 11.150,3 ha, ou seja, uma redução nas suas áreas totais de 2.478 ha e 8.672,3 ha, respectivamente.

Quanto às UEs, observamos, na Ilustração 13, o predomínio no número dos minifúndios e das pequenas propriedades, tanto em 1992 quanto em 2003. Em relação à área total dos imóveis rurais visualizamos, também, o predomínio das áreas formadas pelos minifúndios e pequenas propriedades. Enfatizamos, porém que a representação das médias e grandes

propriedades é significativa e não pode ser desprezada, pois mesmo apresentando um número reduzido de imóveis apresenta indicativo de concentração de terras.

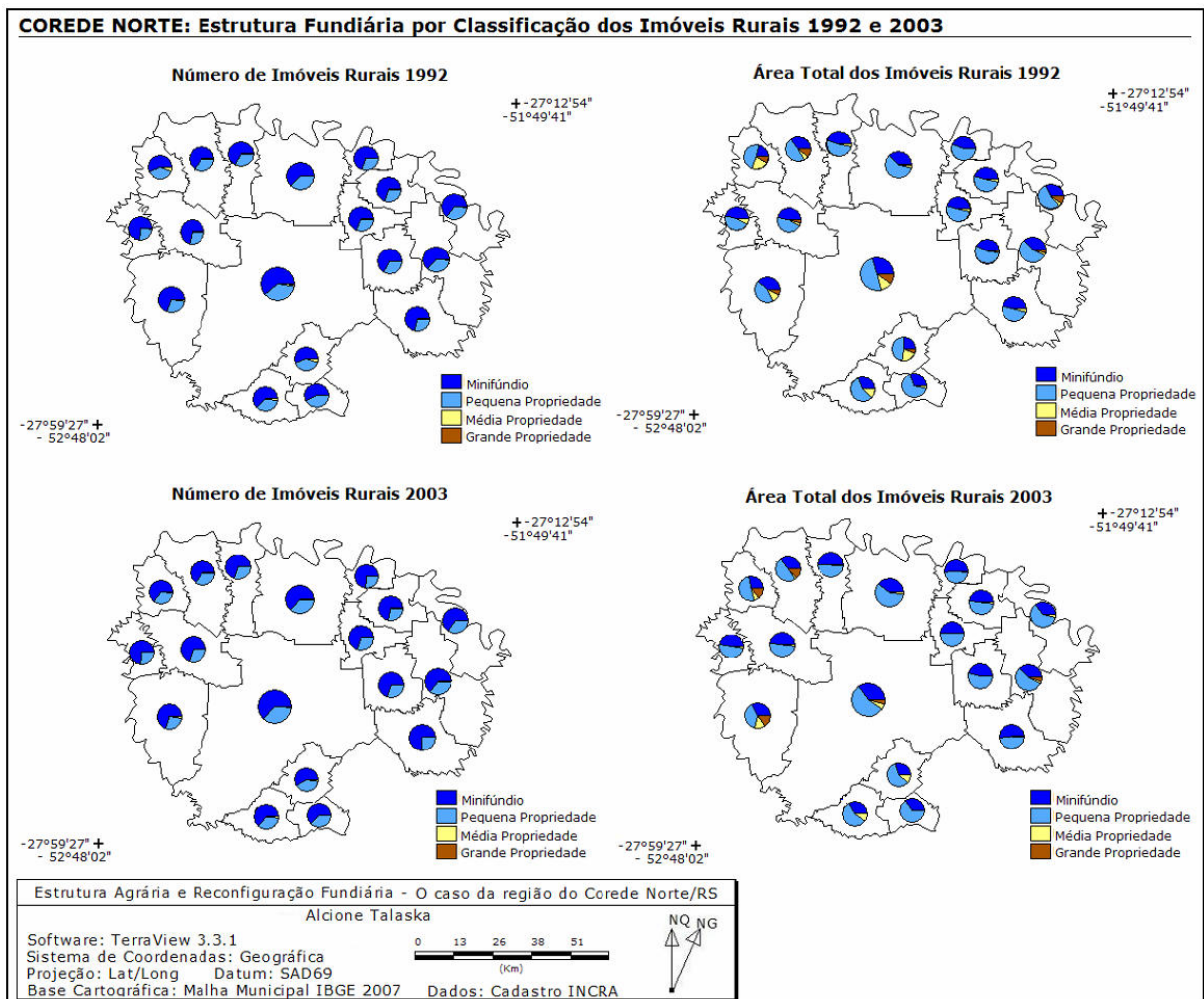


Ilustração 13 – Região COREDE Norte/RS: Estrutura fundiária segundo a classificação dos imóveis rurais (1992 e 2003)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 1992, as UEs Faxinalzinho, Erval Grande, Maximiliano de Almeida, Grande Erechim, Grande Campinas do Sul, Erebango, Entre Rios do Sul, Grande São Valentim, Grande Viadutos e Severiano de Almeida apresentaram as maiores proporções de área ocupada com médias e grandes propriedades em relação à área total de seus imóveis rurais.

Quanto à evolução interna destes grupos de imóveis (minifúndio, pequena, média e grande propriedade), não é possível verificarmos simetricamente os dados, pois a disposição das informações apresentada pelo INCRA segue uma simetria que não corresponde com os estratos de área resultantes da classificação dos imóveis da região em relação ao valor do

módulo fiscal⁴¹. Contudo, na Tabela 04, apresentamos a caracterização da estrutura fundiária regional e a sua reconfiguração no período 1992-2003, seguindo a classificação dos imóveis rurais mediante os estratos de área disponibilizadas pelo INCRA.

Tabela 04 – Região do COREDE Norte/RS: Evolução da estrutura fundiária segundo os estratos de área dos imóveis rurais (1992-2003)

Estratos de Área (hectare)	1992		2003		Diferença do número dos imóveis rurais 1992-2003		Diferença da área (ha) total dos imóveis rurais 1992-2003	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
< 2	333	370,9	518	1.052	185	55,56	681,1	183,63
2 < 5	1.217	4.144,4	1.710	8.096,7	493	40,51	3.952,3	95,36
5 < 10	2.717	19.704,6	3.626	33.207,3	909	33,46	13.502,7	68,53
10 < 25	9.916	154.443,6	10.009	159.174,4	93	0,94	4.730,8	3,06
25 < 50	3.834	116.919,7	3.592	111.132,1	-242	-6,31	-5.787,6	-4,95
50 < 100	543	34.968,4	437	27.558,1	-106	-19,52	-7.410,3	-21,19
100 < 200	103	14.054,2	51	8.172,2	-52	-50,49	-5.882,0	-41,85
200 < 500	49	15.789,0	24	9.319,0	-25	-51,02	-6.470,0	-40,98
500 < 1000	10	6.156,8	4	4.111,9	-6	-60,00	-2.044,9	-33,21
1000 < 2000	3	3.531,7	0	0,0	-3	-100,00	-3.531,7	-100,00
Total Região	18.725	370.083	19.971	361.823	1.246	6,65	-8.259,6	-2,23

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Banco de Dados INCRA - Estatísticas Cadastrais Municipais 1992 e Estatísticas Cadastrais Municipais 2003.

Observamos, neste período, que os imóveis rurais com até 10 ha apresentaram o maior crescimento, tanto no número absoluto dos imóveis (aumento de 1.587 imóveis) quanto na área absoluta destes imóveis (aumento de 18.136,1 ha), o que representa um aumento de 37,2% no número dos imóveis rurais e um aumento de 74,9% em suas áreas.

As menores diferenças, absoluta e relativa, entre 1992 e 2003 foram encontradas nos imóveis com área entre 10 e 50 ha, tendo os imóveis com 10 a menos de 25 ha um aumento de 0,94% no número dos imóveis e de pouco mais de 3% na sua área total. Já o estrato de área com 25 a 50 ha apresentou uma diminuição de 6,3% no número de imóveis e uma diminuição de 4,95% na sua área ocupada. Esta redução do número e área dos imóveis rurais foi verificada também nos estratos que a sucedem.

⁴¹ Segundo INCRA (2007), para os municípios integrantes à região do COREDE Norte/RS, 1 (um) módulo fiscal equivale a 20 ha. Em vista disso, e seguindo o exposto no capítulo segundo (seção 2.3.2), os estratos de área utilizados para a classificação dos imóveis rurais para a região em estudo são:

- Minifúndio: imóvel rural com área inferior a 20 ha;
- Pequena propriedade: imóvel rural com área entre 20 até 80 ha;
- Média propriedade: imóvel rural entre 80 até 300 ha;
- Grande propriedade: o imóvel rural com área superior a 300 ha.

Para os imóveis rurais com área entre 50 e menos de 200ha, que apresentou decréscimo de 24,4% no número de imóveis, a diminuição na área ocupada foi de 13.292,3ha (27,1%). Já para o estrato dos imóveis entre 200 e 500ha que apresentou diminuição de 52 imóveis rurais (-50,49%), a área reduzida foi de 5.882,0ha, ou seja, houve uma diminuição de 41,85% na área total ocupada por estes imóveis rurais. Para os imóveis rurais com mais de 500ha, que totalizavam 13 em 1992 e passaram para apenas 4 em 2003, houve diminuição de 5.576,6ha (57,5%) na área total ocupada por estes imóveis em relação com o ano de 1992.

Ao considerarmos somente os imóveis rurais com área superior a 25ha observamos um decréscimo em todos os estratos de imóveis rurais e nas suas respectivas áreas. Isso indica certa desconcentração fundiária e ainda uma diminuição da área total ocupada por estes imóveis rurais.

O gráfico da Ilustração 14 e os mapas da Ilustração 15 permitem visualizarmos com mais nitidez as alterações no número de imóveis rurais e na área total dos imóveis na região.

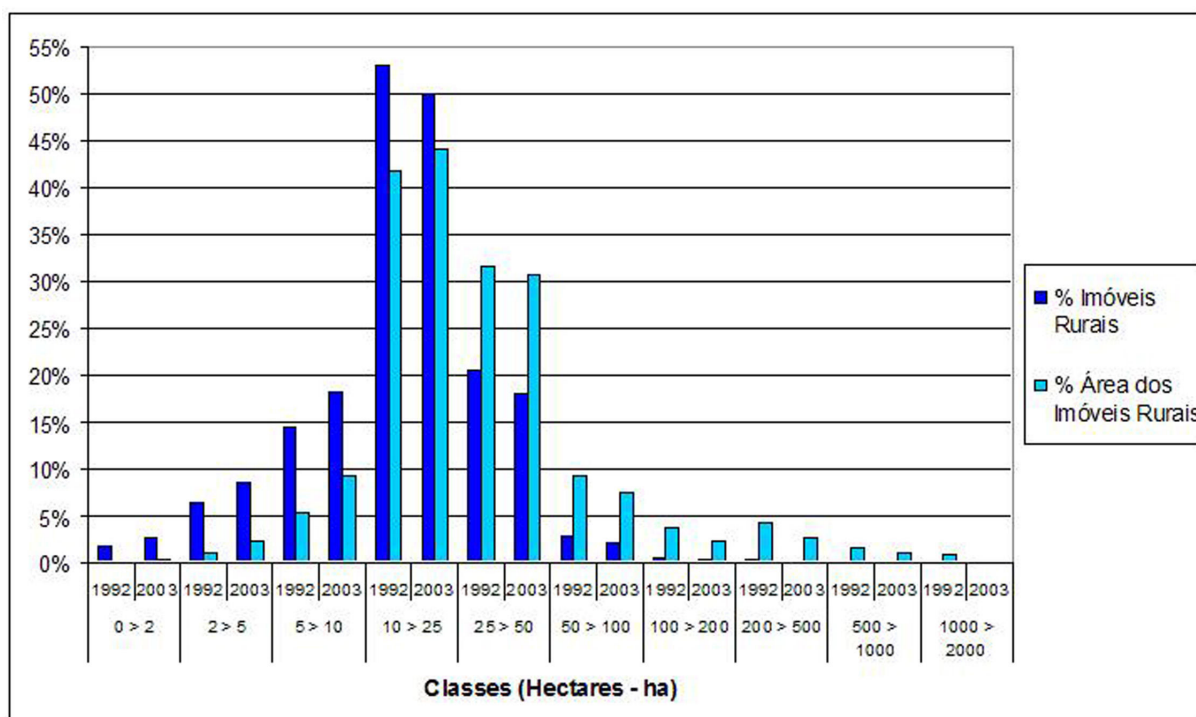


Ilustração 14 – Região do COREDE Norte/RS: Gráfico da porcentagem do número e da área dos imóveis rurais (1992-2003)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Banco de Dados INCRA – Estatísticas Cadastrais Municipais 1992 e Estatísticas Cadastrais Municipais 2003.

Observamos, através do gráfico, que a soma da porcentagem do número dos imóveis rurais com até 25 ha (75,7% em 1992 e 79,4% em 2003) é maior do que a soma da

porcentagem da área ocupada por estes imóveis rurais (48,2% em 1992 e 55,7% em 2003). Situação que se inverte nos imóveis com mais de 25 ha, onde a área total passa a indicar uma maior concentração de terras, em um número cada vez mais reduzido de imóveis rurais (no ano de 1992, os imóveis rurais com mais de 25ha representavam 51,8% da área total dos imóveis na região, já no ano de 2003 passaram a representar 44,3%).

Isso indica que o número dos imóveis rurais com menor proporção de área é maior e sua área territorial total ocupa, na maioria dos casos, menos área do que os poucos imóveis rurais que possuem grande extensão territorial. Assim, entendemos que é característica da região uma estrutura fundiária amparada principalmente em imóveis rurais com área inferior a 25ha, o que é corroborado pelos dados apresentados na Tabela 05 e Ilustração 13, que evidenciam a predominância dos minifúndios e pequenas propriedades na região.

Os mapas da Ilustração 15, também nos fornecem pistas sobre a evolução do número e da área dos imóveis rurais considerando as UEs. Através desse mapeamento podemos evidenciar onde ocorreu acréscimo de novas áreas aos imóveis rurais.

Observamos que o aumento mais significativo do número e área dos imóveis rurais ocorreu na UE de Entre Rios do Sul, com aumento de 80,2% no número total dos imóveis rurais (251 imóveis) e de 71,8% na área total ocupada pelos imóveis rurais (3.498,3ha), na UE Grande São Valentim, com aumento de 78,7% no número total dos imóveis rurais (500 imóveis) e de 74,4% na área total dos imóveis rurais (8.098,4ha), e na UE Grande Áurea, com aumento de 73,1% no número total dos imóveis rurais (610 imóveis) e de 61% na área total dos imóveis rurais (8.020,6ha).

Também apresentaram aumento no número e na área total dos imóveis rurais, porém com menos expressão na evolução relativa, a UE Ipiranga do Sul, com aumento de 12,9% no número total dos imóveis rurais (75 imóveis) e 6,3% na área total dos imóveis rurais (769,5ha), a UE Gaurama, com aumento de 12,2% no número total dos imóveis rurais (118 imóveis) e 4,3% na área total dos imóveis rurais (699,8ha), a UE Faxinalzinho, com 21,1% de aumento no número total dos imóveis rurais (70 imóveis) e 0,2% na área total dos imóveis rurais (15,5ha), a UE Marcelino Ramos, com aumento de 9,7% no número total dos imóveis rurais (86 imóveis) e 1,0% na área total dos imóveis rurais (169,5ha), a UE Três Arroios, com aumento de 8,2% no número total dos imóveis rurais (55 imóveis) e 1,9% na área total dos imóveis rurais (224,4ha), a UE Itatiba do Sul, com aumento de 7,9% no número total dos

imóveis rurais (74 imóveis) e 3,4% na área total dos imóveis rurais (545,5ha), a UE Grande Viadutos, com aumento de 5,6% no número total dos imóveis rurais (83 imóveis) e 4,1% na área total dos imóveis rurais (1.161,7ha) e a UE Severiano de Almeida, com aumento de 5,1% no número total de imóveis rurais (44 imóveis) e 0,7% na área total dos imóveis rurais (102,4ha).

As UEs Erebangó, Mariano Moro, Estação e Erval Grande apresentaram aumento no número total de imóveis rurais e redução da área total ocupada pelos imóveis rurais, sendo que a UE Erebangó apresentou aumento de 11,1% no número dos imóveis rurais (49 imóveis) e redução de 7,8% na área total dos imóveis rurais (-919,0ha), a UE Mariano Moro apresentou aumento de 11,1% no número dos imóveis rurais (32 imóveis) e redução de 1,2% na área total dos imóveis rurais (-102,2ha), a UE Estação apresentou aumento de 7,8% no número dos imóveis rurais (46 imóveis) e redução de 1,5% na área total dos imóveis rurais (-101,3ha) e a UE Erval Grande apresentou aumento de 0,7% no número dos imóveis rurais (6 imóveis) e redução de 0,4% na área total dos imóveis rurais (-70,8ha).

Já a redução do número e da área total dos imóveis rurais foi verificada na UE Grande Campinas do Sul, com diminuição de 29,3% no número total dos imóveis rurais (-412 imóveis) e de 21,4% na área total dos imóveis rurais (-5.737,9ha), na UE Grande Erechim, com diminuição de 8,3% no número total dos imóveis rurais (-386 imóveis) e de 21,4% na área total dos imóveis rurais (-22.153,7ha) e na UE Grande Aratiba, com diminuição de 2,7% no número total dos imóveis rurais (-55 imóveis) e de 6,2% na área total ocupada pelos imóveis rurais (-2.480,3ha).

Considerando a área média dos imóveis rurais, observamos que a evolução nas UEs entre 1992 e 2003 ficou entre 11,2 e -17,3%, sendo que a maioria das UEs (17 das 18) apresentaram redução na área média de seus imóveis rurais. A UE Grande Campinas do Sul foi a única que apresentou aumento na área média dos imóveis rurais (11,2%), passando de 19,08ha em 1992 para 21,2ha em 2003. Com diminuição da área média dos imóveis rurais, destacaram-se as UEs de Faxinalzinho (passando de 28,5ha em 1992 para 23,6ha em 2003), e de Erebangó (passando de 22,6ha em 1992 para 22,1 em 2003).

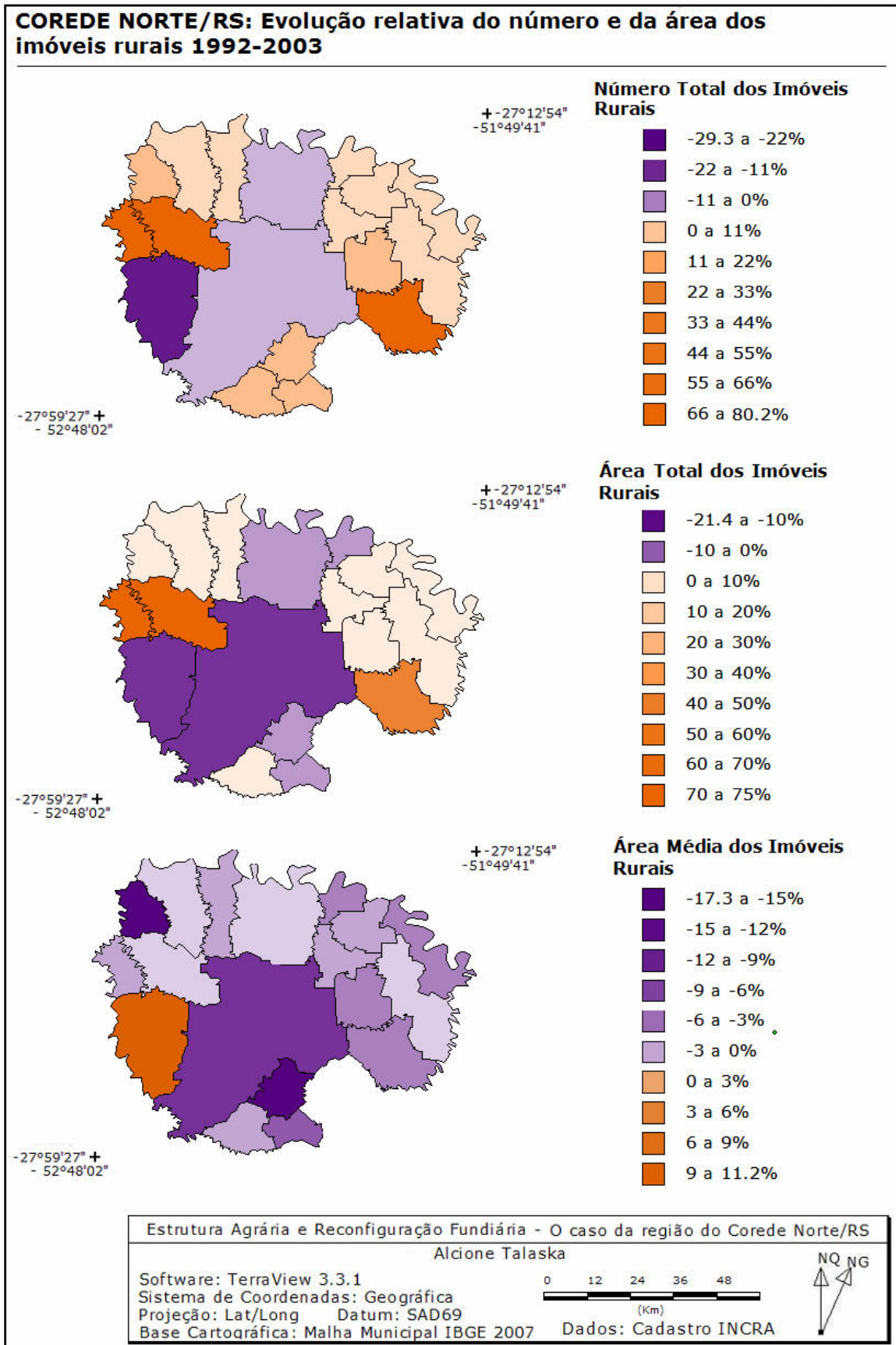


Ilustração 15 – Região do COREDE Norte/RS: Evolução do número e da área dos imóveis rurais (1992-2003)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em síntese podemos concluir, com os dados apresentados até o momento, que:

(i) A região em estudo apresentou, no período de 1992 a 2003, aumento no número total dos imóveis rurais e significativa diminuição da área total ocupada pelos imóveis rurais.

(a) O aumento de 1.246 imóveis rurais na região no período 1992-2003, se refere ao fracionamento de imóveis rurais e, em tese, à declaração dos imóveis rurais que não estavam incorporados no cadastro do INCRA, devido à questões de esquecimento ou falta de informações sobre a obrigatoriedade da declaração por parte dos proprietários. O fracionamento dos imóveis rurais pode estar relacionado à questões de sucessões hereditárias, através da partilha do imóvel rural em glebas menores, e também à questões de desmembramento de médios e grandes imóveis rurais, seja por meio de implantação de políticas públicas de acesso à terra (crédito fundiário), ou mesmo por processos de recriação do campesinato, onde o pequeno produtor que acumulou dinheiro, fruto do trabalho familiar, compra novas terras, não incorporando ao seu imóvel, mas com a finalidade de alocar seus filhos, como afirmado por Oliveira (1995). Além disso, a partir do ano 2000 tem se evidenciado aumento na busca pela regularização dos imóveis rurais junto ao cadastro do INCRA, o que se deve, entre outros fatores, pela disponibilização de recursos para financiamentos agrários e pela exigência da declaração atualizada dos imóveis rurais para que estes financiamentos sejam liberados.

(b) A redução de 8.259,6ha da área total dos imóveis rurais na região entre 1992 e 2003, pode ser consequência de possíveis equívocos e erros nas declarações. Isso em decorrência do fato de alguns proprietários terem declarado apenas as áreas exploradas de seus imóveis rurais, desconsiderando as áreas improdutivas e/ou com reserva florestal.

Estas possíveis explicações são hipóteses, que ao considerarmos a fragilidade na coleta dos dados disponibilizados pelo INCRA, uma vez que estes são oriundos de declarações, podem ajudar a justificar as alterações no número e área total dos imóveis rurais da região em estudo.

(c) Com a diminuição da área total ocupada pelos imóveis rurais, e considerando o aumento do número total dos imóveis rurais, se justifica a diminuição da área média regional dos imóveis rurais.

(ii) O processo regional de reconfiguração fundiária no período de 1992 a 2003 é desenhado através de um aumento do número e área total dos imóveis rurais com menos de 25ha e por uma diminuição do número e área total dos imóveis rurais com mais de 25ha. Entendemos que o aumento da quantidade de imóveis e da área total dos imóveis nos estratos com menos de 25ha pode ter relação com a diminuição no número e na área total dos imóveis com mais de 25ha, o que indicaria desconcentração fundiária.

Para corroborar as análises aqui empreendidas apresentamos na sequência a verificação do comportamento da estrutura fundiária com base nos estabelecimentos agropecuários.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, existiam na região em estudo 17.991 estabelecimentos agropecuários ocupando área total de 416.207,0ha. Em 2006 foram recenseados 1.015 estabelecimentos agropecuários a menos que em 1996, uma redução de 5,3%. Neste mesmo período a área total dos estabelecimentos agropecuários apresentou redução de 25.112,0ha (-5,7%).

No período entre 1996 e 2006 (Tabela 05 e Ilustração 16), a UE Ipiranga do Sul foi a que apresentou maior crescimento absoluto e relativo da área total dos estabelecimentos agropecuários. A evolução da UE foi concentradora, pois a taxa de crescimento da área dos estabelecimentos agropecuários foi praticamente duas vezes superior à taxa de aumento do número de estabelecimentos (16,3% contra 8,6%).

Com características de crescimento absoluto e relativo da área total dos estabelecimentos e perfil concentrador, ainda foram identificadas a UE Entre Rios do Sul (onde o aumento da área dos estabelecimentos foi mais de oito vezes superior ao aumento do número dos estabelecimentos, 16,1% contra 2%) e as UEs de Erebangó, Estação e Grande Campinas do Sul (que mesmo apresentando decréscimo no número de estabelecimentos apresentaram aumento na área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários).

Tabela 05 – Região do COREDE Norte/RS: Evolução do número e da área dos estabelecimentos agropecuários (1996-2006)

UNIDADES DE ESTUDO	Número de estab. 2006	Área total (ha) dos estab. 2006	Diferença do número de estab. 1996-2006		Diferença da área (ha) total dos estab. 1996-2006		
			Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)	
01	Entre Rios do Sul	407	8.644	8	2,0	1.201	16,1
02	Erebango	272	14.893	-48	-15,0	1.016	7,3
03	Eerval Grande	850	19.016	-204	-19,4	-5.635	-22,9
04	Estação	294	8.790	-34	-10,4	784	9,8
05	Faxinalzinho	392	11.081	-93	-19,2	-2.408	-17,9
06	Gaurama	840	16.262	-34	-3,9	-697	-4,1
07	Grande Aratiba	1.565	38.186	-194	-11,0	-3.189	-7,7
08	Grande Área	1.577	25.575	90	6,1	-625	-2,4
09	Grande Campinas do Sul	1.172	34.432	-4	-0,3	1.913	5,9
10	Grande Erechim	3.928	110.461	-155	-3,8	-7.020	-6,0
11	Grande São Valentim	1.166	19.018	-99	-7,8	-2.989	-13,6
12	Grande Viadutos	1.454	29.117	-48	-3,2	-2.595	-8,2
13	Ipiranga do Sul	515	14.751	41	8,6	2.065	16,3
14	Itatiba do Sul	880	16.669	-248	-22,0	-2.359	-12,4
15	Marcelino Ramos	688	15.426	-147	-17,6	-3.158	-17,0
16	Mariano Moro	386	7.849	-52	-11,9	-650	-7,6
17	Severiano de Almeida	852	14.269	78	10,1	-197	-1,4
18	Três Arroios	753	11.768	128	20,5	-569	-4,6
Região COREDE Norte/RS		17.991	416.207	-1.015	-5,3	-25.112	-5,7

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Censo Agropecuário 1996 e Censo Agropecuário 2006.

A evolução 1996-2006 do número e da área dos estabelecimentos agropecuários demonstra que em 10 das 18 UEs houve redução, absoluta e relativa, tanto no número total dos estabelecimentos quanto nas áreas totais ocupadas por eles. Destas, a metade (Eerval Grande, Gaurama, Grande Erechim, Grande São Valentim, Grande Viadutos) indicou diminuição relativa da área dos estabelecimentos agropecuários superior a diminuição relativa do número de estabelecimentos. A outra metade (Faxinalzinho, Grande Aratiba, Itatiba do Sul, Marcelino Ramos, Mariano Moro) indicou diminuição relativa da área dos estabelecimentos agropecuários inferior à diminuição do número de estabelecimentos agropecuários.

As demais UEs (Grande Área, Severiano de Almeida e Três Arroios) apresentaram crescimento do número total dos estabelecimentos e diminuição nas suas áreas totais, indicando perfil desconcentrador da terra, com base nos estabelecimentos agropecuários.

A visualização dos mapas da Ilustração 16 permite identificar a evolução do número, da área total e da área média dos estabelecimentos agropecuários em cada UE.

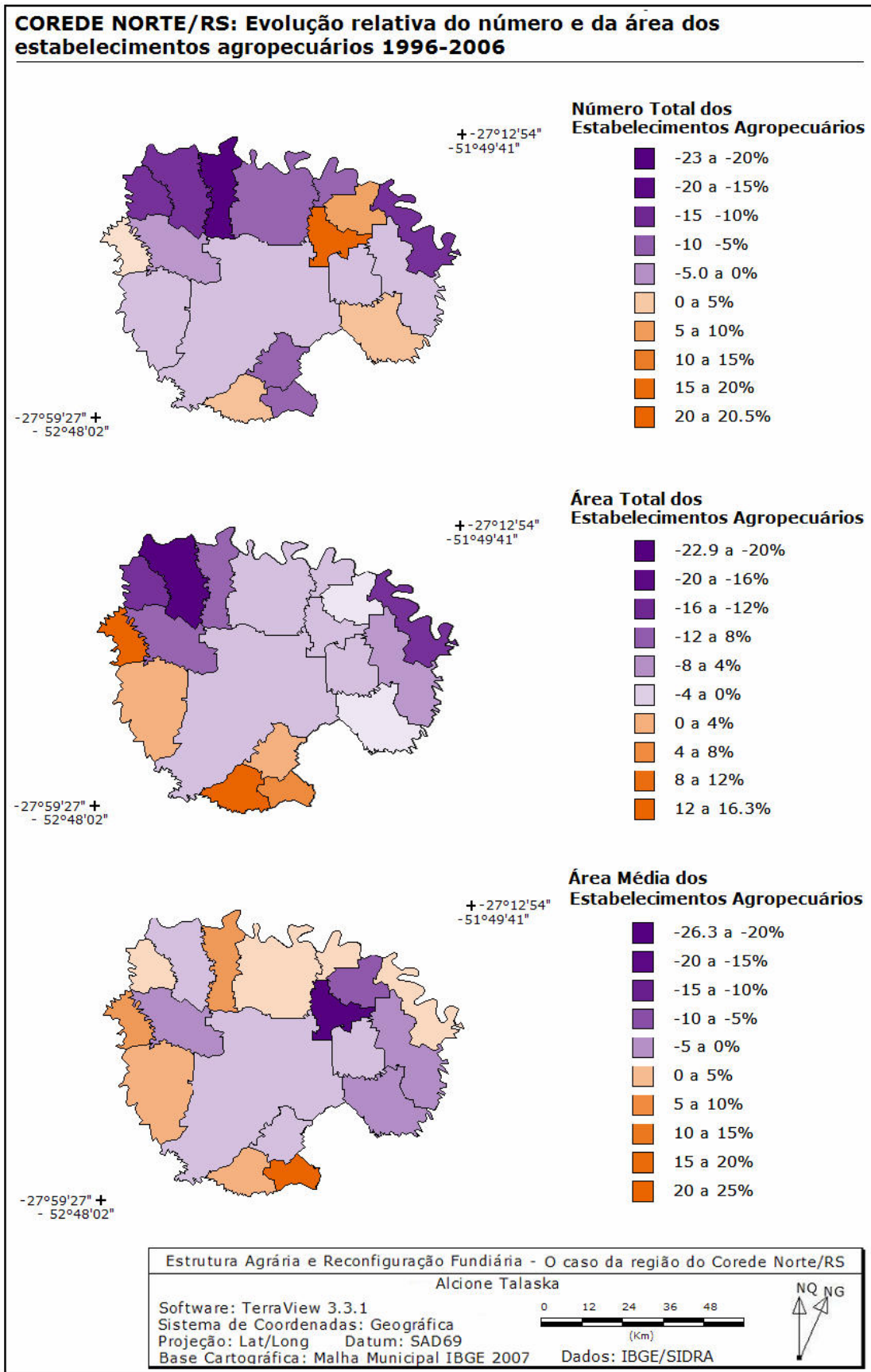


Ilustração 16 – Região do COREDE Norte/RS: Evolução do número e área dos estabelecimentos agropecuários (1996-2006)
 Fonte: Elaborado pelo autor.

A área média regional dos estabelecimentos agropecuários que era de 23,2ha em 1996 passou para 23,1ha em 2006, uma redução de 0,4%. Com relação às UEs, apresentaram destaque, com maior aumento na área média dos estabelecimentos agropecuários, a UE Erebangó (aumento de 26,3%, passando de 43,4ha/estabelecimento em 1996 para 54,8ha/estabelecimento em 2006), a UE Estação (aumento de 22,5%, passando de 24,4ha/estabelecimento em 1996 para 29,9ha/estabelecimento em 2006) e a UE Entre Rios do Sul (aumento de 13,9%, passando de 18,7ha/estabelecimento em 1996 para 21,2ha/estabelecimento em 2006).

Com diminuição na área média dos estabelecimentos agropecuários, o destacam-se: a UE Três Arroios, com redução de 20,8% na área média dos estabelecimentos agropecuários (passando de 19,7ha em 1996 para 15,6ha em 2006); a UE Severiano de Almeida, com redução de 10,4% na área média dos estabelecimentos agropecuários (passando de 18,7ha em 1996 para 16,7ha em 2006); e a UE Grande Áurea, com redução de 8% na área média dos estabelecimentos agropecuários (passando de 17,6ha em 1996 para 16,2ha em 2006).

Em uma análise comparada dos dados do INCRA de 2003 e do IBGE de 2006 (Tabela 06), observamos que na região em estudo, existem 1.980 imóveis rurais a mais do que os estabelecimentos agropecuários, já a área total dos estabelecimentos agropecuários possui 54.383,3ha a mais que a área total dos imóveis rurais.

Tabela 06 – Região do COREDE Norte/RS: Imóveis Rurais 2003 X Estabelecimentos Agropecuários 2006

UNIDADES DE ESTUDO	Número		Área (ha)		
	Imóveis INCRA-2003	Estabelecimentos IBGE-2006	Imóveis INCRA-2003	Estabelecimentos IBGE-2006	
1	Entre Rios do Sul	564	407	8.372,1	8.644
2	Erebango	491	272	10.859,6	14.893
3	Erval Grande	866	850	18.382,3	19.016
4	Estação	461	294	8.476,8	8.790
5	Faxinalzinho	401	392	9.470,1	11.081
6	Gaurama	1084	840	16.780,1	16.262
7	Grande Aratiba	1986	1.565	37.591,3	38.186
8	Grande Áurea	1444	1.577	21.174,2	25.575
9	Grande Campinas do Sul	994	1.172	21.084,7	34.432
10	Grande Erechim	4259	3.928	81.369,8	110.461
11	Grande São Valentim	1135	1.166	18.985,3	19.018
12	Grande Viadutos	1574	1.454	29.136,2	29.117
13	Ipiranga do Sul	657	515	12.941,2	14.751
14	Itatiba do Sul	1008	880	16.606,3	16.669
15	Marcelino Ramos	976	688	17.363,6	15.426
16	Mariano Moro	443	386	6.771,2	7.849
17	Severiano de Almeida	906	852	14.626,1	14.269
18	Três Arroios	722	753	11.832,8	11.768
Região COREDE Norte/RS		19.971	17.991	361.823,7	416.207

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Banco de Dados INCRA - Estatísticas Cadastrais Municipais 2003 e Censo Agropecuário IBGE 2006.

Estes dados permitem as seguintes considerações:

(i) como o número total dos imóveis rurais é maior que o número total dos estabelecimentos agropecuários, há o indicio de que vários imóveis rurais são tomados por um mesmo produtor rural e agregados, formando um único estabelecimento agropecuário. O que pode justificar este fato é a presença de imóveis rurais de área relativamente insuficiente para a produção nos moldes tipicamente capitalistas, o que levaria a agregação de dois ou mais imóveis rurais pelo arrendamento de terras para viabilizar a produção.

(ii) como a área total dos imóveis rurais é menor que a área total dos estabelecimentos agropecuários, há o reforço da tese de Oliveira (2010) de que o princípio da ilegalidade sempre dominou a ocupação das terras públicas devolutas no campo brasileiro. Isso porque, alguns produtores rurais utilizam terras públicas para realizarem sua produção agropecuária, ou seja, utilizam glebas de terra sem possuírem os documentos legais sobre a mesma. Assim, o produtor rural só declara ao INCRA a área que possui documentação, omitindo o restante da

área utilizada (no caso de terras públicas devolutas), e justificando, então, a área total dos imóveis rurais ser menor que a área total dos estabelecimentos agropecuários.⁴²

A maior diferença no número total de imóveis rurais em relação ao número total de estabelecimentos agropecuários foi verificada na UE Erebango, onde o número de imóveis é 44,6% maior que o número de estabelecimentos. O número maior de imóveis rurais em relação ao número dos estabelecimentos foi verificado também nas UEs Estação (36,2%), Marcelino Ramos (29,5%), Entre Rios do Sul (27,9%), Ipiranga do Sul (21,6%), Gaurama (22,5%), Grande Aratiba (21,2%), Mariano Moro (12,8%) e Itatiba do Sul (12,7%), que demonstraram diferença relativa bastante expressiva. Já, com diferença menos expressiva entre o número total de imóveis e de estabelecimentos, foram identificadas as UEs Grande Erechim (7,8%), Grande Viadutos (7,6%), Severiano de Almeida (5,9%), Faxinalzinho (2,2%) e Erval Grande (1,8%).

O caso contrário, onde o número total de estabelecimentos agropecuários é maior que o número total dos imóveis rurais, também foi identificado nas UEs da região. Quatro UEs apresentaram esta característica: a UE Grande Campinas do Sul apresentou número total de estabelecimentos 17,9% maior que o número total de imóveis, já a UE Grande Áurea apresentou diferença de 9,2%, a UE Três Arroios de 4,3% e a UE Grande São Valentim de 2,7%. A justificativa para este fato pode estar relacionada ao fracionamento dos imóveis rurais para a formação de mais de um estabelecimento agropecuário. Este processo se estabelece à medida que os imóveis com áreas de terra não aproveitadas produtiva e economicamente são repassados, através do arrendamento, a outros produtores que as consolidam em estabelecimentos agropecuários, transformando o imóvel rural em mais de um estabelecimento agropecuário e com isso assegurando a renda da terra ao proprietário do imóvel.

As grandes diferenças na área total dos imóveis rurais e na área total dos estabelecimentos agropecuários indicam e reforçam a discrepância entre os dados do INCRA e IBGE. Seria perfeito se tivéssemos igualdade entre a área total dos estabelecimentos

⁴² Estas são apenas suposições que podem servir de ponto inicial de pesquisas sobre problemas dos dados da estrutura fundiária brasileira. Torna-se importante investigar a confiabilidade dos dados cadastrais do INCRA, uma vez que: (a) eles são declaratórios; (b) sua atualização ocorre mediante pedidos de regularização dos imóveis rurais feito pelos proprietários ou através dos recadastramentos exigidos esporadicamente pelo Instituto; e (c) o processo de georreferenciamento e certificação da estrutura fundiária, definido pela Lei 10.267/2001, se realizam de forma muito lenta. A questão levantada sobre as terras públicas devolutas já está sendo analisada e em breve terá publicação, a ser realizada pelo Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

agropecuários e a área total dos imóveis rurais, mas isso parece distante, uma vez que as diferenças existem, e “quanto mais diferentes forem esses dados, maiores são os indícios de que haja deficiência nos dados ou má fé dos declarantes” (GIRARDI, 2008, p.225).

4.2 O uso da terra na região do COREDE Norte/RS

A análise do uso da terra, em nosso estudo, é realizada em dois momentos. No primeiro, verificamos o uso da terra em três grandes grupos: as áreas de lavouras, as áreas de pastagens e as áreas de matas e florestas, onde examinamos a evolução do aspecto área total utilizada por cada um destes três grandes grupos em relação à área total dos estabelecimentos agropecuários da região entre 1996 e 2006. No segundo momento, verificamos, para o caso específico da lavoura, os principais tipos de uso agrícola da terra nos anos de 1992, 1996, 2003 e 2006, através da identificação das principais culturas em área plantada (da lavoura temporária e permanente) e da participação dos estabelecimentos agropecuários, por estratos de área, na área colhida destas culturas.

4.2.1 A evolução do uso da terra na região do COREDE Norte/RS

Como verificado, o uso da terra pode ser analisado através da sua divisão em três grandes grupos: *(i) as áreas de lavouras*, ocupadas por cultivos permanentes, geralmente arbóreos que não necessitam de novo plantio após cada colheita, e por cultivos temporários, de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitam de novo plantio após cada colheita; *(ii) as áreas de pastagens*, constituídas por áreas destinadas ao pastoreio do gado, sendo natural ou plantada; e *(iii) as áreas de matas e florestas*, formadas por áreas constituídas tanto por matas e florestas naturais (utilizadas para a extração de produtos ou conservadas como reserva legal) quanto artificiais (plantadas para a extração de madeira, essências).

Segundo o IBGE, em 2006, dos 416.207 hectares dos estabelecimentos agropecuários existentes na região, 56,75% eram ocupados com lavouras, 19,26% com pastagens e 17,96% com matas e florestas. O mapa da Ilustração 17, que representa o uso da terra na região em 2006, permite visualizarmos a proporção que as lavouras, as pastagens e as matas e florestas assumem em cada UE.

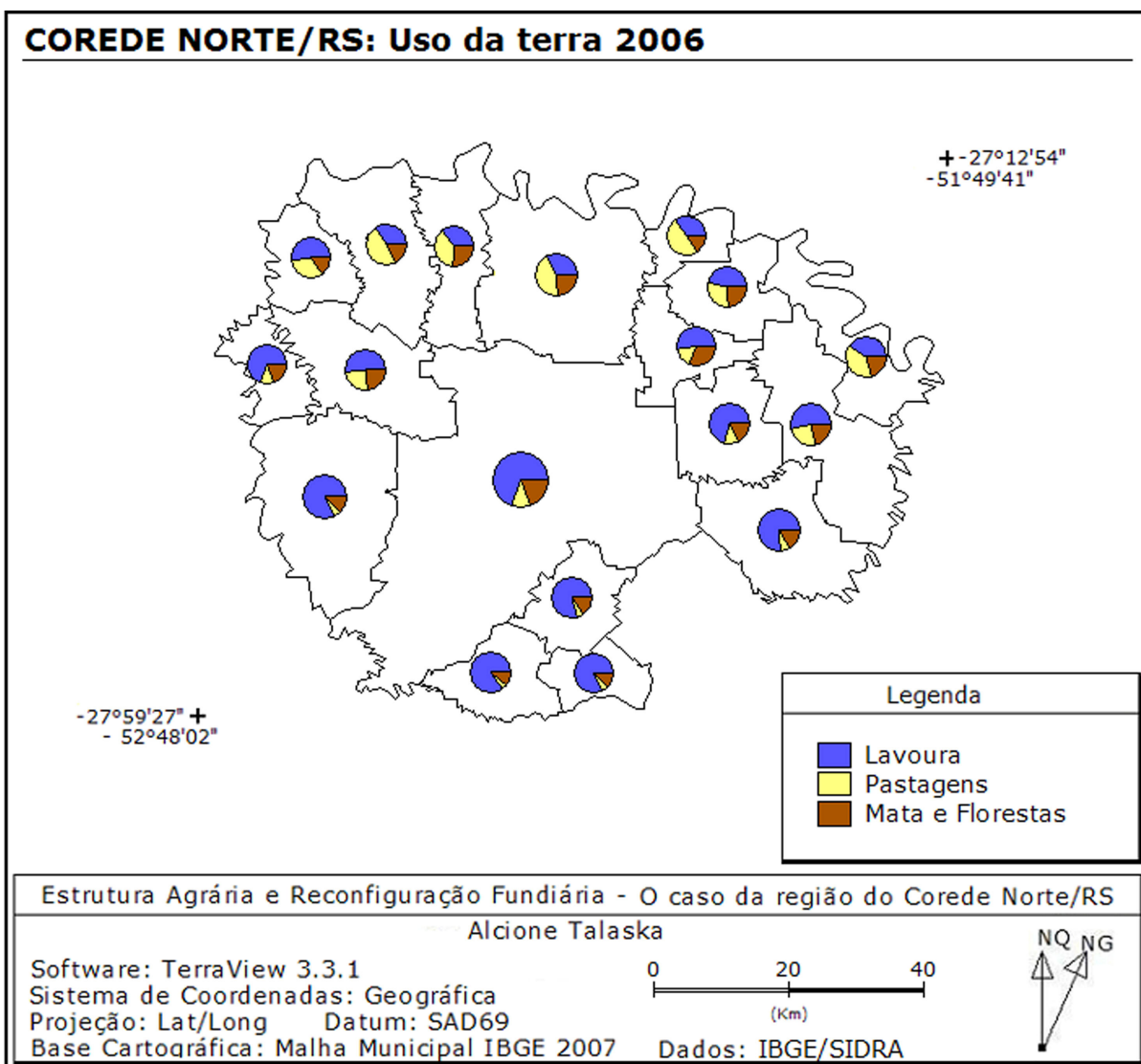


Ilustração 17 – Região do COREDE Norte/RS: Uso da terra (2006)
 Fonte: Elaborado pelo autor.

Notamos que as áreas destinadas para lavoura são predominantes em quase todas as UEs, exceção para as UEs Erval Grande, Grande Aratiba, Itatiba do Sul e Mariano Moro, onde as áreas de pastagens representam a principal forma de utilização da terra. Com base nesta ilustração, notamos também que a área ocupada por matas e florestas mantêm uma proporção relativa bastante próxima entre as UEs. As proporções assumidas por cada grupo de utilização da terra estão transcritas na Tabela 07, como segue:

Tabela 07 – Região do COREDE Norte/RS: Evolução do uso da terra (1996-2006)

Unidades de Estudo	Lavouras (ha)						Pastagens (ha)						Mata e florestas (ha)					
	1996	2006	Evolução 1996-2006		% da área de lavouras na área total dos estab.		1996	2006	Evolução 1996-2006		% da área de pastagens na área total dos estab.		1996	2006	Evolução 1996-2006		% da área de mata e florestas na área total dos estab.	
			Abs.	(%)	1996	2006			Abs.	(%)	1996	2006			Abs.	(%)	1996	2006
Entre Rios do Sul	4.689	5.569	880	18,8	63,00	64,43	1113	907	-206	-18,5	14,95	10,49	1.013	1.547	534	52,7	13,61	17,90
Erebango	10.928	11.249	321	2,9	78,75	75,53	793	756	-37	-4,7	5,71	5,08	1.556	2.203	647	41,6	11,21	14,79
Erval Grande	10.173	5.750	-4.423	-43,5	41,27	30,24	9036	8152	-884	-9,8	36,66	42,87	3.191	2.868	-323	-10,1	12,94	15,08
Estação	6.154	6.816	662	10,8	76,87	77,54	725	477	-248	-34,2	9,06	5,43	738	1.016	278	37,7	9,22	11,56
Faxinalzinho	7.090	5.418	-1.672	-23,6	52,56	48,89	3577	3337	-240	-6,7	26,52	30,11	2.065	1.531	-534	-25,9	15,31	13,82
Gaurama	10.667	10.757	90	0,8	62,90	66,15	2192	1844	-348	-15,9	12,93	11,34	2.816	2.675	-141	-5,0	16,60	16,45
Grande Aratiba	18.029	11.864	-6.165	-34,2	43,57	31,07	15235	15696	461	3,0	36,82	41,10	5.806	8.828	3.022	52,0	14,03	23,12
Grande Área	18.904	18.221	-683	-3,6	72,15	71,25	2209	1784	-425	-19,2	8,43	6,98	3.576	4.072	496	13,9	13,65	15,92
Grande Campinas do Sul	24.359	26.335	1.976	8,1	74,91	76,48	4205	2011	-2.194	-52,2	12,93	5,84	2.732	3.841	1.109	40,6	8,40	11,16
Grande Erechim	78.026	72.550	-5.476	-7,0	66,42	65,68	18039	11995	-6.044	-33,5	15,35	10,86	14.517	19.831	5.314	36,6	12,36	17,95
Grande São Valentim	11.866	9.036	-2.830	-23,8	53,92	47,51	5328	4404	-924	-17,3	24,21	23,16	3.101	3.985	884	28,5	14,09	20,95
Grande Viadutos	16.162	14.703	-1.459	-9,0	50,96	50,50	8603	7031	-1.572	-18,3	27,13	24,15	5.109	5.888	779	15,2	16,11	20,22
Ipiranga do Sul	10.240	11.838	1.598	15,6	80,72	80,25	963	647	-316	-32,8	7,59	4,39	994	1.497	503	50,6	7,84	10,15
Itatiba do Sul	8.596	5.553	-3.043	-35,4	45,18	33,31	6082	6075	-7	-0,1	31,96	36,44	2.597	4.104	1.507	58,0	13,65	24,62
Marcelino Ramos	8.161	5.983	-2.178	-26,7	43,91	38,79	6794	5558	-1.236	-18,2	36,56	36,03	2.670	3.026	356	13,3	14,37	19,62
Mariano Moro	3.481	2.634	-847	-24,3	40,96	33,56	3374	3725	351	10,4	39,70	47,46	1.177	1.182	5	0,4	13,85	15,06
Severiano de Almeida	7.097	6.082	-1.015	-14,3	49,06	42,62	3579	3914	335	9,4	24,74	27,43	2.672	3.184	512	19,2	18,47	22,31
Três Arroios	7.011	5.843	-1.168	-16,7	56,83	49,65	2103	1836	-267	-12,7	17,05	15,60	2.325	3.477	1.152	49,5	18,85	29,55
Região	261.633	236.201	-25.432	-9,7	59,28	56,75	93950	80149	-13.801	-14,7	21,29	19,26	58.655	74.755	16.100	27,4	13,29	17,96

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Censo Agropecuário 1996 e Censo Agropecuário 2006.

Em 2006, no grupo das lavouras, evidenciamos que a porcentagem da área ocupada dos estabelecimentos agropecuários ficou entre 30,25 e 80,25%, sendo que as maiores proporções do uso da terra pela lavoura na região foram encontradas nas UEs Ipiranga do Sul (80,25%), Estação (77,54%), Grande Campinas do Sul (76,48%), Erebangó (75,53%) e Grande Áurea (71,25%), já as menores proporções da área dos estabelecimentos agropecuários ocupados pela lavoura foram identificadas nas UEs Erval Grande (30,24%), Grande Aratiba (31,07%), Itatiba do Sul (33,31%), Mariano Moro (33,56%) e Marcelino Ramos (38,79%).

No grupo das pastagens, a porcentagem da área ocupada dos estabelecimentos agropecuários em 2006 ficou entre 4,3 e 47,46%, sendo que nas UEs Mariano Moro (47,46%), Erval Grande (42,87%), Grande Aratiba (41,1%), Itatiba do Sul (36,44%), Marcelino Ramos (36,03%) e Faxinalzinho (30,11%) as proporções foram mais representativas da região, e nas UEs Ipiranga do Sul (4,39%), Erebangó (5,08%), Estação (5,43%), Grande Campinas do Sul (5,84%) e Grande Áurea (6,98%) a porcentagem da área ocupada dos estabelecimentos pelas lavouras foram as menores encontradas na região.

A menor disparidade relativa entre as UEs foi identificada no grupo das matas e florestas. Em geral, a proporção ocupada por matas e florestas ficou entre 10,15% e 29,55% da área total dos estabelecimentos agropecuários, o que indica uma diferença máxima inferior a 20 % entre as UEs. As maiores proporções de área de matas e florestas foram encontradas nas UEs Três Arroios (29,55%), Itatiba do Sul (24,62%), Grande Aratiba (23,12%) e Severiano de Almeida (22,31%), e as menores foram encontradas nas UEs Faxinalzinho (13,82%), Estação (11,56%), Grande Campinas do Sul (11,16%) e Ipiranga do Sul (10,15%).

Considerando a evolução regional do uso da terra no período 1996-2006, período onde houve uma diminuição de 25.112ha na área total dos estabelecimentos agropecuários da região, notamos que a área total ocupada por lavouras foi reduzida em 25.432ha (-9,7%), a área total de pastagens foi reduzida em 13.801ha (-14,7%) e a área total destinada a matas e florestas aumentou 16.100ha (27,4%).

A evolução do uso da terra pelas áreas de lavouras, pastagens e matas e florestas não é espacializada de forma homogênea na região. As informações verificadas através da Tabela 07 e os mapas da Ilustração 18 mostram as heterogeneidades intrarregionais.

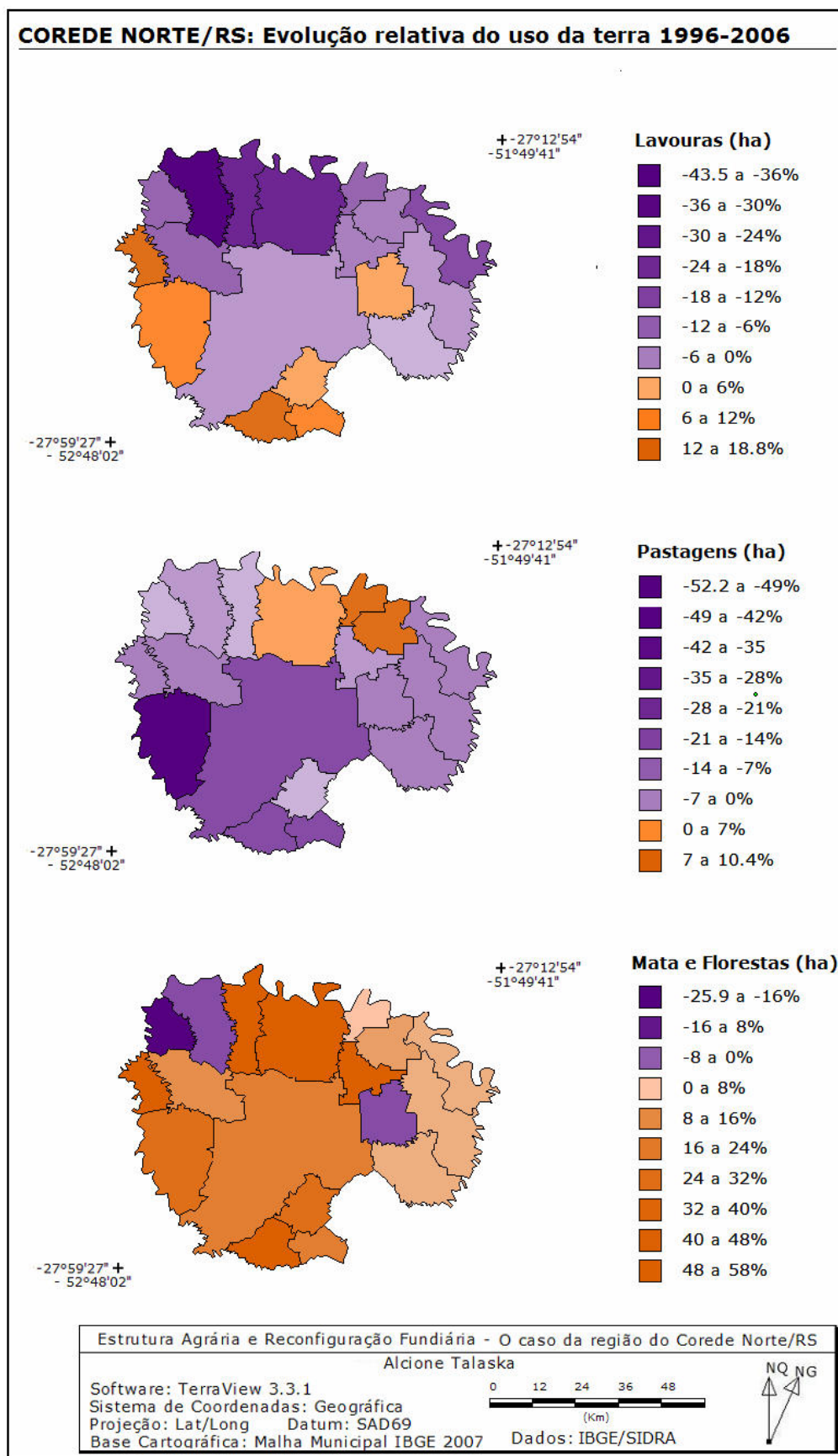


Ilustração 18 – Região do COREDE Norte/RS: Evolução do uso da terra (1996-2006)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observando as informações das UEs, evidenciamos que a redução das áreas destinadas para a lavoura ocorreu em 12 das 18 UEs da região do COREDE Norte/RS, totalizando uma redução de 30.959ha nas áreas ocupadas pelas lavouras. O aumento das áreas destinadas para a lavoura foi identificada em 6 UEs, que representaram, em conjunto, a incorporação de 5.527 novos hectares às suas áreas ocupadas pela lavoura.

Com relação as UEs que apresentaram maior redução na área destinada à lavouras, identificamos a UE Erval Grande (-43,5%), a UE Itatiba do Sul (-35,4%), a UE Grande Aratiba (-34,2%), a UE Marcelino Ramos (-26,7%), a UE Mariano Moro (-24,3%), a UE Grande São Valentim (-23,8%) e a UE Faxinalzinho (-23,6%). Também apresentaram redução na área ocupada pela lavoura no período 1996-2006, as UEs: Três Arroios (-16,7%), Severiano de Almeida (-14,3%), Grande Viadutos (-9%), Grande Erechim (-7%) e Grande Áurea (-3,6%). Contrariamente a este quadro, as UEs Entre Rios do Sul (18,8%), Ipiranga do Sul (15,6%), Estação (10,8%), Grande Campinas do Sul (8,1%), Erebangó (2,9%) e Gaurama (0,8%) foram as que apresentaram aumento em suas áreas ocupadas por lavouras.

Continuando a análise da evolução 1996-2006 do uso da terra pelos grandes grupos (Tabela 07 e Ilustração 18), verificamos que a evolução da área destinada para pastagens ficou entre -52,2 e 10,4%, sendo que a maioria das UEs apresentaram redução das áreas destinadas a este tipo de uso da terra. Incorporaram novas áreas de pastagens no ano de 2006 em relação ao ano de 1996, somente as UEs: Mariano Moro (aumento de 10,4%), Severiano de Almeida (aumento de 9,4%) e Grande Aratiba (aumento de 3%).

As UEs que mais diminuíram as áreas destinadas para pastagens foram a UE Grande Campinas do Sul (com redução de 52,2%), a UE Estação (redução de 34,2%), a UE Grande Erechim (redução de 33,5%) e a UE Ipiranga do Sul (redução de 32,8%). As UEs Grande Áurea, Entre Rios do Sul, Grande Viadutos, Marcelino Ramos, Grande São Valentim, Gaurama e Três Arroios tiveram redução entre 10 e 20% na área destinada para pastagens, e as UEs Erval Grande, Faxinalzinho, Erebangó e Itatiba do Sul apresentaram redução de até 10% na área destinada a este tipo de uso da terra entre 1996 e 2006.

Com relação à evolução 1996-2006 da área de matas e florestas, visualizamos na Ilustração 18 que praticamente todas as UEs apresentaram aumento nas áreas ocupadas com este tipo de uso da terra. A evolução relativa mais significativa das áreas de matas e florestas foi identificada nas UEs Itatiba do Sul, Entre Rios do Sul, Grande Aratiba e Ipiranga do Sul

que apresentaram aumento superior a 50% em relação à área destinada para este uso em 1996. As UEs Três Arroios, Erebangó, Grande Campinas do Sul, Estação, Grande Erechim, Grande São Valentim, Severiano de Almeida, Grande Viadutos, Grande Áurea, Marcelino Ramos e Mariano Moro também apresentaram aumento na área ocupada por matas e florestas neste período, no entanto o aumento foi inferior a 50% em relação a 1996.

Com redução da área ocupada pelas matas e florestas, identificamos apenas as UEs Faxinalzinho (-25,9%), Erval Grande (-10,1%) e Gaurama (-5%). Estas UEs apresentaram no ano de 2006 uma diminuição, em conjunto, de 998ha em suas áreas ocupadas pelas matas e florestas em relação a 1996.

De maneira geral, verificamos que o aumento da área ocupada pelas matas e florestas na região do COREDE Norte/RS se deve principalmente ao abandono de áreas utilizadas pela lavoura e pelas pastagens, e ainda pelo aumento das áreas reflorestadas com finalidades industriais e pelo maior rigor na aplicação da legislação ambiental⁴³.

4.2.2 Uso agrícola da terra na região do COREDE Norte/RS

Para a verificação do uso agrícola da terra, pelos principais produtos da lavoura, utilizamos dados secundários coletados junto a Produção Agrícola Municipal do Banco de Dados IBGE/SIDRA para os anos de 1992, 1996, 2003 e 2006.

Esta fonte de dados nos permite trabalhar com informações anuais, diferentemente dos dados dos censos agropecuários, que são disponibilizados a cada decênio. Ao considerarmos que as atividades agrícolas sofrem com influências que se refletem no aumento ou diminuição da área plantada entre uma safra e outra, procuramos utilizar a média de três anos para cada período de análise, e com isso minimizar os prováveis efeitos causados por intempéries climáticas, condições econômicas anuais do produtor, variações do preço pago aos produtos e implementação ou não de políticas de desenvolvimento agrário. Assim, os dados referentes ao ano de 1992 possuem em sua base as informações dos anos de 1991, 1992 e 1993, os dados

⁴³ A legislação ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, através do Código Florestal Estadual de 21 de Janeiro de 1992 (Lei Estadual 9.519) prevê no seu Artigo 51 que “todas as propriedades rurais do Estado, independentemente das respectivas áreas, devem ter um mínimo de 10% (dez por cento) de sua superfície total ocupada com cobertura florestal preferentemente com espécies nativas”. E para aquelas propriedades “que possuam cobertura florestal inferior a 10 % (dez por cento), seja de floresta adulta ou em formação, o proprietário deverá [deveria] reflorestá-la no prazo de 10 (dez) anos, até atingir o limite mínimo de 10% (dez por cento) da área do imóvel”.

referentes a 1996 possuem informações de 1995, 1996 e 1997, os dados de 2003 possuem informações de 2002, 2003 e 2004, e os dados de 2006 possuem informações de 2005, 2006 e 2007.

Iniciamos a análise com a verificação das culturas da lavoura temporária⁴⁴. Os cultivos desta lavoura ocupavam, em 2006, uma área de 218.785ha, correspondendo a 52,5% da área total dos estabelecimentos agropecuários existentes na região neste ano. Na Tabela 08 estão transcritas as principais culturas da lavoura temporária da região, o que nos permite observar que as culturas selecionadas representam praticamente a totalidade da área plantada desta lavoura, totalizando 98,22% em 1992, 98,83% em 1996, 99,18% em 2003 e 99,09% em 2006.

Tabela 08 – Região do COREDE Norte/RS: Principais culturas da lavoura temporária em área plantada

Lavoura Temporária: Principais culturas (área plantada)	Porcentagem da área ocupada pela cultura no total da área plantada da lavoura temporária			
	1992	1996	2003	2006
Milho (em grão)	44,11%	43,17%	37,54%	36,04%
Soja (em grão)	36,55%	36,18%	37,08%	44,95%
Feijão (em grão)	7,58%	9,23%	5,48%	3,48%
Trigo	7,27%	6,68%	14,68%	10,50%
Arroz (em casca)	0,62%	0,47%	0,17%	0,10%
Mandioca	0,61%	0,62%	0,55%	0,60%
Cevada (em grão)	0,53%	1,72%	2,51%	1,78%
Cana-de-açúcar	0,42%	0,35%	0,51%	0,68%
Fumo (em folha)	0,28%	0,27%	0,53%	0,82%
Batata-inglesa	0,25%	0,14%	0,13%	0,14%
Total das culturas selecionadas	98,22%	98,83%	99,18%	99,09%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Produção Agrícola Municipal: Área plantada 1990-2007.

Verificamos que o milho e a soja se apresentam como os principais produtos em área plantada da região, no período analisado. Em 1992 estas duas culturas representavam 80,66% da área plantada da lavoura temporária e em 2006 passaram a representar 80,99%. Com base na Ilustração 19 podemos observar que a cultura da soja passou a apresentar a maior proporção da área ocupada da lavoura temporária da região em 2006, superando a cultura do milho. Do mesmo modo, a proporção da área ocupada com a cultura do trigo superou a proporção da área ocupada com a cultura do feijão a partir de 1996.

⁴⁴ O Anexo 01 demonstra a área plantada das principais culturas da lavoura temporária para cada UE e para a região do COREDE Norte/RS nos anos de 1992, 1996, 2003 e 2006.

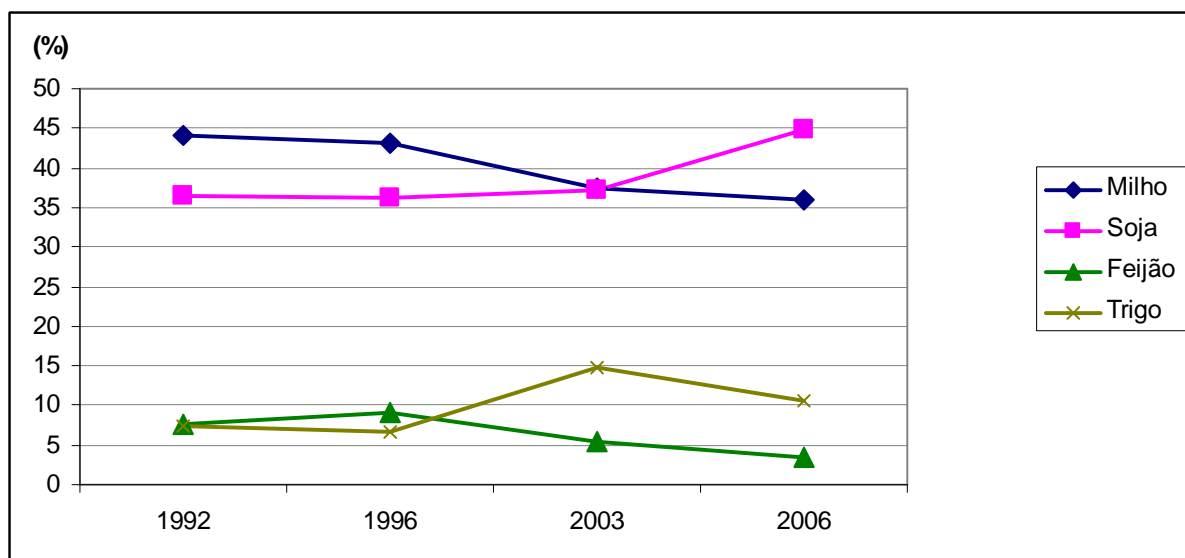


Ilustração 19 – Gráfico da evolução relativa da área ocupada das quatro principais culturas da lavoura permanente no total da área ocupada pela lavoura permanente na região do COREDE Norte/RS.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A produção agrícola da lavoura temporária na região tem a maior parcela da área colhida nos estabelecimentos agropecuários com até 20ha. Essa informação é demonstrada na Tabela 09 e nos permite estabelecer uma relação entre os tipos de culturas predominantes e o tamanho dos estabelecimentos agropecuários⁴⁵.

Tabela 09 – Região do COREDE Norte/RS: Participação dos estabelecimentos agropecuários na área colhida das principais culturas da lavoura temporária (1996)

Culturas selecionadas	Participação relativa (%) dos estabelecimentos na área colhida das culturas selecionadas em 1996				
	Menos de 5 ha	5 < 10ha	10 < 20ha	20 < 50ha	Mais de 50ha
Arroz	4,10	11,22	36,35	40,34	7,98
Batata Inglesa	3,28	9,23	39,84	40,65	7,00
Cana-de-açúcar	1,62	6,79	32,19	47,25	12,14
Cevada	0,04	2,13	13,20	39,90	44,73
Feijão	3,22	10,02	36,97	40,97	8,80
Fumo	2,83	12,55	48,31	33,88	2,42
Mandioca	3,18	8,48	42,92	37,40	8,01
Milho	1,91	6,61	28,11	40,76	22,60
Soja	0,73	3,77	17,28	32,02	46,21
Trigo	0,66	3,49	16,30	33,04	46,50

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações do Censo Agropecuário 1996.

⁴⁵ Quando do levantamento dos dados, a variável *área colhida das culturas da lavoura temporária e permanente* ainda não estava disponibilizada nos resultados do Censo Agropecuário de 2006, o que impossibilitou uma análise mais recente sobre estas características, bem como a comparação da evolução da participação dos estabelecimentos agropecuários, considerando seus estratos de área, na área colhida destas culturas.

Constatamos que a área colhida das culturas de arroz, batata-inglesa, feijão, fumo e mandioca apresentaram a maior participação da área colhida nos estabelecimentos estratificados com até 20ha. Já as culturas da cana-de-açúcar, cevada, milho, soja e trigo apresentaram, nos estabelecimentos agropecuários com 20ha ou mais, a maior participação de suas áreas colhidas.

O milho é um dos principais produtos do setor agrícola brasileiro. O seu cultivo ganha importância tanto pelo ponto de vista econômico, ligado ao setor agropecuário e industrial, como também pelo ponto de vista da alimentação, através de seus derivados.

A cultura do milho, que em 1992 possuía a maior representatividade em área plantada da lavoura temporária na região do COREDE Norte/RS, apresentou, no período 1992-2003, uma redução de 43.841,7ha na sua área plantada, passando a ocupar uma área de 117.375,0ha em 2003. No período 2003-2006 a área plantada com milho também apresentou diminuição, foram reduzidos aproximadamente 12.000,0ha. Esta redução da área plantada com milho no período 1992-2006 é visualizada também na proporção da área ocupada por esta cultura na área total dos estabelecimentos agropecuários (Tabela 08), onde foi verificada uma redução de 8,07%, passando de 44,11% em 1992, para 37,54% em 2003 e para 36,04% em 2006.

A maior participação dos estabelecimentos agropecuários na área colhida da cultura do milho (Tabela 09) foi verificada nos estabelecimentos com mais de 20ha, sendo os estabelecimentos estratificados com 20 a menos de 50ha responsáveis pela maior proporção (40,76%) e os estabelecimentos com menos de 5ha responsáveis pela menor proporção (1,91%)

A **soja**, mesmo se tornando a principal cultura em área plantada da lavoura temporária na região em 2006 (Tabela 08), apresentou redução em sua área plantada no período 1992-2006. A cultura teve, neste período, uma redução de 2.059,7ha (-1,5%), passando a ocupar em 2006 uma área de 131.517,0ha. A maior redução da área plantada com esta cultura, entretanto, aconteceu no período 1992-2003, com redução de cerca de 17.600ha. A maior proporção da área colhida com a soja (Tabela 09) foi realizada nos estabelecimentos agropecuários estratificados com mais de 50ha (46,21%) e a menor proporção foi verificada nos estabelecimentos com menos de 5ha (0,73%).

O **feijão** também apresentou redução bastante significativa em sua área plantada na região do COREDE Norte/RS. No ano de 1992 a área total plantada era superior a 27.000ha, em 2003 ficou em torno de 17.000ha e em 2006 ficou em torno dos 10.000ha, uma redução de 63,2%. Esta redução também é visualizada na Tabela 08, onde em 1992 a cultura do feijão representava cerca de 7,6% do total da área plantada da lavoura temporária, em 2003 passou a representar 5,48% e em 2006 passou a representar cerca de 3,5%. Mesmo com esta significativa redução, a cultura do feijão continuou sendo plantada em todas as UEs. Segundo a Tabela 09, os estabelecimentos agropecuários estratificados com 20 a menos de 50ha foram responsáveis por 40,97% da área colhida e os estabelecimentos com mais de 50ha, responsáveis por 8,80%. Isso indica que os estabelecimentos agropecuários com menos de 20ha apresentaram a maior proporção da área colhida da cultura do feijão na região do COREDE Norte/RS.

A cultura do **trigo**, que é verificada em todas as UEs da região do COREDE Norte/RS, apresentou no período 1992-2003 um aumento de aproximadamente 72% em sua área plantada, totalizando 45.896,7ha no ano de 2003. No período posterior a 2003, até 2006, verificamos que as áreas de plantio com a cultura do trigo foi reduzida significativamente. Em 2006 a área plantada era de 30.733,3ha, uma redução de 66,9% em relação a 2003 e um aumento de 13,5% em relação a 1992. Na comparação da área ocupada pelo trigo no total da área plantada da lavoura temporária (Tabela 08), verificamos o aumento e a diminuição que a cultura apresentou na sua participação no período 1992 a 2006: 7,27% em 1992, 14,68% em 2003 e 10,5% em 2006. De acordo com a Tabela 09, a maior proporção da área colhida com o trigo foi realizada nos estabelecimentos agropecuários estratificados com mais de 50ha (46,50%) e a menor proporção foi verificada nos estabelecimentos com menos de 5ha (0,66%).

A **cevada** é uma cultura de inverno, que se destina basicamente para a produção do malte para a indústria cervejeira, eventualmente quando os grãos não atingem a qualidade requerida pela indústria são destinados para a produção de ração. Na região do COREDE Norte/RS a cevada se apresenta como uma cultura com grande aumento na sua área plantada. Apesar de ser cultivada em apenas 12 das 18 UEs, tal cultivo apresentou um aumento de 169,2% na sua área plantada no período de 1992 a 2006. Em 2006 foram plantados 3.264,3ha a mais que em 1992 e 2.666,3ha a menos que em 2003, fato que é também visualizado na Tabela 08, onde em 2006 a área plantada com cevada passa a representar 1,78% da área total

da lavoura temporária, ante 0,53% de 1992 e 2,51% de 2003. Segundo a Tabela 09, a cevada é majoritariamente colhida em estabelecimentos agropecuários com mais de 20ha, principalmente nos estabelecimentos estratificados com mais de 50ha e com 20 a menos de 50ha, respectivamente. A proporção da área colhida de cevada nos estabelecimentos com menos de 5ha é praticamente nula.

A cultura do **arroz** apresentou redução expressiva na sua área plantada no período 1992-2006. Em 2006 a região apresentou apenas 295,3ha plantados, uma redução de 86,9% em relação com 1992 e de 42,7% em relação a 2003. Considerando a sua área colhida do ano de 1996 (Tabela 09), verificamos que a maior proporção se localizou nos estabelecimentos agropecuários com menos de 20ha. Contudo, a proporção da área colhida nos estabelecimentos agropecuários estratificados com 20 a menos de 50ha e com mais de 50ha é também expressiva, 40,34% e 7,98% respectivamente.

A **mandioca** é outra cultura presente em todas as UEs e apresentou, em 1996, predomínio da área colhida nos estabelecimentos agropecuários com até 20ha (54,58%), o que demonstra que esta cultura se caracteriza na região por ser cultivada majoritariamente com a utilização da mão-de-obra familiar, por produzir geralmente para a subsistência e, em alguns casos, para a alimentação animal, comércio e indústrias. Considerando a evolução da área plantada da mandioca no período 1992 a 2006 em relação ao total da área ocupada pela lavoura temporária (Tabela 08), verificamos que a cultura da mandioca manteve praticamente inalterada a sua proporção: 0,61% em 1992, 0,55% em 2003 e 0,60% em 2006. No entanto, quando observamos o total da área plantada pela cultura da mandioca nos anos de 1992, 2003 e 2006, verificamos que houve uma redução superior a 20% na sua área plantada, o que representa uma diminuição de 519,7ha para o período 1992-2003 e de 479,3ha para o período 1992-2006.

O cultivo da **cana-de-açúcar** apresentou evolução positiva na sua área plantada no período 1992 a 2006. No ano de 1992 a área plantada era de 1.539,3ha, em 2003 passou para 1.584,3ha e em 2006 passou para 1.978,7ha, um aumento em torno de 440ha. Em 1992 a cana-de-açúcar era plantada em 17 UEs, já no ano de 2006 as 18 UEs apresentaram área plantada com esta cultura. Ao considerarmos os estratos de área dos estabelecimentos agropecuários (Tabela 09), verificamos que a maior proporção da área colhida de mandioca ocorreu nos estabelecimentos com mais de 50ha, sendo que os estabelecimentos estratificados com 20 a menos de 50 apresentaram a maior participação (47,25%).

A cultura do **fumo** apresentou aumento superior a 134% na sua área plantada entre 1992-2006, um aumento de 627ha entre 1992-2003 e de 749,3ha entre 2003 e 2006, ou seja, aproximadamente 1.380ha. O cultivo do fumo, por se caracterizar pela utilização da mão-de-obra familiar em pequenas propriedades, apresentou no ano de 1996 a maior participação da sua área colhida nos estabelecimentos agropecuários com menos de 20ha, principalmente naqueles estabelecimentos agropecuários estratificados com 10 a 20ha (48,31%).

O cultivo da **batata-inglesa**, que tem o destaque da participação dos estabelecimentos agropecuários menos de 20ha na área colhida do ano de 1996 (Tabela 09), apresentou uma redução de 55,4% na sua área plantada do período 1992-2006, o que representa uma diminuição de 506,3ha entre 1992 e 2003 e de 5,6ha entre 2003 e 2006.

No que diz respeito à lavoura permanente⁴⁶, verificamos que a área total ocupada em 2006 totalizava 17.416ha e correspondia a 4,2% da área total dos estabelecimentos agropecuários da região. A Tabela 10, que mostra as principais culturas em área plantada da lavoura permanente, indica a pouca diversidade de cultivos existentes nesta lavoura na região. Apenas cinco culturas representavam praticamente a totalidade da área plantada da lavoura permanente na região. Em 1992 estes cultivos totalizavam 91,2% da área plantada da lavoura permanente, em 1996 passaram a totalizar 95,69%, em 2003 totalizaram 96,61% e em 2006 passaram a totalizar 96,79% da área plantada da lavoura permanente.

Tabela 10 – Região do COREDE Norte/RS: Principais culturas da lavoura permanente em área plantada

Lavoura Permanente: Principais culturas (área plantada)	Porcentagem da área ocupada pela cultura no total da área plantada da lavoura permanente			
	1992	1996	2003	2006
Erva-Mate	39,77%	67,00%	63,86%	60,87%
Uva	22,22%	9,18%	8,49%	9,63%
Laranja	13,10%	10,35%	16,38%	17,84%
Tangerina	12,34%	5,93%	5,16%	6,11%
Pêssego	3,77%	3,22%	2,72%	2,34%
Total das culturas selecionadas	91,20%	95,69%	96,61%	96,79%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Produção Agrícola Municipal: Área plantada 1990-2007.

Verificamos que a erva-mate, a uva e a laranja se apresentam como os principais produtos em área plantada da lavoura permanente na região. Em 1992 estas culturas

⁴⁶ As informações sobre a área plantada das principais culturas da lavoura permanente para cada UE e para a região nos anos de 1992, 1996, 2003 e 2006 estão transcritas no Anexo 02.

representavam 75,09% da área plantada da lavoura permanente e em 2006 passaram a representar 88,34%. Na Ilustração 20 podemos observar a evolução da área ocupada pelas principais culturas da lavoura permanente em relação ao total da área da lavoura permanente da região. Verificamos que a cultura da laranja aumentou a sua proporção a partir do ano de 1996, enquanto as culturas da erva-mate e pêsego apresentaram redução da sua proporção ocupada neste período (1996-2006)

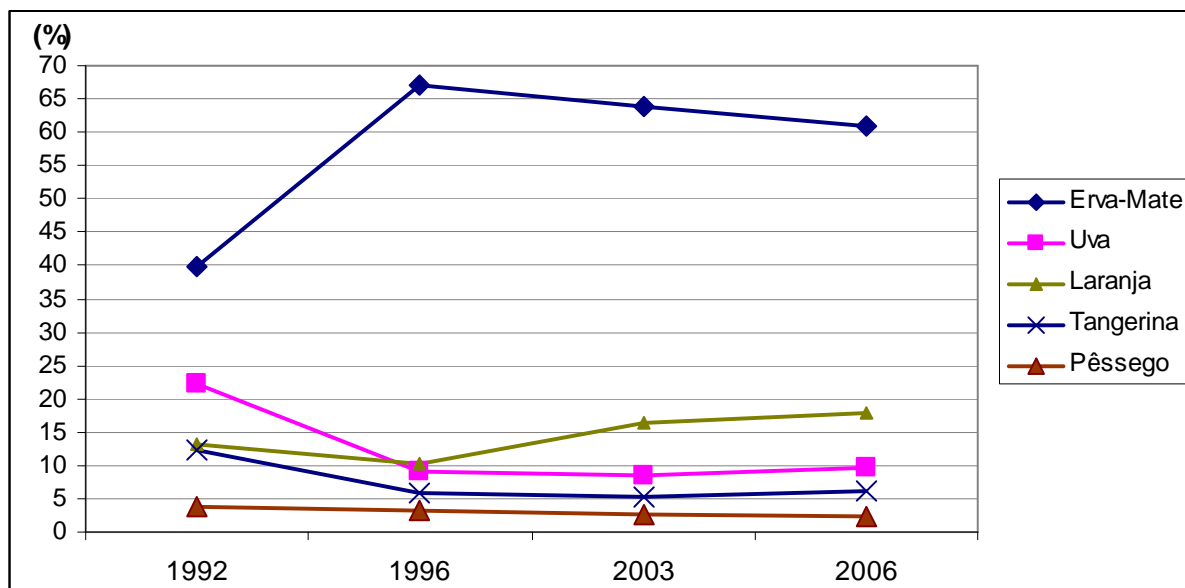


Ilustração 20 – Gráfico da evolução relativa da área ocupada das principais culturas da lavoura permanente no total da área ocupada pela lavoura permanente na região do COREDE Norte/RS

Fonte: Elaborado pelo autor.

O cultivo da **erva-mate** apresentou evolução bastante expressiva na sua área plantada no período 1992 a 2006, cerca de 286%. No ano de 1992 a área plantada com erva-mate era de 1.953,0ha, no ano de 2003 passou para 5.915,3ha e em 2006 era de 5.602,3ha.

O cultivo da **laranja** apresentou aumento na sua área plantada no período 1992-2006. Em 1992 a área plantada com laranja na região totalizava 643,3ha, em 2003 houve um acréscimo de 874,4ha, totalizando 1.517,7ha, e em 2006 a área plantada correspondia a 1642,0ha. Este aumento pode ser também identificado a partir da Tabela 10, onde em 1992 a área plantada com laranja ocupava 13,1% da área total da lavoura permanente, em 2003 passou a ocupar 16,38% e em 2006 passou a ocupar 17,84%.

O cultivo da **uva** apresentou redução na área plantada no período 1992-2006. Em 2006 a área plantada era de 886ha, redução de 18,8% em relação com a área plantada de 1992 e aumento de 99,7ha em relação a 2003.

A cultura da **tangerina** apresentou redução na proporção de sua área plantada em relação com o total da área ocupada pela lavoura permanente no período analisado. No ano de 1992 a área plantada com tangerina representava 12,34% da área total da lavoura permanente, em 2003 passou a representar 5,16% e em 2006 passou a representar 6,11% (Tabela 10). Em 2006 a área plantada com tangerina era de 562,7ha, redução de 7,1% em relação com 1992.

A área plantada com **pêssego**, apesar de não ser muito significativa na região, apresentou aumento de cerca de 16% entre 1992 e 2006. Em 1992 a área plantada era de 185,0ha, em 2003 passou para 252,0ha e em 2006 para 251,3ha.

Considerando a Tabela 11, verificamos que as culturas selecionadas da lavoura permanente apresentaram a maior proporção da área colhida nos estabelecimentos agropecuários com mais de 20ha. Entretanto, a participação dos estabelecimentos com 10 a menos de 20ha na área colhida é do mesmo modo expressiva, ficando acima de 30% em praticamente todas as culturas, e a participação dos estabelecimentos agropecuários com menos de 10ha é, em alguns casos, como do pêsego e da tangerina, mais expressiva que a participação dos estabelecimentos agropecuários com mais de 50ha.

Tabela 11 – Região do COREDE Norte/RS: Participação dos estabelecimentos agropecuários na área colhida das culturas da lavoura permanente (1996)

Culturas selecionadas	Participação relativa (%) dos estabelecimentos na área colhida das culturas selecionadas em 1996				
	Menos de 5 ha	5 < 10ha	10 < 20ha	20 < 50ha	Mais de 50ha
Erva-Mate	3,64	8,40	28,96	38,78	20,22
Laranja	2,19	5,77	34,00	48,89	9,15
Pêssego	4,85	10,62	30,91	40,75	12,86
Tangerina	3,29	8,16	33,33	44,72	10,50
Uva	1,51	4,11	34,63	48,63	11,13

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações do Censo Agropecuário 1996.

Considerando estas informações podemos afirmar, regionalmente, que houve redução das áreas plantadas em 8 das 15 culturas selecionadas da lavoura, temporária e permanente, no período 1992-2003-2006. A maior redução absoluta da área plantada foi identificada na cultura do milho, com redução de 43.841,7ha entre 1992 e 2003 e de 55.766,3ha entre 1992 e 2006. Também se destacaram com redução absoluta da área plantada as culturas do feijão (redução de 10.572,7ha entre 1992 e 2003 e de 17.524,0ha entre 1992 e 2006), da soja (diminuição de 17.649,7ha entre 1992 e 2003 e de 2.059,70ha entre 1992 e 2006) e do arroz (diminuição de 1.735,0ha entre 1992 e 2003 e de 1.955,7ha entre 1992 e 2006). Apresentaram

ainda, redução absoluta da área plantada, porém com menores proporções de uso da terra, as culturas de culturas de mandioca, batata-inglesa, uva e tangerina.

Foram identificadas, entre as culturas da lavoura temporária e permanente que apresentaram aumento absoluto da área plantada no período 1992-2003-2006, as culturas do trigo (com aumento de 19.310,0ha entre 1992 e 2003 e de 8.790,0ha entre 1992 e 2006), da cevada (que apresentou aumento de 5.930,7ha entre 1992 e 2003 e de 3.264,3ha entre 1992 e 2006), da erva-mate (com aumento de 3.962,3ha entre 1992 e 2003 e de 3.649,3ha entre 1992 e 2006) e do fumo (que teve 627,0ha acrescidos na sua área plantada entre 1992 e 2003 e 1.376,3ha entre 1992 e 2006). Ainda, tiveram aumento em suas áreas de plantio no período 1992-2003-2006 as culturas de laranja, cana-de-açúcar e de pêssego.

Com referência às culturas caracterizadas por apresentarem parcela significativa da área colhida em estabelecimentos agropecuários com mais de 50ha (soja, trigo, milho, cevada e erva-mate), verificamos que apenas a soja e o milho tiveram suas áreas de plantio reduzidas. Já entre as culturas que apresentaram as maiores proporções de área colhida nos estabelecimentos agropecuários com menor área (arroz, batata-inglesa, feijão, fumo, mandioca e pêssego), somente o fumo e o pêssego apresentaram aumento da sua área de plantio.

4.3 Concentração da propriedade da terra e especialização do uso da terra na região do COREDE Norte/RS

A comparação entre os índices de concentração fundiária e os indicadores de especialização do uso da terra é realizada no intuito de verificar como a utilização da terra é realizada na região e de mostrar as relações entre determinados tipos de uso e a concentração fundiária. Para isso, utilizamos os valores do índice de Gini, calculados anteriormente, para cada UE e calculamos o Quociente Locacional (QL), que é um indicador que possibilita a quantificação do grau em que duas variáveis quantitativas são distribuídas entre duas regiões quaisquer (uma sub-região e uma região).

O QL, que também é chamado de quociente de localização, possibilita comparar a participação relativa da área utilizada por determinado uso da terra numa sub-região em relação à sua participação no total da região. O QL, segundo Paiva (2006), compara quantas vezes a mais uma região se dedica a uma atividade em relação ao conjunto de regiões da

macrorregião selecionada. Assim, em nosso estudo o QL vai indicar a importância ou o grau de especialização de um determinado uso da terra nas sub-regiões denominadas UEs, em relação a sua participação no conjunto da região do COREDE Norte/RS. A fórmula para o cálculo do QL pode ser expressa da seguinte maneira:

$$\text{Quociente Locacional (QL)} = \frac{\left(\frac{\text{Área ocupada por determinado uso da terra na UE}}{\text{Área total da UE}} \right)}{\left(\frac{\text{Área ocupada por determinado uso da terra na região}}{\text{Área total da região}} \right)}$$

Quando os indicadores do QL forem **iguais a um**, significa que a porcentagem da área ocupada por determinado uso da terra na UE é igual a porcentagem da área ocupada por este mesmo uso na região. Quando os indicadores do QL forem **maiores que um**, significa que a proporção de terras empregadas em determinado uso na UE é maior que a proporção das terras ocupadas pelo mesmo uso na região, isso indica que a área ocupada pelo determinado uso da terra na UE é relativamente mais representativa, portanto especializada em relação a região. Já quando os indicadores do QL forem **menores que um**, significa que a UE apresenta pouca representatividade no determinado uso da terra, uma vez que a porcentagem de terras empregadas no determinado uso na UE é menor que a porcentagem das terras ocupadas pelo mesmo uso na região.

Apresentamos, na Tabela 12, os índices de Gini para a propriedade da terra nas UEs e os Quocientes Locacionais por agrupamento de especialização do uso da terra, quais sejam: pastagens, lavoura permanente, lavoura temporária e matas e florestas⁴⁷.

Do ponto de vista de uma abordagem setorial, considerando o agrupamento da especialização do uso da terra em todas as UEs da região, observamos que a especialização do uso da terra pelas pastagens foi identificada em 50% das UEs, sendo que quando uma UE é especializada em pastagens geralmente não apresenta, ou apresenta em nível bastante baixo, especialização do uso da terra por áreas de lavoura temporária. Isso indica que os dois tipos de

⁴⁷ No Anexo 03 são apresentados os gráficos referentes à relação entre o índice de Gini e os Quocientes Locacionais dos usos da terra por pastagens, por lavoura permanente, por lavoura temporária e por matas e florestas.

uso da terra não tendem a apresentar especialização do uso da terra de maneira simultânea nas UEs da região do COREDE Norte/RS.

Já a especialização das UEs no uso da terra pela lavoura permanente aparenta ter alguma relação de simultaneidade com a especialização do uso da terra pelas pastagens, uma vez que o mesmo padrão de especialização, baixo ou alto, entre os dois tipos de uso se repetiu em 66% das UEs. A especialização do uso da terra pelas áreas de matas e florestas foi verificada em 12 UEs, no entanto, não apresentou grandes disparidades intrarregionais, ficando geralmente próxima ao padrão regional, tanto nas UEs especializadas (QL maior que 1) quanto nas UEs não especializadas (QL menor que 1).

Tabela 12 – Região do COREDE Norte/RS: Índice de Gini e especialização do uso da terra

Unidades de Estudo	Índice de Gini (2003)	Quociente locacional – QL			
		Pastagens	Lavoura permanente	Lavoura temporária	Matas e florestas
Erval Grande	0,301	2,19	1,14	0,47	0,83
Grande Aratiba	0,299	2,46	1,11	0,59	1,49
Faxinalzinho	0,297	1,79	0,26	1,04	0,88
Grande Erechim	0,290	0,66	0,94	1,40	1,18
Grande Viadutos	0,290	1,53	1,51	1,06	1,38
Três Arroios	0,289	0,95	1,45	0,99	1,92
Itatiba do Sul	0,285	2,20	1,42	0,62	1,59
Estação	0,284	0,36	0,38	1,88	0,83
Ipiranga do Sul	0,284	0,31	0,12	2,08	0,77
Grande Campinas do Sul	0,280	0,36	0,14	1,72	0,74
Severiano de Almeida	0,280	1,79	2,07	0,86	1,56
Grande Áurea	0,277	0,47	2,86	1,52	1,14
Gaurama	0,275	0,69	2,66	1,27	1,08
Marcelino Ramos	0,268	1,86	2,19	0,56	1,08
Entre Rios do Sul	0,262	0,58	0,64	1,25	1,06
Grande São Valentim	0,257	1,18	0,60	0,84	1,14
Erebango	0,208	0,38	1,25	1,98	1,19
Mariano Moro	0,166	2,88	1,05	0,66	0,98

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Banco de Dados INCRA - Estatísticas Cadastrais Municipais 2003 e Censo Agropecuário IBGE 2006.

A partir destes dados apresentados, podemos observar que as UEs com maior concentração da propriedade da terra na região possuem, em sua maioria, especializações do uso da terra pelas pastagens (como é o caso da UE Grande Aratiba com QL 2,46, ou seja, possui 2,46 vezes mais área ocupada com pastagens do que o padrão regional, e ainda das UEs Erval Grande com QL 2,19, Faxinalzinho com QL 1,79 e Grande Viadutos com QL 1,53), e em alguma medida pelas lavouras e matas e florestas. Em geral, nas UEs com maior concentração da propriedade da terra, as áreas de lavoura, permanente e temporária,

demonstraram valores do QL próximos ao padrão regional, exceto para as UEs Grande Viadutos (que apresentou QL 1.51 na lavoura permanente) e Grande Erechim (que apresentou QL 1,40 na lavoura temporária).

Entre as UEs que apresentaram os menores índices de concentração da propriedade da terra verificamos que a especialização do uso da terra se dá através da lavoura, principalmente pela lavoura permanente e em menor intensidade pela lavoura temporária e pastagens. Em relação a estas UEs, caracterizadas por apresentarem os menores índices de concentração da propriedade da terra, podemos afirmar ainda que o uso da terra pelas áreas de matas e florestas ficam próximas ao padrão regional (QL próximo a 1) e que as áreas de pastagens assumem importância no uso da terra na medida que as áreas de lavoura temporária apresentam pouca especialização, ou vice e versa. É o caso das UEs Mariano Moro, Grande São Valentim, Marcelino Ramos e Severiano de Almeida que apresentaram especialização no uso da terra pelas áreas de pastagens e não apresentaram especialização do uso da terra pelas áreas de lavoura temporária, e ainda no caso das UEs Entre Rios do Sul, Erebangó, Gaurama, Grande Áurea, Grande Campinas do Sul e Gaurama que apresentaram especialização do uso da terra pelas áreas de lavoura temporária e não apresentaram especialização do uso da terra pelas áreas de pastagens.

Considerando os cultivos da lavoura, tanto permanente quanto temporária, que apresentaram as maiores áreas plantadas em 2003, verificamos na Tabela 13 que os maiores níveis de especialização do uso da terra ocorreram com a cultura da cevada⁴⁸. Tal cultura, por não ser cultivada em todas as UEs da região apresentou, em algumas UEs, indicadores de especialização bem superiores ao padrão regional. É o caso da UE Ipiranga do Sul, que tem QL igual a 7,56, ou seja, possui 7,56 vezes mais área plantada com cevada do que o padrão regional, e ainda das UEs Erebangó (QL 6,17), Estação (QL 4,98) e com menor intensidade da UE Grande Áurea (QL 1,73).

Através da Tabela 13, observamos ainda que a erva-mate, cultura da lavoura permanente, apresentou níveis de especialização do uso da terra superior ao padrão regional em 33% das UEs. Adquirem destaque regional, no uso da terra pela cultura da erva-mate, as UEs Grande Áurea (QL 3,89) e Erebangó (QL 2,95), e em níveis menos expressivos as UEs

⁴⁸ No Anexo 04 apresentamos os gráficos referentes à relação entre o índice de Gini e os Quocientes Locacionais dos usos da terra pelos principais cultivos da lavoura.

Gaurama (QL 1,78), Grande Viadutos (QL 1,55), Três Arroios (QL 1,51) e Faxinalzinho (QL 1,16).

Tabela 13 – Região do COREDE Norte/RS: Índice de Gini e especialização do uso da terra pelos principais cultivos da lavoura

Unidades de Estudo	Índice de Gini (2003)	Quociente locacional – QL (2003)					
		Cevada	Erva-mate	Feijão	Milho	Soja	Trigo
Erval Grande	0,301	-	0,64	1,11	0,94	0,34	0,13
G. Aratiba	0,299	-	0,39	0,58	1,34	0,05	0,11
Faxinalzinho	0,297	0,03	1,16	1,03	0,42	1,54	0,56
G. Erechim	0,29	0,95	0,94	0,55	0,95	1,39	1,38
G. Viadutos	0,29	0,50	1,55	1,80	1,27	0,39	0,49
Três Arroios	0,289	0,09	1,51	1,05	1,66	0,10	0,39
Itatiba do Sul	0,285	-	0,52	0,87	1,05	0,06	0,11
Estação	0,284	4,98	0,32	0,14	0,55	2,12	2,22
Ipiranga do Sul	0,284	7,56	0,11	0,16	0,66	2,28	2,44
G. Campinas do Sul	0,28	0,88	0,08	0,22	0,48	2,15	2,04
Severiano de Almeida	0,28	-	0,88	1,19	1,34	0,11	0,36
G. Áurea	0,277	1,73	3,89	2,74	1,04	1,44	1,81
Gaurama	0,275	0,98	1,78	1,15	1,34	0,81	1,33
Marcelino Ramos	0,268	-	0,99	1,34	0,81	0,33	0,32
Entre Rios do Sul	0,262	0,15	0,50	2,19	0,84	1,93	0,76
G. São Valentim	0,257	-	0,20	2,38	1,15	0,37	0,69
Erebango	0,208	6,17	2,95	0,08	0,72	2,00	1,36
Mariano Moro	0,166	0,02	0,09	1,32	1,58	0,03	0,08

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Banco de Dados INCRA - Estatísticas Cadastrais Municipais 2003 e Produção Agrícola Municipal: Área plantada 1990-2007.

As culturas do feijão, do milho, da soja e do trigo, quando apresentaram especialização do uso da terra, demonstraram níveis inferiores a três vezes o padrão da região. Estas culturas, por estarem presentes em todas as UEs e por apresentarem uma distribuição regional mais equilibrada da área plantada, tornaram o valor do QL das UEs com maior especialização menos distantes do padrão regional.

O feijão apresentou especialização no uso da terra em 50% das UEs, sendo que nas UEs Grande Áurea, Grande São Valentim, Entre Rios do Sul e Grande Viadutos o nível de especialização foi mais elevado e nas UEs Marcelino Ramos, Mariano Moro, Gaurama Três Arroios e Faxinalzinho foi mais próximo ao padrão regional. A cultura do milho não apresentou um grande destaque na especialização do uso da terra, nenhuma UE teve QL superior a dois, sendo a UE Três Arroios, a mais especializada com 1,66 vezes mais área plantada com milho que o padrão regional.

As culturas da soja e do trigo apresentaram especialização em 44% e 38% das UEs, respectivamente. Com especialização do uso da terra pelo cultivo da soja ganham destaque as UEs Ipiranga do Sul (QL 2,28), Grande Campinas do Sul (QL 2,15), Estação (QL 2,12), Mariano Moro (QL 2,00) e Entre Rios do Sul (QL 1,93). Já com especialização do uso da terra pelo cultivo do trigo o destaque é para as UEs Ipiranga do Sul (QL 2,44), Estação (QL 2,22), Grande Campinas do Sul (QL 2,04) e Grande Áurea (QL 1,81).

A especialização do uso da terra pelas culturas da soja e do trigo apresentou semelhanças entre si. Praticamente todas as UEs especializadas no uso da terra pelo cultivo do trigo eram também especializadas no uso da terra pelo cultivo da soja, exceção somente para a UE Gaurama. Essa relação pode ser explicada, entre outros fatores, pela utilização das mesmas terras para a plantação das duas culturas, já que o trigo é cultura de inverno e a soja de verão. Contrariamente a isso, a maioria das UEs especializadas no uso da terra com a cultura do milho não apresentavam especialização no uso da terra com as culturas da soja ou do trigo, exceção somente para as UEs Grande Áurea e Gaurama.

Ao considerarmos a especialização do uso da terra pelos principais cultivos da lavoura em área plantada e os índices de Gini das UEs, verificamos que as UEs com maior concentração da propriedade da terra, caracterizadas por possuírem níveis de especialização do uso da terra pelas áreas pastagens, apresentaram níveis de especialização do uso da terra pelos cultivos da lavoura baixos ou próximos ao padrão regional. Verificamos também que as UEs com menor concentração da propriedade da terra apresentaram grande número de UEs especializadas no uso da terra pelos diferentes tipos de cultivos da lavoura, destacando-se as culturas do feijão e do milho.

Em suma, podemos afirmar, de maneira geral e com as informações desta seção, que a especialização do uso da terra por áreas de pastagens geralmente esteve relacionada aos maiores índices de concentração da propriedade da terra e que as UEs que demonstraram especializações do uso da terra pelas áreas ocupadas com lavoura se mostraram menos concentradoras da propriedade da terra, apresentando na maioria dos casos concentração mais equitativa da propriedade da terra, principalmente quando relacionadas aos cultivos do feijão e do milho.

4.4 Alterações do uso da terra e reconfiguração da estrutura fundiária na região do COREDE Norte/RS

A reconfiguração fundiária trata do redesenho de uma situação fundiária, do processo de transformação de uma determinada realidade fundiária num determinado período de tempo. Essa transformação é, entre outros fatores, reflexo dos tipos de uso da terra no espaço agrário, ou seja, das atividades produtivas que se apresentam em diferentes períodos como atividades mais rentáveis ou menos rentáveis, demandando aumento ou diminuição das áreas utilizadas e, dessa forma, condicionando uma redistribuição lenta, porém progressiva, do uso e da propriedade da terra.

Nesta seção procuramos determinar algumas relações entre a concentração/desconcentração da propriedade da terra e o seu uso. Buscamos, primeiramente, em uma análise em nível regional, comparar os indicadores de aumento ou diminuição das áreas ocupadas pelos principais tipos de uso da terra, bem como seus indicadores de especialização, com as formas de maior ou menor concentração da propriedade da terra⁴⁹. Posteriormente, realizamos uma tentativa de regionalizar a região do COREDE Norte/RS, gerando grupos relativamente homogêneos de UEs, no que se refere às características da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra. Assim, procuramos estabelecer algumas relações que justificam o processo de reconfiguração da estrutura fundiária regional.

4.4.1 Alterações do uso da terra e reconfiguração fundiária

Com base nas informações apresentadas, verificamos que a região do COREDE Norte/RS é caracterizada pelo predomínio do uso da terra pelas lavouras, seguido pelas pastagens e pelas matas e florestas. Contudo, no período em estudo, observamos uma mudança estrutural no padrão de uso da terra, fato que pode ter ou ser influência direta do processo de reconfiguração da estrutura fundiária regional.

A reconfiguração fundiária na região, caracterizada pela desconcentração fundiária, evidenciada pela diminuição dos valores que o índice de Gini apresentou em 2003 com relação a 1992 (passou de 0,295 em 1992 para 0,278 em 2003), pela diminuição do número

⁴⁹ Quando do levantamento dos dados, a variável *número dos estabelecimentos agropecuários por estratos de área* não estava disponibilizada nos resultados do Censo Agropecuário de 2006, o que impossibilitou a análise da reconfiguração fundiária das UEs com base nos estabelecimentos agropecuários em 1996 e em 2006, obrigando-nos a trabalhar somente com o processo de reconfiguração fundiária com base nos dados disponibilizados pelo INCRA dos anos 1992 e 2003.

dos imóveis rurais classificados como médias e grandes propriedades (principalmente os com mais de 25ha) e pelo aumento no número dos imóveis rurais classificados como minifúndios e pequenas propriedades (principalmente os com área inferior a 25ha), evidencia que alguns tipos de uso da terra, principalmente aqueles caracterizados por necessitarem de maiores ou de menores proporções de área para seu cultivo, tendem a apresentar ou apresentaram alterações em suas áreas ocupadas.

Ao considerarmos os grandes grupos de uso da terra (áreas ocupadas com lavoura, áreas ocupadas com pastagens e áreas ocupadas com matas e florestas), verificamos que as lavouras e pastagens apresentaram diminuição da área ocupada e as áreas com matas e florestas apresentaram aumento da sua área ocupada (Tabela 07). Isso, juntamente com as informações já apresentadas, permite chegarmos a seguinte consideração: o que pode ajudar a justificar a diminuição das áreas ocupadas com lavoura e pastagens é a relação destas com o aumento das áreas ocupadas com matas e florestas. Essa redução, possivelmente foi ocasionada pelo maior rigor na aplicação da legislação ambiental, pelo abandono de áreas mais difíceis de serem cultivadas (acarretando no aumento dos capoeirões) e pelo crescente emprego de técnicas mais modernas de produção⁵⁰, o que leva a uma exploração mais eficiente da terra em áreas mais planas, em detrimento das áreas mais íngremes.

No caso específico da lavoura, verificamos que a mudança estrutural na produção agrícola regional se deu com o ganho ou perda de importância de algumas culturas no decorrer do período analisado (Tabela 08 e Tabela 10). Em 1992, por exemplo, as principais culturas em área plantada na região eram, respectivamente, o milho, a soja, o feijão, o trigo, o arroz, a mandioca, a cevada, a cana-de-açúcar, o fumo e a batata-inglesa, na lavoura temporária, e a erva-mate, a uva, a laranja, a tangerina e o pêssego, na lavoura permanente. Em 2006, as principais culturas em área plantada passaram a ser, respectivamente, a soja, o milho, o trigo, o feijão, a cevada, o fumo, a cana-de-açúcar, a mandioca, a batata-inglesa e o arroz, na lavoura temporária, e a erva-mate, a laranja, a uva a tangerina e o pêssego, na lavoura permanente, o que demonstra que a reestruturação do uso da terra na região do COREDE Norte/RS se realizou com ganhos de importância produtiva principalmente das

⁵⁰ O número de tratores nos estabelecimentos agropecuários é uma das evidências da modernização da produção agropecuária. A existência do trator no estabelecimento agropecuário indica também a utilização de outros equipamentos e insumos modernos, que viabilizam o aumento da produtividade da terra. Segundo o Banco de dados IBGE/SIDRA, no período de 1996 a 2006 a região do COREDE Norte/RS teve um aumento de 11,9% no número de estabelecimentos agropecuários com tratores, o que representa um aumento de 11,8% na frota de tratores na região.

culturas da soja, do trigo, da cevada, do fumo, da cana-de-açúcar, da batata-inglesa e da laranja, e com perda de importância produtiva das culturas do milho, do feijão, do arroz, da mandioca e da uva.

Contudo, entre aquelas culturas que se caracterizaram por serem produzidas em estabelecimentos com maiores estratos de áreas (soja, trigo, cevada, milho, cana-de-açúcar e erva-mate), duas culturas apresentaram redução nas suas áreas plantadas, é o caso da cultura da soja e do milho (Tabela 14).

Tabela 14 – Região do COREDE Norte/RS: Evolução da área plantada dos principais cultivos da lavoura

Região COREDE Norte/RS: Principais cultivos da Lavoura	Área Plantada		
	1992	Evolução da área plantada 1992-2003	
		Absoluta	Relativa (%)
Lavoura Temporária			
Trigo	26.586,7	19.310,0	72,6
Cevada	1.929,7	5.930,7	307,3
Fumo	1.026,0	627,0	61,1
Cana-de-açúcar	1.539,3	45,0	2,9
Batata Inglesa	923,7	-506,3	-54,8
Mandioca	2.244,3	-519,7	-23,2
Arroz	2.251,0	-1.735,0	-77,1
Feijão	27.706,7	-10.572,7	-38,2
Soja	133.576,7	-17.649,7	-13,2
Milho	161.216,7	-43.841,7	-27,2
Lavoura Permanente			
Erva-mate	1.953,0	3.962,3	202,9
Laranja	643,3	874,3	135,9
Pêssego	185,0	67,0	36,2
Tangerina	606,0	-127,7	-21,1
Uva	1.091,0	-304,7	-27,9

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Produção Agrícola Municipal: Área plantada 1990-2007.

Isso, também pode ajudar a justificar o processo de desconcentração fundiária evidenciado na região, visto que estes cultivos fazem parte das principais culturas em área colhida nos estabelecimentos agropecuários com mais de 20ha (com proporções expressivas nos estabelecimentos com mais de 50ha), e a diminuição do número de imóveis rurais com mais de 25ha faria, em tese, com que se diminuísse a área empregada para o cultivo destas culturas (ou vice e versa). Essa informação, no entanto, parece mais apropriada, na região, para a cultura da soja, por se tratar de uma cultura que geralmente é produzida em grande escala e em terras planas, com alto grau de mecanização, pois é, como afirma Giradi (2008), o símbolo máximo do agronegócio. Já a cultura do milho se encontra bastante difundida em

todos os tamanhos de propriedades rurais da região do COREDE Norte/RS. O milho é utilizado tanto como fonte de alimento para o agricultor como e também para manter a diversificação produtiva de animais nas pequenas propriedades.

O fato, no entanto, é que a diminuição das áreas ocupadas com a soja na região do COREDE Norte/RS, pode estar relacionada diretamente com a substituição de cultivos, à medida que, se diminuem os imóveis rurais com capacidade de proporcionarem espaço suficiente para a produção desta cultura nos moldes tipicamente capitalistas, se realiza a substituição desta por outras culturas que exigem menos quantidade de terra para tornarem-se “suficientemente” rentáveis ao padrão capitalista. Há de se considerar, também, um outro fator que pode manter as áreas ocupadas com a soja, mesmo em regiões que apresentaram desconcentração fundiária: é o caso da agregação de dois ou mais imóveis rurais de área limitada para a produção da soja em grande escala, através do processo de formação de estabelecimentos agropecuários maiores, viabilizando essa produção. Este fator justificaria o fato do número total de estabelecimentos agropecuários ser menor que o número total de imóveis rurais existentes na região (Tabela 06), e da mesma forma, justificaria a maior área média dos estabelecimentos agropecuários em relação à área média dos imóveis rurais da região.

Com relação aos quatro cultivos (trigo, cevada, cana-de-açúcar e erva-mate) que se caracterizaram por serem produzidos em estabelecimentos com maiores estratos de área (Tabela 08 e Tabela 10) e que apresentaram aumento na sua área plantada no período em estudo, podemos afirmar que a área colhida destes cultivos, mesmo sendo considerável nos estabelecimentos agropecuários com mais de 20ha, apresentou também proporções significativas nos estabelecimentos com menos de 20ha. A falta de informação, devido à não divulgação, pelo Censo Agropecuário 2006, da variável *área colhida das culturas da lavoura por estratos de área* em nível municipal, impossibilitou a verificação, com precisão, da relação do aumento total da área plantada destas culturas com o aumento do plantio destes cultivos em estabelecimentos agropecuários com menores estratos de área, visto que houve diminuição do número de imóveis rurais com mais de 25ha.

Considerando as culturas da lavoura caracterizadas por serem produzidas em estabelecimentos com menores estratos de áreas (arroz, batata-inglesa, feijão, fumo, mandioca, pêsego e certa forma a laranja, a tangerina e a uva), verificamos na Tabela 14 que

somente o fumo, a laranja e o pêssego apresentaram aumento na área ocupada no período analisado.

O aumento das áreas plantadas com o fumo também pode ajudar a explicar o processo de desconcentração fundiária, pois a principal característica dessa cultura é a realização de sua produção em pequenas propriedades rurais, utilizando-se de pequenas glebas de terra. Fato que, na região, também pode ser verificado na cultura da laranja e do pêssego.

As áreas ocupadas com as culturas da batata-inglesa e da tangerina, que apresentaram redução da área plantada no período de 1992 a 2003, e ainda do pêssego, que apresentou aumento na área plantada no período, representam pouca relevância na proporção das áreas ocupadas pelos cultivos da lavoura na ocupação das terras da região do COREDE Norte/RS, o que dificilmente pode ter causado alguma influência e condicionado processos de reconfiguração fundiária, a não ser em algum caso isolado e de pequena amplitude.

4.4.2 Regionalização da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra na região do COREDE Norte/RS

Através dos processos de regionalização, o procedimento de conhecimento do território é facilitado, pois na formação, identificação e delimitação de regiões, ressaltam-se características essenciais marcantes que diferem e aproximam espaços, sintetizando elementos e fenômenos através da representação da realidade espacial. Assim, a regionalização, como sinônimo de diferenciação espacial, se constitui numa ferramenta geográfica extremamente útil, pois ao seguir propósitos determinados, resulta na possibilidade de geração de novos conhecimentos, que, por sua vez, podem originar numerosas aplicações práticas.

Com este enfoque, a regionalização resultante da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra na região do COREDE Norte/RS evidencia grupos relativamente homogêneos de UEs, revelando a configuração espacial das alterações na estrutura agrária da região no período em estudo.

O primeiro procedimento para a realização desta regionalização foi a análise das características individuais das UEs, tais como as modificações na estrutura fundiária e no padrão de uso da terra, a saber: a evolução do número dos imóveis rurais por estrato de área no total dos imóveis e o aumento ou diminuição das áreas ocupadas com lavouras, pastagens e matas e florestas. A partir desta verificação realizamos um agrupamento hierárquico,

buscando uma classificação das UEs em grupos relativamente homogêneos. Ou seja, após a verificação das características da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra nas UEs, buscamos agregar as UEs em subgrupos mediante semelhanças e diferenças entre os mesmos.

Neste processo, classificamos as UEs da região do COREDE Norte/RS em três subgrupos, considerando principalmente as modificações na estrutura fundiária (Ilustração 21), como segue:

- **Sub-região I:** Caracterizou-se por apresentar aumento no número de imóveis rurais com menos de 10ha e diminuição ou estabilização no número de imóveis rurais com 10ha ou mais.
- **Sub-região II:** Caracterizou-se por apresentar aumento no número de imóveis rurais com menos de 25ha e diminuição ou estabilização no número de imóveis rurais estratificados com 25ha ou mais.
- **Sub-região III:** Caracterizou-se por apresentar poucas similaridades no processo de reconfiguração fundiária, demonstrando alterações em vários níveis de estratos de área nas diversas UEs.

Contudo, verificamos que este agrupamento gerou grupos de UEs não contínuos no espaço e que em cada sub-região criada existem especificidades no padrão de uso da terra, o que pode ser mais bem observado na Ilustração 21.

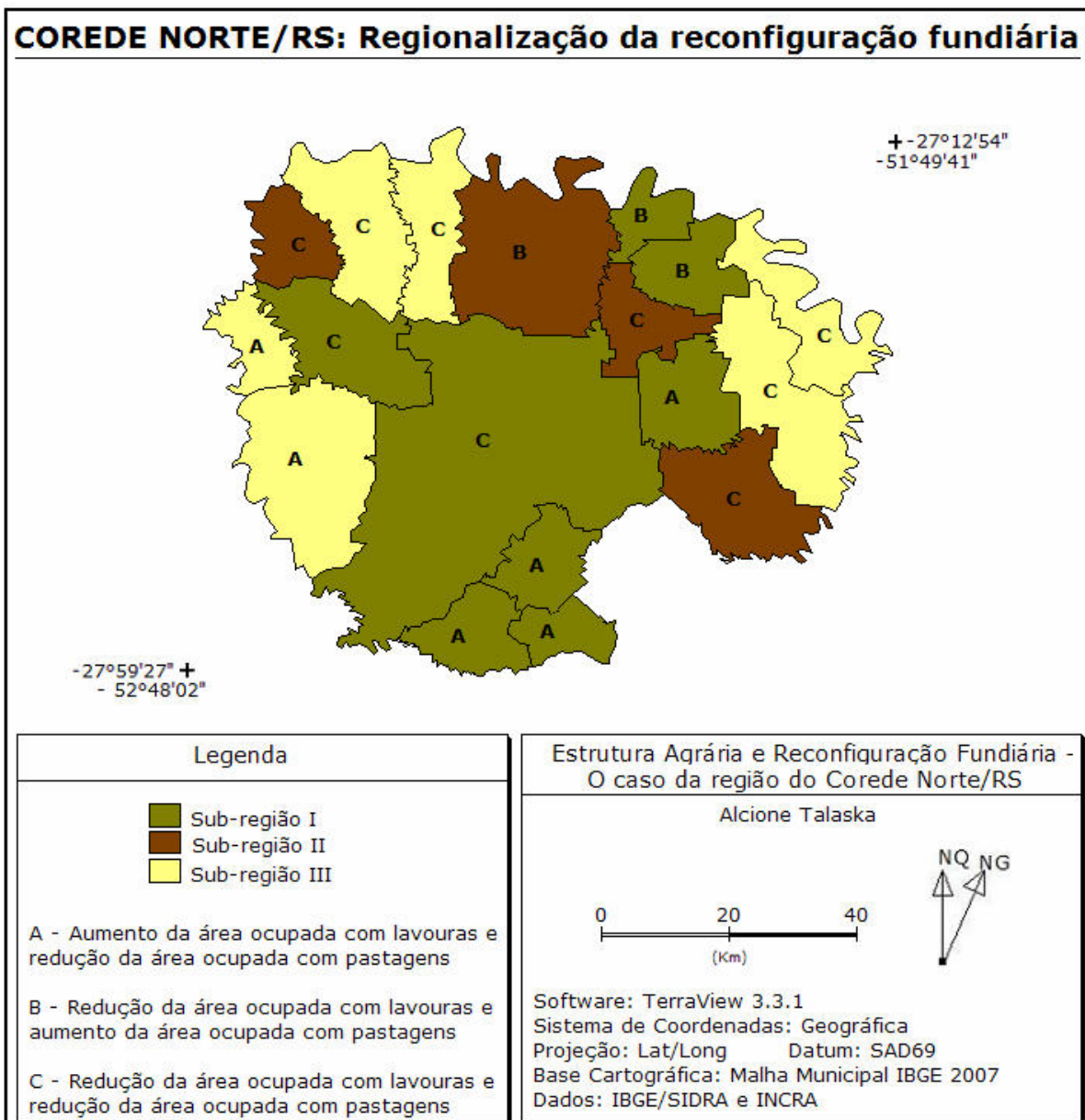


Ilustração 21 – Regionalização da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra na região do COREDE Norte/RS

Fonte: Elaborado pelo autor.

A espacialização dos padrões de uso da terra, por sua vez, apresenta-se de maneira bem diversificada na região do COREDE Norte/RS. Senão, vejamos:

- O padrão de uso da terra “A”, aumento da área ocupada com lavouras e redução da área ocupada com pastagens, foi verificado na sub-região I e na sub-região III;
- O padrão de uso da terra “B”, redução da área ocupada com lavouras e aumento da área ocupada com pastagens, foi verificado na sub-região I e na sub-região II;

- O padrão de uso da terra “C”, redução da área ocupada com lavouras e redução da área ocupada com pastagens, foi verificado na sub-região I, na sub-região II e na sub-região III.

O grande problema verificado neste procedimento, entretanto, é que ele não gera grupos contínuos no espaço; as UEs de uma mesma sub-região não são, necessariamente, contíguas, e a classificação gera uma dificuldade de agregar de forma conjunta as informações das alterações da estrutura fundiária e do uso da terra, devido à grande diversidade de situações originadas das características individuais das UEs. Então, buscando enfrentar este problema, utilizamos o método de análise e agregação espacial conhecido por Skater.

O Skater é uma ferramenta de regionalização de áreas, disponível no software TerraView⁵¹. Esse método possibilita agrupar unidades espaciais menores em área maiores, no nosso caso as UEs em regiões relativamente homogêneas, que além de serem contíguas tenham semelhança segundo os atributos associados.

Através do método Skater⁵², realizamos a produção do mapa temático que representa a regionalização da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra na região do COREDE Norte/RS. Utilizamos, para este procedimento, as variáveis descritas no Quadro 03.

Quadro 03 – Lista das variáveis utilizadas na regionalização da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra na região do COREDE Norte/RS, através do método Skater

Sigla	Variável
EvR_im5ha	Evolução relativa do número de imóveis rurais com até 5ha
EvR_im5a10ha	Evolução relativa do número de imóveis rurais com 5 a menos de 10ha
EvR_im10a 25ha	Evolução relativa do número de imóveis rurais com 10 a menos de 25ha
EvR_im25a50ha	Evolução relativa do de imóveis rurais com 25 a menos de 50ha
EvR_im50a100ha	Evolução relativa do de imóveis rurais com 50 a menos de 100ha
EvR_im100a200ha	Evolução relativa do de imóveis rurais com 100 a menos de 200ha
EvR_im200a500ha	Evolução relativa do de imóveis rurais com 200 a menos de 500ha
EvR_im500ha	Evolução relativa do de imóveis rurais com mais de 500ha
EvR_area_past	Evolução relativa da área ocupada com pastagens
EvR_area_lav	Evolução relativa da área ocupada com lavouras
EvR_area_mat	Evolução relativa da área ocupada com matas e florestas

Fonte: Elaborado pelo autor.

⁵¹ O TerraView é um software livre para visualização de dados geográficos com recursos de consulta e de análise espaciais. O software TerraView é disponibilizado gratuitamente pelo INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, através do site: <http://www.dpi.inpe.br/terraview/index.php>

⁵² O tutorial com os passos para a utilização da ferramenta Skater do TerraView está disponível no site: <http://www.dpi.inpe.br/terraview/docs/tutorial/TerraView331/Aula8.pdf>

Após, o procedimento de análise e agrupamento de UEs, realizado pelo Skater, obtivemos a regionalização representada na Ilustração 22. Observamos, que foram criadas três regiões homogêneas, denominadas:

- Sub-região Norte-nordeste;
- Sub-região Centro-sul;
- Sub-região Oeste.

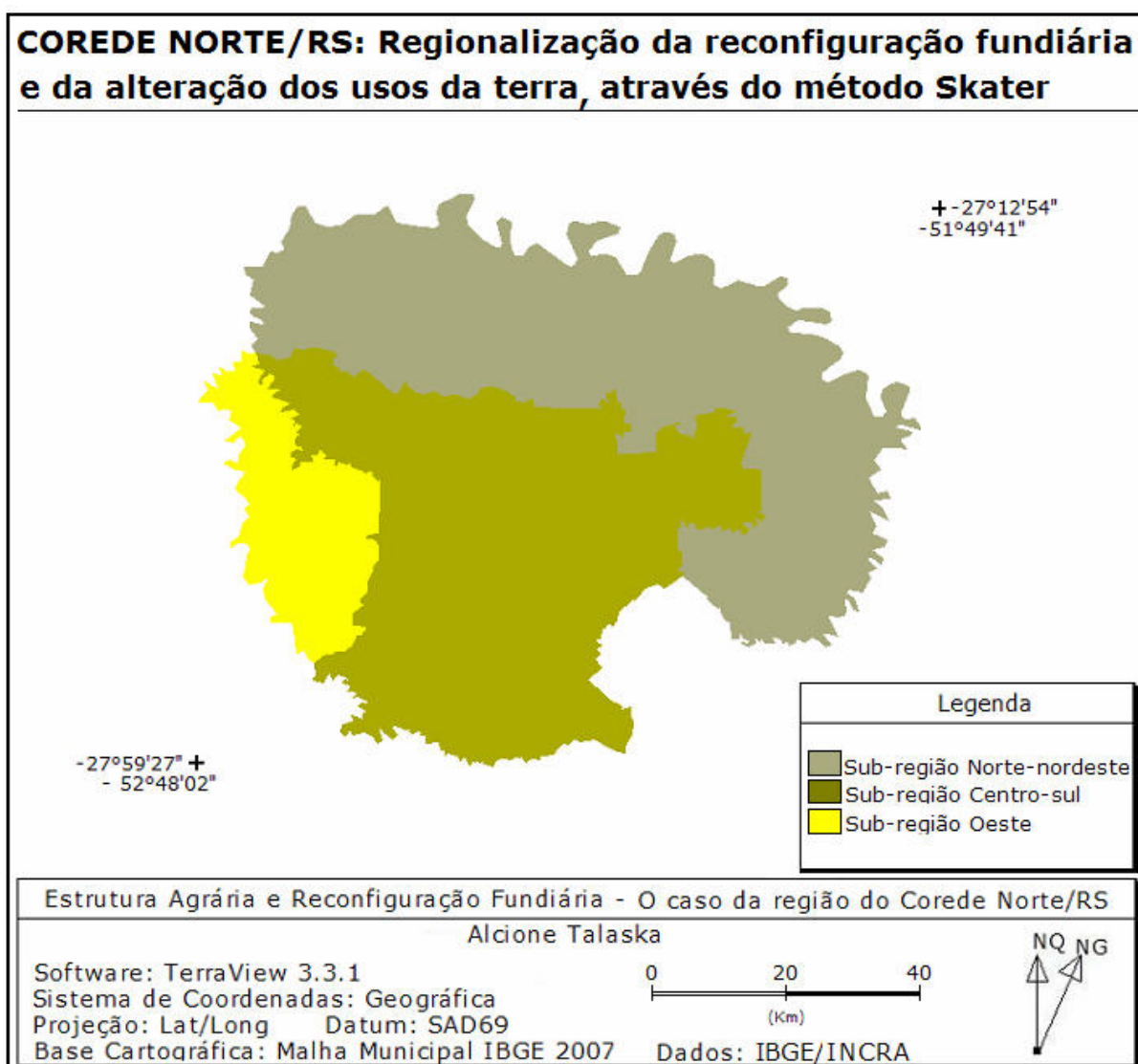


Ilustração 22 – Regionalização da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra na região do COREDE Norte/RS, através do método Skater
Fonte: Elaborado pelo autor.

Verificamos, em uma análise comparada entre as regionalizações representadas pelas Ilustrações 21 e 22, que a sub-região denominada Centro-sul (Ilustração 22), se refere basicamente à mesma configuração espacial da sub-região II (Ilustração 21), com exceção dos

territórios das UEs Severiano de Almeida e Mariano Moro que não foram incorporados, possivelmente, pelo critério da contiguidade territorial aplicado pelo Skater. Verificamos, ainda nesta comparação, que, por este mesmo critério e pela associação das variáveis do padrão de uso da terra, a sub-região Norte-nordeste (Ilustração 22) incorporou áreas da sub-região I, áreas da sub-região II e áreas da sub-região III (Ilustração 21), e, ainda, que a sub-região Oeste (Ilustração 22) é formada unicamente pela área da sub-região III (da Ilustração 21) que é caracterizada pelo aumento da área ocupada com lavoura e redução da área ocupada com pastagens.

Convém destacarmos, no entanto, as principais características que cada uma destas sub-regiões, oriundas da regionalização através do uso do Skater, apresenta:

A **sub-região Norte-nordeste** da região do COREDE Norte/RS é composta por 10 UEs (Faxinalzinho, Erval Grande, Itatiba do Sul, Grande Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida, Três Arroios, Marcelino Ramos, Grande Viadutos e Grande Áurea). Considerando o processo de reconfiguração fundiária, essa sub-região, se configurou, de maneira geral, com um aumento relativo do número dos imóveis rurais estratificados com menos de 25ha e uma diminuição relativa dos imóveis rurais estratificados com 25ha ou mais.

Entretanto, este processo de reconfiguração fundiária apresentou algumas especificidades, principalmente no que se refere às alterações verificadas na evolução relativa do número dos imóveis rurais em relação aos estratos de área (Tabela 15). Estas especificidades foram observadas nas UEs Erval Grande, Itatiba do Sul, Grande Viadutos, Marcelino Ramos, Mariano Moro e Severiano de Almeida, devido à falta de simetria no processo de reconfiguração fundiária, que apresentou, ora aumento, ora diminuição no número relativo de imóveis rurais classificados em determinados estratos de área com menos de 25ha e também nos estratos de área com mais de 25ha.

Já no caso das UEs Faxinalzinho, Grande Aratiba, Grande Áurea e Três Arroios, a simetria do aumento e diminuição relativa dos imóveis rurais com menos e com mais de 25ha é mais bem definida (Tabela 15). A exceção, neste caso, se deve à peculiaridade verificada na UE Faxinalzinho que apresentou aumento relativo do número de imóveis rurais estratificados com mais de 500ha, tal fato se deve à incorporação de um único imóvel rural com esta característica na UE, durante o período de estudo.

Tabela 15 – Sub-região Norte-nordeste da Região do COREDE Norte/RS: Reconfiguração Fundiária (1992-2003)

Evolução relativa (%) do número dos imóveis rurais por estrato de área no total dos imóveis da UE 1992-2003	Erval Grande	Faxinalzinho	Grande Aratiba	Grande Áurea	Grande Viadutos	Itatiba do Sul	Marcelino Ramos	Mariano Moro	Severiano de Almeida	Três Arroios
Menos de 5ha	-0,5%	3,3%	0,6%	0,4%	0,1%	-0,1%	-1,9%	25,8%	1,1%	0,4%
5 a menos de 10ha	1,3%	3,8%	0,1%	1,4%	-0,3%	0,1%	1,8%	26,2%	0,8%	0,5%
10 a menos de 25ha	-0,4%	0,1%	0,8%	2,6%	1,6%	1,8%	0,1%	-33,0%	-0,1%	0,2%
25 a menos de 50ha	-0,2%	-2,2%	-0,8%	-3,7%	-1,0%	-1,3%	0,1%	-16,8%	-1,8%	-0,6%
50 a menos de 100ha	0,1%	-2,5%	-0,6%	-0,4%	-0,5%	-0,4%	0,1%	-2,2%	0,0%	-0,4%
100 a menos de 200ha	0,1%	-2,3%	0,0%	-0,2%	0,1%	-0,1%	0,1%	-	-0,2%	-
200 a menos de 500ha	0,0%	-0,5%	-	-	0,1%	-	-0,1%	-	-	-0,1%
Mais de 500ha	-0,3%	0,2%	-	-	-0,1%	-	-0,2%	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Banco de Dados INCRA - Estatísticas Cadastrais Municipais 1992 e Estatísticas Cadastrais Municipais 2003.

Considerando as alterações no padrão de uso da terra, verificamos a redução da área total ocupada com lavouras em toda a sub-região (100% das UEs). Na lavoura temporária, destacaram-se a redução das áreas ocupadas com arroz e milho, em 90% das UEs, e a redução das áreas ocupadas com soja e batata-inglesa, em 80% das UEs desta sub-região. Também apresentaram redução as áreas ocupadas com as lavouras de feijão e mandioca, em 60% das UEs, e com as lavouras de trigo, cana-de-açúcar e fumo, em 50%, 40% e 10% das UEs, respectivamente. A cevada, embora não apresentava áreas plantadas em todas as UEs da sub-região Norte-nordeste da região do COREDE Norte/RS, demonstrou redução em 20% das UEs onde era cultivada. Na lavoura permanente, as áreas ocupadas com o cultivo da uva, da tangerina e do pêsego apresentaram redução em 80%, 60% e 30% das UEs da sub-região, respectivamente. Já as áreas com erva-mate e laranja apresentaram aumento da área ocupada em toda esta sub-região, no período analisado.

Ainda, no que se refere às alterações do padrão do uso da terra na sub-região Norte-nordeste da região do COREDE Norte/RS, verificamos a redução da área ocupada com pastagens em 70% das UEs da sub-região (exceção das UEs Grande Aratiba, Mariano Moro e Severiano de Almeida), e a redução da área ocupada com matas e florestas em 10% das UEs da sub-região (a UE Erval Grande).

A **sub-região Centro-sul** da região do COREDE Norte/RS é composta por 6 UEs (Erebango, Estação, Gaurama, Grande Erechim, Grande São Valentim e Ipiranga do Sul). A similaridade na reconfiguração fundiária dessas UEs, deve-se ao fato de ser característica comum entre elas, o aumento relativo do número de imóveis rurais estratificados com menos de 10ha e diminuição relativa do número dos imóveis rurais estratificados com 10ha ou mais (Tabela 16).

Considerando as alterações no padrão de uso da terra da sub-região Centro-Sul da região do COREDE Norte/RS, verificamos a redução da área ocupada com pastagens em toda a região (100% das UEs). Verificamos, ainda, o aumento da área ocupada com matas e florestas em 87,5% das UEs (exceção somente para a UE Gaurama), e o aumento da área ocupada com lavouras em 75% das UEs (exceção das UEs Grande Erechim e Grande São Valentim).

Tabela 16 – Sub-região Centro-sul da Região do COREDE Norte/RS: Reconfiguração Fundiária (1992-2003)

Evolução relativa (%) do número dos imóveis rurais por estrato de área no total dos imóveis da UE 1992-2003	Erebango	Estação	Gaurama	Grande Erechim	Grande São Valentim	Ipiranga do Sul
Menos de 5ha	15,5%	3,8%	2,4%	3,3%	3,8%	1,3%
5 a menos de 10ha	36,4%	2,5%	1,6%	1,8%	16,3%	1,4%
10 a menos de 25ha	-27,0%	-2,0%	-1,5%	-2,1%	-16,5%	-0,5%
25 a menos de 50ha	-15,3%	-2,9%	-2,3%	-1,3%	-2,7%	-1,2%
50 a menos de 100ha	-6,9%	-0,9%	-0,1%	-0,7%	-0,6%	-0,5%
100 a menos de 200ha	-1,8%	-0,5%	0,0%	-0,7%	-0,2%	-0,5%
200 a menos de 500ha	-0,9%	-	-0,1%	-0,3%	-0,2%	-
Mais de 500ha	-	-	-	-0,1%	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Banco de Dados INCRA - Estatísticas Cadastrais Municipais 1992 e Estatísticas Cadastrais Municipais 2003.

Na lavoura, temporária e permanente, destaca-se o aumento das áreas ocupadas com trigo e cevada, em todas as UEs da sub-região, e a redução das áreas ocupadas com arroz, milho e uva, igualmente, em todas as UEs da sub-região. As lavouras de batata-inglesa e tangerina apresentaram redução da área ocupada em 83% das UEs da sub-região, do mesmo modo, as lavouras de feijão e mandioca, apresentaram redução da área ocupada em 66% e 50% das UEs dessa sub-região, respectivamente. Já as lavouras da soja e da erva-mate apresentaram redução da área plantada em 33% das UEs da sub-região e as lavouras de cana-de-açúcar, fumo e laranja, apresentaram redução da área plantada em apenas 16% das UEs dessa sub-região, no período analisado.

A **sub-região Oeste** da região do COREDE Norte/RS é composta por apenas 2 UEs (Grande Campinas do Sul e Entre Rios do Sul). Considerando o processo de reconfiguração fundiária (Tabela 17), verificamos a falta de uma simetria na evolução relativa do número dos imóveis rurais por estratos de área entre as UEs. Na verdade, há uma grande diversidade de processos que se estabelecem entre os estratos de área em que os imóveis rurais estão classificados, que dificulta a identificação de similaridades entre as duas UEs.

Contudo, na verificação das alterações no padrão de uso da terra, as similaridades são bem evidentes. Esta sub-região é caracterizada pela redução da área ocupada com pastagens, com aumento da área ocupada com lavouras e pelo aumento da área ocupada com matas e florestas. No que se refere às áreas de lavoura, verificamos o aumento, em ambas as UEs, das

áreas ocupadas com cana-de-açúcar, trigo e erva-mate. Sendo que também foi verificado o aumento das áreas ocupada com cevada, na UE Campinas do Sul e das áreas ocupadas com feijão, soja e pêssego na UE Entre Rios do Sul.

Tabela 17 – Sub-região Oeste da Região do COREDE Norte/RS: Reconfiguração Fundiária (1992-2003)

Evolução relativa (%) do número dos imóveis rurais por estrato de área no total dos imóveis da UE 1992-2003	Entre Rios do Sul	Grande Campinas do Sul
Menos de 5ha	-2,9%	12,7%
5 a menos de 10ha	3,1%	1,2%
10 a menos de 25ha	-0,1%	-11,7%
25 a menos de 50ha	1,0%	-2,7%
50 a menos de 100ha	-0,8%	0,1%
100 a menos de 200ha	0,0%	0,3%
200 a menos de 500ha	-0,3%	0,1%
Mais de 500ha	-	0,1%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do Banco de Dados INCRA - Estatísticas Cadastrais Municipais 1992 e Estatísticas Cadastrais Municipais 2003.

Uma vez explicitadas as similaridades e diferenças que determinaram a formação das três sub-regiões, passamos às considerações (e, eventualmente, à crítica) das regionalizações apresentadas. Utilizamos dois tipos de abordagens para o processo de regionalização da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra na região do COREDE Norte/RS: o primeiro, através de uma classificação convencional das UEs (sem restrição de continuidade espacial das sub-regiões) priorizando os atributos não-espaciais; e o segundo, através de um procedimento que considera a relação de vizinhança entre as UEs, ou seja, considerando a posição geográfica das UEs e as suas similaridades e diferenças nos atributos não-espaciais.

Na primeira regionalização (Ilustração 21), não consideramos qualquer informação espacial para a formação das sub-regiões. Fato que proporcionou agrupamentos de UEs, com características semelhantes, mas que nem sempre eram contíguos, originando sub-regiões sem continuidade territorial. Neste particular, a quantidade de sub-regiões originadas está em estreita relação com os critérios do pesquisador, que classifica e hierarquiza as informações não-espaciais, para posteriormente verificar a espacialização geográfica que a regionalização assume. Este tipo de regionalização é interessante, pois permite identificar como os

fenômenos ou características similares estão espalhados, ou melhor, espacializados, pela área de estudo, independentemente de ser, ou não, em áreas próximas.

Na segunda regionalização (Ilustração 22), avaliamos as similaridades e diferenças entre as UEs, considerando simultaneamente as suas posições geográficas e seus atributos não-espaciais. Neste particular, a agregação das UEs estava condicionada a resultar em sub-regiões territorialmente contínuas, respeitando as informações não-espaciais incorporadas na análise. O inconveniente neste processo de regionalização é que na medida em que se realiza a análise e a agregação das UEs para a formação das sub-regiões homogêneas, pode-se generalizar algumas informações espaciais importantes. Isso, no entanto, pode ser minimizado com a geração de uma nova repartição do espaço em estudo, através da criação de novas unidades de áreas (regiões) com dimensões territoriais menos abrangentes, que, tenderiam, a preservar as características espaciais mais específicas.

Assim, embora, o método Skater tenha agregado UEs com características similares e separado UEs com características distintas, para formar sub-regiões contínuas, não devemos deixar de reconhecer que em cada sub-região criada existem especificidades individuais das UEs.

Convém destacar, também, que a regionalização da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra na região do COREDE Norte/RS, teve um caráter de diferenciação espacial, com propósitos específicos, e como outra regionalização qualquer, em virtude das condições atuais apresentarem transformações contínuas, por vezes rápidas e profundas, se tornará obsoleta com o decorrer do tempo. Por isso, como afirmou Limoned (2004), precisamos cada vez mais repensar a regionalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados levantados nesta pesquisa revelam diversos aspectos importantes sobre a estrutura agrária da região do COREDE Norte do Rio Grande do Sul, principalmente no que se refere ao processo de reconfiguração fundiária e às formas de uso da terra. Na descrição das características e processos históricos de ocupação e formação do território do Rio Grande do Sul foi possível observarmos que, desde o princípio, a região foi caracterizada por duas particularidades: a primeira, por apresentar uma estrutura fundiária amparada, majoritariamente, em pequenas e médias propriedades; e a segunda, por apresentar terras férteis que possibilitaram a diversificação da produção agropecuária.

A estrutura fundiária regional apresentou, durante o período analisado, indicadores médios e fracos de concentração da terra (índice de Gini), fato que é corroborado pela predominância dos minifúndios e pequenas propriedades rurais. Contudo, o estudo também demonstrou que a terra é menos concentrada quando se considera as informações do INCRA (imóveis rurais) e mais concentrada quando se considera as informações do IBGE (estabelecimentos agropecuários), visto que a área média dos estabelecimentos é 27,7% maior que a área média dos imóveis rurais da região. Embora isso possa ser justificado pela agregação de pequenos imóveis rurais e formação de estabelecimentos agropecuários com maior área territorial ou, ainda, pelo uso de terras públicas devolutas, é conveniente ressaltar, mais uma vez, a discrepância entre os dados do INCRA e do IBGE. Numa mesma região, com a mesma área territorial, o somatório das áreas ocupadas pelos imóveis rurais e pelos estabelecimentos agropecuários apresentaram grandes diferenças, o que representa deficiência na coleta das informações por um, ou por ambos os Institutos.

É importante mencionar também que, se as informações disponibilizadas pelo IBGE, ao considerarem os estabelecimentos agropecuários, não identificam o caráter jurídico da estrutura fundiária, e as informações disponibilizadas pelo INCRA, sobre os imóveis rurais, acabam por mascarar a real configuração fundiária dos territórios. Isso se deve pelo método de organização e divulgação dos dados pelo INCRA, que reconhece o imóvel rural apenas considerando sua contiguidade, ou seja, como unidades autônomas e distintas, e não ponderando e reconhecendo que uma mesma pessoa pode possuir mais de um imóvel rural, independentemente de sua localização. Tal fato acarreta numa distorção dos índices de

concentração fundiária, visto que estes índices estão refletindo a concentração da continuidade dos imóveis rurais e não a real concentração da terra na mão dos proprietários.

Contudo, com as informações que foram disponibilizadas pelos Institutos, verificamos que o processo de reconfiguração fundiária da região do COREDE Norte/RS teve como característica principal a desconcentração fundiária. Processo que se evidenciou através de um redesenho fundiário respaldado no aumento do número total dos imóveis rurais com menos de 25ha e de uma redução do número total de imóveis rurais com 25ha ou mais, portanto, por um aumento dos minifúndios e pequenas propriedades e diminuição das médias e grandes propriedades.

No que diz respeito aos indicadores de uso da terra, observamos que, de modo geral, merece destaque a redução das áreas ocupadas com lavouras (tanto permanentes, quanto temporárias) e das áreas ocupadas com pastagens. As mudanças dos padrões de uso da terra, integrando também a estrutura produtiva agrícola regional, são dinâmicas e muitas delas se associam de diversas maneiras. Observamos, no entanto, que na região do COREDE Norte/RS a especialização do uso da terra por áreas de pastagens geralmente apresentou relações de simultaneidade com a especialização do uso da terra por áreas de lavoura permanente, o que não se apresentou da mesma forma com a especialização do uso da terra pelas áreas ocupadas com a lavoura temporária.

Nesse sentido, não menos importante, é a constatação do aumento das áreas ocupadas com matas e florestas que pode estar indicando a adequação das propriedades rurais à legislação ambiental, ou mesmo o aumento de áreas reflorestadas com finalidades industriais, ou ainda o abandono de áreas ocupadas anteriormente com lavouras e pastagens, formando capoeirões e auxiliando na explicação da redução da população rural evidenciada na região.

De maneira, geral, observamos, no processo de elaboração da regionalização da região do COREDE Norte/RS, que a reconfiguração fundiária e as alterações do uso da terra formaram três sub-regiões relativamente homogêneas. A primeira, a sub-região Nortenordeste, caracterizou-se pelo aumento relativo do número dos imóveis rurais com menos de 25ha, pela diminuição relativa dos imóveis rurais com 25ha ou mais, pela redução da área ocupada com lavouras, pela redução da área ocupada com pastagens, e pelo aumento da área ocupada com matas e florestas. A segunda, a sub-região Centro-Sul, caracterizou-se pelo aumento relativo do número dos imóveis rurais com menos de 10ha, pela diminuição relativa

dos imóveis rurais com 10ha ou mais, pela redução da área ocupada com pastagens e pelo aumento das áreas ocupadas com lavouras e matas e florestas. A terceira, a sub-região Oeste, caracterizou-se pela pouca similaridade no processo de reconfiguração fundiária, mas pela grande semelhança na redução da área ocupada com pastagens, no aumento da área ocupada com lavouras e no aumento da área ocupada com matas e florestas.

Contudo, convém destacar também, que mesmo sendo verificada a existência de relações entre os processos de modificações no padrão do uso da terra e na estrutura produtiva da região do COREDE Norte/RS, é oportuno ressaltar que a dinâmica da reconfiguração fundiária é ampla e abarca diversos outros fatores, que não podem ser desprezados. A Ilustração 23 representa a relação de complementaridade destes fatores.



Ilustração 23 - Dinâmica do processo de reconfiguração fundiária
Fonte: Elaborado pelo autor.

Observamos que a dinâmica do processo de reconfiguração fundiária se realiza sobre o meio biogeofísico, que compreende a parte física e a parte biológica da região. E neste particular, a terra (solo) é o fator principal. No entanto, essa dinâmica não é determinada por uma causa única, vários outros fatores ocorrem e se realizam ao mesmo tempo, denotando as transformações na estrutura agrária.

É evidente que a forma de disposição da estrutura fundiária é resultado e é condição tanto de processos decorrentes do uso da terra como também de questões socioeconômicas (as questões socioeconômicas são a base de todo o processo de alterações na estrutura agrária). O que existe é uma relação contínua entre estes processos, onde, por exemplo, a aptidão agrícola da terra (solo), decorrente da fertilidade do terreno, da topografia e da disponibilidade de água, exercem influência direta no potencial de seu uso, do mesmo modo as transformações sociais e econômicas, muitas vezes verificada através de questões como a sucessão hereditária, a rentabilidade da produção, a existência ou falta de políticas públicas de apoio ao produtor rural, tanto em relação à própria produção, como também em relação às infraestruturas rurais e condição de vida no campo, acabam por originar interferências no modo como as propriedades rurais se encontram espacializadas pela região.

O importante, na verdade, é entender que o sentido da reconfiguração fundiária não é precisamente definido, mas pode-se dizer que é influenciado por diversos fatores interligados que, entendidos como processo histórico, produzem e sofrem transformações de caráter social, econômico e ambiental na região.

Com estas considerações esperamos ter alcançado o propósito deste estudo, de identificar processos de concentração e desconcentração fundiária na região do COREDE Norte/RS e de estabelecer algumas relações deste processo com as alterações do uso da terra na região. Entretanto, é importante salientarmos que não tivemos a finalidade de esgotar o tema, mas de darmos os primeiros passos para o entendimento do processo de reconfiguração fundiária em uma região caracterizada por pequenas e médias propriedades. Assim, as considerações trazidas neste estudo podem servir de referência, sendo aprofundadas por outras pesquisas relacionadas à análise da estrutura agrária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *De camponeses a agricultores: Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 1990.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo-Recife: HUCITEC, 1995.

_____. *Formação territorial do Brasil*. In: BECKER, Beta. et al. *Geografia e Meio Ambiente*. São Paulo: Hucitec, 2002.

ATLAS Socioeconômico Rio Grande do Sul. Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul – SEPLAG, 2009. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas>>. Acesso em: 13 de jan. de 2009.

BANDEIRA, Pedro; CÉSAR, Benedito T. *Caracterização do Rio Grande do Sul: Desenvolvimento regional, cultura política e capital*. [S.l.], 2002. Disponível em: <http://www.mesosul.org.br/nou-rau/document/get.php/49/cap_03.pdf>. Acesso em: 25 out. 2008.

BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí. 1997.

BRASIL. *Lei nº 4.504 de 30 de Novembro de 1964*. Estatuto da Terra. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/legislacao/0159200529.pdf>>. Acesso em 02 jan. 2009.

_____. *Lei 5.868 de 12 de dezembro de 1972*. República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5868.htm>. Acesso em: 02 jan. 2009.

_____. *Lei nº 8.629 de 25 de Fevereiro de 1993*. Lei Agrária. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm>. Acesso em: 02 jan. 2009.

_____. *Lei nº 10.267, de 28 de Agosto de 2001*. República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10267.htm>. Acesso em: 02 jan. 2009.

BUBLITZ, Juliana. *Desmatamento civilizador: A história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul (1824-1924)*. In: III Encontro da ANPPAS. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA604-01032006-134852.PDF>. Acesso em: 31 mar. 2009.

CARDIM, Sílvia Elisabeth ; VIEIRA, Paulo de Tarso; VIÉGAS, José Leopoldo. *Análise da estrutura fundiária brasileira*. Brasília: INCRA, 2009. (Artigo) Disponível em:

<http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=175>. Acesso em: 15 de out. de 2009.

CASTRO, Antonio Barros de. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

CENSO Agropecuário 1996. Banco de dados agregados do IBGE: SIDRA Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11>>. Acesso em: 15 abr. 2009.

CENSO Agropecuário 2006. Banco de dados agregado do IBGE: SIDRA Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11>>. Acesso em: 09 jun. 2009.

CENSO Demográfico e Contagem da População 2007. Bando de Dados Agregados do IBGE: SIDRA. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/default.asp>>. Acesso em: 19 mai. 2009.

CORRÊA DA SILVA, Armando. *O território da consciência e a consciência do território*. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). *Território, globalização e fragmentação*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.257-269

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região: A tradição geográfica*. In:_____. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 183-196.

_____. *Territorialidade e corporação: um exemplo*. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). *Território, globalização e fragmentação*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.257-269.

COSTA, Rogério Haesbaert da. *Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização*. In: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Brasília, 2005a. p.15-30. Disponível em:<http://www.mi.gov.br/download/download.asp?endereco=/pdf/desenvolvimentoregional/ordenamento_territorial.pdf&nome_arquivo=ordenamento_territorial.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2008.

_____. *Territórios alternativos*. São Paulo: EdUFF/Contexto, 2002.

_____. *Des-caminhos e perspectivas do território*. In: RIBAS, Alexandre; SPOSITO, Eliseu.; SAQUET, Marcos. (Org.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005b. p. 87-120.

_____. *Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. *Morte e vida da região: Antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional*. In: SPOSITO, Eliseu Savério (org). *Produção do espaço e redefinições regionais*. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPEER, 2005c, p. 09- 34.

DUCATTI NETO, Antonio. *O Grande Erechim e sua história*. Porto Alegre: EST, 1981.

Entrevista com Roberto Lobato Corrêa. Revista Discente Expressões Geográficas. Florianópolis, n.01, p. 01-14, jun/2005. Disponível em: <<http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed01/entrevista.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2009.

ESTATÍSTICAS CADASTRAIS MUNICIPAIS 1992. Banco de Dados INCRA. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/arquivos/0311600610.txt>>. Acesso em: 15 de mai. 2008.

ESTATÍSTICAS CADASTRAIS MUNICIPAIS 2003. Banco de Dados INCRA. Apuração especial no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR. Out. 2003.

ETGES, Virgínia Elisabeta. *A região no contexto da globalização: O caso do Vale do Rio Pardo*. In: VOGT, Olgário.; SILVEIRA, Rogério. Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001, p.351-365.

FEEDADOS. Banco de Dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE). Governo de Estado do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp> . Acesso em: 20 mai. 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Reforma agrária no Governo Lula: a esperança*. São Paulo: UNESP, 2003 Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf>. Acesso em : 24 out. 2009.

_____. *Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. 2004. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/desenvolvimento_territorial.pdf>. Acesso em: 02 set. 2009.

FORTES, Amyr. Borges. *Compêndio da história do Rio Grande do Sul*. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

FRANTZ, Telmo Rudi; SILVA NETO Benedito. *A formação histórica dos sistemas agrários no Rio Grande do Sul* In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (orgs). *Sistemas Agrários no Rio Grande do Sul: Análise e recomendações de Políticas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. p.27 – 92.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). *Índice de desenvolvimento socioeconômico (IDESE)*. Governo de Estado do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php> . Acesso em: 20 mai. 2009.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. *Reforma agrária no Brasil*. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=316&textCode=3996&date=currentDate>>. Acesso em: 30 set. 2008.

GANCHÓ, Cândida Vilares; LOPES, Helena de Queiroz Ferreira; TOLEDO, Vera Vilhena de. *A posse da terra*. São Paulo: Ática, 1991.

GEIGER, Pedro. *Des-territorialização e espacialização. O território da consciência e a consciência do território*. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). *Território, globalização e fragmentação*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.233-246.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed. São Paulo: ATLAS, 2008.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da questão agrária brasileira*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Unesp, Presidente Prudente, 2008.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *O conceito de região e sua discussão*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; Corrêa, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995, p. 49-75.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O que é questão agrária*. 2. ed São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HOFFMAN, Rodolfo. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: EDUSP, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Tratado de Tordesilhas*, 2008a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/povoamento/constrterrit/trat_tordesilhas.html> . Acesso em: 30 set. 2008.

_____. *Área territorial oficial: Consulta por município*, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/area.shtm>>. Acesso em: 02 fev. 2009.

_____. *Censo Agropecuário 1996: Conceituação das características divulgadas*, 1996. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/conceitos.shtm> . Acesso em: 06 out. 2009.

_____. *Sistema geodésico brasileiro (SGB)*, 2008b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geodesia/default_sgb_int.shtm>. Acesso em: 30 set. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). *Histórico da questão agrária*, INCRA, 2009a. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&id=270:historicoquestaoagraria&layout=blog&Itemid=288>. Acesso em: 04 nov. 2009.

_____. *Índices básicos 2005*. INCRA, 2007. Disponível em <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=153&Itemid=182> . Acesso em: 04 mai. 2009.

_____. *Qual a diferença entre módulo rural e módulo fiscal?* INCRA, 2009b. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=78:qual-e-a-diferenca-entre-modulo-rural-e-modulo-fiscal&catid=52:faqincra&Itemid=83>. Acesso em: 13 out. 2009.

_____. *Qual é a aplicação do módulo fiscal?* INCRA, 2009c. <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=77:qual-e-a-aplicacao-do-modulo-fiscal&catid=52:faqincra&Itemid=83>. Acesso em: 15 de out. 2009.

_____. *O que é propriedade produtiva?* INCRA, 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=79:o-que-e-propriedade-produtiva&catid=52:faqincra&Itemid=83>. Acesso em: 17 de fev. 2010.

JACOMELLI, Jussara. *Comissão de Terras: Relações de poder em Palmeira*. Passo Fundo: UPF, 2004.

KLARMANN, Hebert; TONI, Jackson de. *Regionalização e planejamento: Reflexões metodológicas e gerenciais sobre a experiência gaúcha*. Porto Alegre: Ensaio FEE, v.23, 2002, p. 517-538.

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: Terra & Poder: História da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 2003

LIMONAD, Ester. *Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem?* In: LIMONAD, Ester et all. *Brasil Século XXI: por uma nova regionalização*. São Paulo: Max Limonad, 2004. p.54-66.

LUGON, Clovis. *A República "comunista cristã dos guaranis": 1610-1768*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MALHAS DIGITAIS MUNICIPAIS 2007. Banco de Dados Geociências. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2009. Disponível em: <ftp://geofpt.ibge.gov.br/mapas/malhas_digita/municipio_2007>. Acesso em 12 mai. 2009.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência (A questão política no campo)*. São Paulo, Hucitec, 1980.

MESQUITA, Zilá. *Divisões regionais do Rio Grande do Sul: Uma revisão*. Porto Alegre: ENSAIOS FEE v. 5, n. 2, p. 95-146, 1984. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/462/696>>. Acesso em 19 mar. 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Cadastro de Imóveis Rurais. MDA, 2006. Disponível em: <http://www.catastrolatino.org/documentos/Cartagena/PONENCIAS/Prescott_Brasil1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 17. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Quem somos*. 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4151>>. Acesso em 30 mar. 2009.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. *Derrubando florestas, plantando povoados: A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS, Porto Alegre, 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, rendeiros e proprietários: Estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750 -1850)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

_____. *Territorialidade, desterritorialidade, novas desterritorialidades* IN: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). Território, globalização e fragmentação. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.257-269.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1983.

NOZOE, Nelson. *Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia*. Revista Economia: FEA-USP. São Paulo, Set/Dez 2006. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas de campo: conflitos e violência, movimentos sociais e resistência, a “Nova República” e a reforma agrária*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. *Agricultura brasileira: transformações recentes*. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (org). Geografia do Brasil. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2003. p.465-523

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos avançados*, São Paulo, n.43, p. 185-206, 2001.

_____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Os Agrocombustíveis e a produção de alimentos*. In: XII Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL), 2009, Montevideo/Uruguai. Anais... Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/programaExtendido.php?casillero=1343120000&sala_=A%20-%2012&dia_=SABADO_AREAS_6_7_8>. Acesso em 27 out. 2009.

_____. Os limites do novo censo agropecuário. *Correio da Cidadania*, 10 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/content/view/4312/9/>> . Acesso em 15 fev. 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; FARIA, Camila Salles. *O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil*. In: XII Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL), 2009, Montevideo/Uruguai. Anais... Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/programaExtendido.php?casillero=2239110000&sala_=A%20-%2002&dia_=MARTE_S_AREA_6_7_8#>. Acesso em 27 out. 2009.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. *RS: Taxas de crescimento demográfico*. In: Território Paiva. 2008a. Disponível em: <<http://territoriopaiva.com/blog1/dados-mapas/rs/dados/indicadores-socioeconomicos/taxas-de-crescimento-demografico>>. Acesso em: 23 dez. 2008.

_____. *RS em mapas e dados: Bases georreferenciadas para a comparação do desempenho socioeconômico dos municípios gaúchos entre 1966 e 2006*. FEE/Unisc: Porto Alegre, 2007. CD-ROM.

_____. *Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas*. FEE, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/indicadores/34_01/11_parte.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2008.

PARDO FILHO, Milton. *Direito agrário: Aspectos reais e obrigacionais*. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP. São Paulo, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. *Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais*. Revista NERA, Presidente Prudente/SP, n.8, p.52-73, Jul./Dez.2006.

PERIN, Zeferino. *Desenvolvimento regional: Um novo paradigma em construção*. Erechim: EdiFAPES, 2004.

PERREIRA, Paulo Affonso Soares. *Rios, redes e regiões: A sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres*. Porto Alegre: Editora AGE, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

PORTAL GeoLivre. Aplicativo de geoprocessamento. Governo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.geolivres.gov.br>> Acesso em 28 abr. 2009.

PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM. *Como tudo começou*, 2009. Disponível em: <http://www.pmerechim.rs.gov.br/principal.php?id_menu=conteudo&id_item=26&id_menu=36&submenu=N&menu=S> . Acesso em 31 mar. 2009.

PRODUÇÃO Agrícola Municipal: Área plantada 1990-2007. Banco de Dados Agregados do IBGE: SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?ti=1&tf=99999&e=c&p=PA&v=109&z=t&o=11>>. Acesso em: 05 jul. 2009.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAUBER, Alexandre. *Áreas de mata nativa no Rio Grande do Sul e região onde se difundiram as colônias mistas*. Departamento de Geoprocessamento da Universidade de Santa Cruz do Sul, 2004. Mapa: colorido.

REIS, Célia Regina Pirolo dos. *Implantação, avanços, dificuldades e conquistas do assentamento Capão Bonito em Sidrolândia/MS*. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Bom Bosco. Campo Grande, 2002.

RELATÓRIO Final do Inventário Contínuo do Rio Grande do Sul, 2009. UFSM/SEMA. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/ifcrs/frame.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2009.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed.Civilização Brasileira, 1997.

RIO GRANDE DO SUL. *Lei 9.519 de 21 de Janeiro de 1992*. Código Florestal Estadual. SEMA, 1992. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/lei_9519.htm>. Acesso em: 05 ago. 2009.

_____. *Lei Estadual 10.283 de 17 de Outubro de 1994*. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=12666&Texto=>>. Acesso em: 04 nov. 2009.

RODRIGUES, Mônica dos Santos; ROLLO, Paula de Andrade. *Estudo de caso: o mercado de terras rurais na região da zona da mata de Pernambuco, Brasil*. Santiago de Chile: CEPAL:Red de Desarrollo Agropecuário, 2000.

RODRIGUES DA SILVA, Carmelindo. *Experiência portuguesa no processo de colonização do Brasil*. [S.l. : s.n.], [2005]. Artigo. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_028.html>. Acesso em: 20 jun. 2008.

RÜCKERT, Aldomar. *A trajetória da terra: Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul-1827/1931*. Passo Fundo: Udiupf, 1997.

RUMOS 2015: Estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: SCP, 2006. 5v.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2004a.

_____. *Pensando o espaço do homem*. 5.ed. São Paulo: EDUSP, 2004b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SEPLAG). *Rumos 2015: Um plano de desenvolvimento para o Estado*. 2009. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/index.asp>>. Acesso em: 04 nov. 2009.

STÉDILE, João Pedro. O MST e a questão agrária. *Estudos avançados*, São Paulo, n.31, 1997.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *A ferrovia no norte do Estado*. IN: _____. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: Lógicas e contradições no processo de*

desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960). Passo Fundo, UPF, 2005. 2.ed, p. 23 - 44.

TERRAVIEW, versão 3.3.1. Software livre. DPI/INPE. [S.l.] [20--]. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/terraview/php/>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

TERRAVIEW. *Tutorial: Operações de análise espacial*. DPI/INPE [S.l.] [20--]. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/terraview/docs/tutorial/TerraView331/Aula8.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2010.

TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.

VALVERDE, Orlando. *Geografia Agrária do Brasil*. Rio de Janeiro: CEPE, 1964. V.1

WANDERLEY, Maria de Nazareth. *Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira*. In: ARAUJO, Braz José de. *Reflexões sobre a Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo*. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 15, p.87-145, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>>. Acesso em: 06 out. 2009.

WOLFF, Gladis Helena. *A ferrovia no norte do Rio Grande do Sul: Espaço de práticas sociais e políticas*. Passo Fundo, 2005. Disponível em: <<http://www.upf.br/ppgh/download/Gladis%20Helena%20Wolff.prn.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2009.

ANEXO 01 – Área Plantada (ha) com as principais culturas da lavoura temporária

Área plantada (ha) das principais culturas da lavoura temporária		Entre Rios do Sul	Ereban-go	Erval Grande	Estação	Faxinal-zinho	Gaura-ma	Grande Aratiba	Grande Áurea	Grande Camp. do Sul	Grande Erechim	Grande São Valentim	Grande Viadutos	Ipiranga do Sul	Itatiba do Sul	Marc. Ramos	Mariano Moro	Sev. de Almeida	Três Arroios	REGIÃO COREDE NORTE/
Cultivo	Ano	Área plantada (ha)																		
Arroz	1992	60,0	61,7	153,3	20,0	69,7	120,0	106,7	323,3	35,0	758,3	176,7	84,7	33,0	16,7	46,7	32,0	100,0	53,3	2.251,0
	1996	27,3	36,7	85,3	10,0	60,0	30,7	102,0	222,7	20,7	325,0	129,7	63,0	33,0	28,3	66,7	24,0	60,7	86,7	1.412,3
	2003	18,3	16,7	13,3	3,7	40,0	20,0	30,0	57,7	8,3	90,7	20,0	37,0	3,3	10,3	25,0	15,0	46,7	60,0	516,0
	2006	3,7	10,0	9,0	1,7	16,7	20,0	30,0	23,3	3,0	64,0	20,7	21,7	0,0	3,3	16,7	13,3	25,0	13,3	295,3
Aveia	1992	40,0	160,0	216,7	60,0	160,0	20,0	26,7	43,3	533,3	2736,7	16,7	74,3	466,7	0,0	15,0	0,0	0,0	0,0	4.569,3
	1996	0,0	146,7	0,0	0,0	50,0	83,3	0,0	41,7	200,0	1570,0	8,0	76,7	102,0	0,0	5,0	0,0	0,0	0,0	2.283,3
	2003	40,0	178,3	0,0	23,3	283,3	16,7	0,0	125,0	130,0	396,7	0,0	41,7	100,0	0,0	0,0	23,3	0,0	0,0	1.358,3
	2006	16,7	300,0	0,0	56,7	100,0	0,0	0,0	121,7	163,3	270,0	0,0	43,3	300,0	0,0	12,7	20,0	0,0	0,0	1.404,3
Batata Inglesa	1992	24,7	11,7	66,7	8,0	20,0	43,3	115,0	31,7	20,0	332,7	27,0	45,0	10,0	34,3	27,0	20,0	43,3	43,3	923,7
	1996	8,0	16,7	9,7	8,0	7,3	16,7	58,7	28,3	7,3	134,7	15,0	27,7	10,0	10,7	15,0	7,0	16,7	33,0	430,3
	2003	8,0	2,0	4,0	2,0	5,7	11,7	36,0	33,3	11,7	107,3	34,7	56,0	2,0	4,7	16,7	3,0	36,7	42,0	417,3
	2006	6,7	8,3	6,0	2,7	5,0	13,3	34,7	41,7	11,0	101,3	18,0	50,3	2,0	15,7	15,7	3,0	40,0	36,7	412,0
Cana-de-açúcar	1992	23,3	10,0	130,3	0,0	20,0	43,3	370,0	41,0	21,7	164,0	66,7	64,3	5,0	130,7	250,0	62,7	83,0	53,3	1.539,3
	1996	15,3	10,0	60,0	0,0	12,0	40,0	273,3	35,0	15,0	123,3	50,0	53,0	7,7	70,0	150,0	6,0	60,0	60,0	1.040,7
	2003	60,0	11,7	100,0	12,0	20,0	59,3	415,0	48,0	45,7	179,0	55,0	76,7	10,0	88,3	256,7	19,0	67,0	61,0	1.584,3
	2006	60,3	15,0	100,0	12,0	21,3	70,7	614,3	64,0	51,3	173,0	80,7	110,0	6,7	150,0	296,7	21,0	70,7	61,0	1.978,7
Cevada	1992	40,0	200,0	0,0	166,7	0,0	20,0	3,3	43,3	183,3	853,3	0,0	46,7	366,7	4,7	0,0	0,0	0,0	1,7	1.929,7
	1996	0,0	700,0	0,0	250,0	22,3	213,3	0,0	446,7	533,3	1716,7	3,3	90,0	1133,3	2,3	0,0	0,0	0,0	0,0	5.111,3
	2003	26,7	1400,0	0,0	746,7	6,0	300,0	1,7	756,7	563,3	1974,3	0,0	261,7	1800,0	0,0	0,0	3,3	0,0	20,0	7.860,3
	2006	10,0	833,3	0,0	900,0	0,0	183,3	4,7	313,3	153,3	1211,0	0,0	61,7	1500,0	0,0	0,0	0,0	3,3	20,0	5.194,0
Feijão	1992	800,0	106,7	5400,0	50,0	750,0	440,0	3746,7	1413,3	310,0	1970,0	2620,0	1583,3	116,7	5500,0	873,3	580,0	1100,0	346,7	27.706,7
	1996	793,3	145,0	3286,7	41,0	713,3	770,0	3996,7	2453,3	585,0	2883,7	2633,3	2276,0	90,0	3120,0	986,7	759,7	1453,3	486,7	27.473,7
	2003	860,0	41,7	1033,3	47,0	483,3	766,7	926,7	2616,7	300,0	2508,7	2220,0	2063,3	85,0	598,3	1000,0	425,0	651,7	506,7	17.134,0
	2006	790,0	38,3	450,0	14,3	220,0	340,0	348,7	1136,7	158,3	1331,3	1033,3	1633,3	71,7	430,0	850,0	563,3	433,3	340,0	10.182,7

Continua...

Continuação...		Entre Rios do Sul	Ereban-go	Ervai Grande	Estação	Faxinal-zinho	Gaura-ma	Grande Aratiba	Grande Áurea	Grande Camp. do Sul	Grande Erechim	Grande São Valentim	Grande Viadutos	Ipiranga do Sul	Itatiba do Sul	Marc. Ramos	Mariano Moro	Sev. de Almeida	Três Arroios	REGIÃO COREDE NORTE
Cultivo	Ano	Área plantada (ha)																		
Fumo	1992	31,7	0,0	133,3	0,0	0,7	47,0	67,3	86,7	23,3	43,3	64,0	43,0	0,0	205,3	19,0	54,0	147,3	60,0	1.026,0
	1996	16,7	0,0	111,0	0,0	1,0	13,7	59,0	30,7	2,3	19,3	22,7	53,7	0,0	203,0	15,3	31,0	134,3	83,7	797,3
	2003	16,3	2,7	272,7	1,7	21,7	25,3	178,0	147,0	3,3	47,7	114,0	107,0	3,7	394,0	23,3	39,7	148,7	106,3	1.653,0
	2006	34,0	3,7	390,0	3,0	15,7	36,7	198,3	255,0	10,7	65,7	131,3	176,7	2,7	647,7	45,0	65,7	184,0	136,7	2.402,3
Mandio-ca	1992	86,7	36,0	92,0	10,0	51,0	24,7	300,0	85,0	123,3	600,3	228,7	145,0	54,0	84,0	120,0	72,0	106,7	25,0	2.244,3
	1996	37,7	36,7	76,7	8,3	63,0	42,7	224,0	147,3	77,3	487,0	94,7	81,3	43,3	85,0	157,3	31,3	96,3	68,0	1.858,0
	2003	65,0	40,0	61,0	26,0	50,0	54,0	210,0	123,0	61,0	435,0	41,3	64,0	5,0	76,7	120,0	16,0	176,7	100,0	1.724,7
	2006	65,0	40,0	61,0	26,0	50,0	60,7	216,7	116,7	61,0	423,3	40,0	84,0	10,0	70,0	136,7	16,0	188,0	100,0	1.765,0
Milho	1992	3800,0	2933,3	9000,0	1400,0	2400,0	8333,3	16166,7	13216,7	6666,7	43200,0	10500,0	10600,0	3266,7	6666,7	7500,0	4250,0	6100,0	5216,7	161.216,7
	1996	2016,7	3130,0	5253,3	1638,3	1973,3	6323,3	13133,3	9500,0	6500,0	35637,3	7017,3	10716,7	3200,0	4000,0	7233,3	2401,7	4500,0	4366,7	128.541,3
	2003	2253,3	2433,3	6000,0	1240,0	1333,3	6088,3	14600,0	6791,7	4533,3	29295,0	7373,3	9950,0	2333,3	4983,3	4166,7	3500,0	5000,0	5500,0	117.375,0
	2006	2200,0	2133,3	4166,7	840,0	1133,3	5033,3	12233,3	6216,7	5500,0	24327,0	7600,0	9633,3	2466,7	3633,3	4500,0	3500,0	4666,7	5666,7	105.450,3
Soja	1992	4033,3	4566,7	3900,0	4400,0	3800,0	5066,7	7500,0	8133,3	21700,0	34600,0	3600,0	8100,0	7733,3	2560,0	4333,3	2700,0	3333,3	3516,7	133.576,7
	1996	3016,7	5716,7	2076,7	4266,7	3733,3	2433,3	3183,3	7266,7	19166,7	34506,7	2577,3	5110,0	7666,7	1433,3	2006,7	1314,0	1266,7	973,3	107.714,7
	2003	5131,7	6700,0	2133,3	4683,3	4866,7	3633,3	540,0	9316,7	20226,7	42582,0	2323,3	3033,3	7996,7	300,0	1666,7	60,0	400,0	333,3	115.927,0
	2006	5151,7	7000,0	2550,0	5150,0	5233,3	5190,0	358,7	11766,7	19993,3	50776,7	3250,0	3700,0	7960,0	410,0	2000,0	126,7	366,7	533,3	131.517,0
Trigo	1992	440,0	1150,0	866,7	900,0	1050,0	633,3	1466,7	2433,3	4100,0	7793,3	466,7	1100,0	1666,7	1033,3	350,0	370,0	300,0	466,7	26.586,7
	1996	266,7	900,0	280,0	900,0	533,3	790,0	563,3	1116,7	2833,3	6766,7	650,0	1309,3	1333,3	333,3	383,3	276,7	300,0	350,0	19.886,0
	2003	800,0	1800,0	320,0	1940,0	700,0	2366,7	450,0	4633,3	7616,7	16700,0	1716,7	1490,0	3400,0	210,0	650,0	70,0	533,3	500,0	45.896,7
	2006	476,7	1300,0	183,3	1233,3	483,3	1433,3	121,7	2693,3	4166,7	11833,3	1183,3	1233,3	3000,0	93,3	466,7	48,3	433,3	350,0	30.733,3

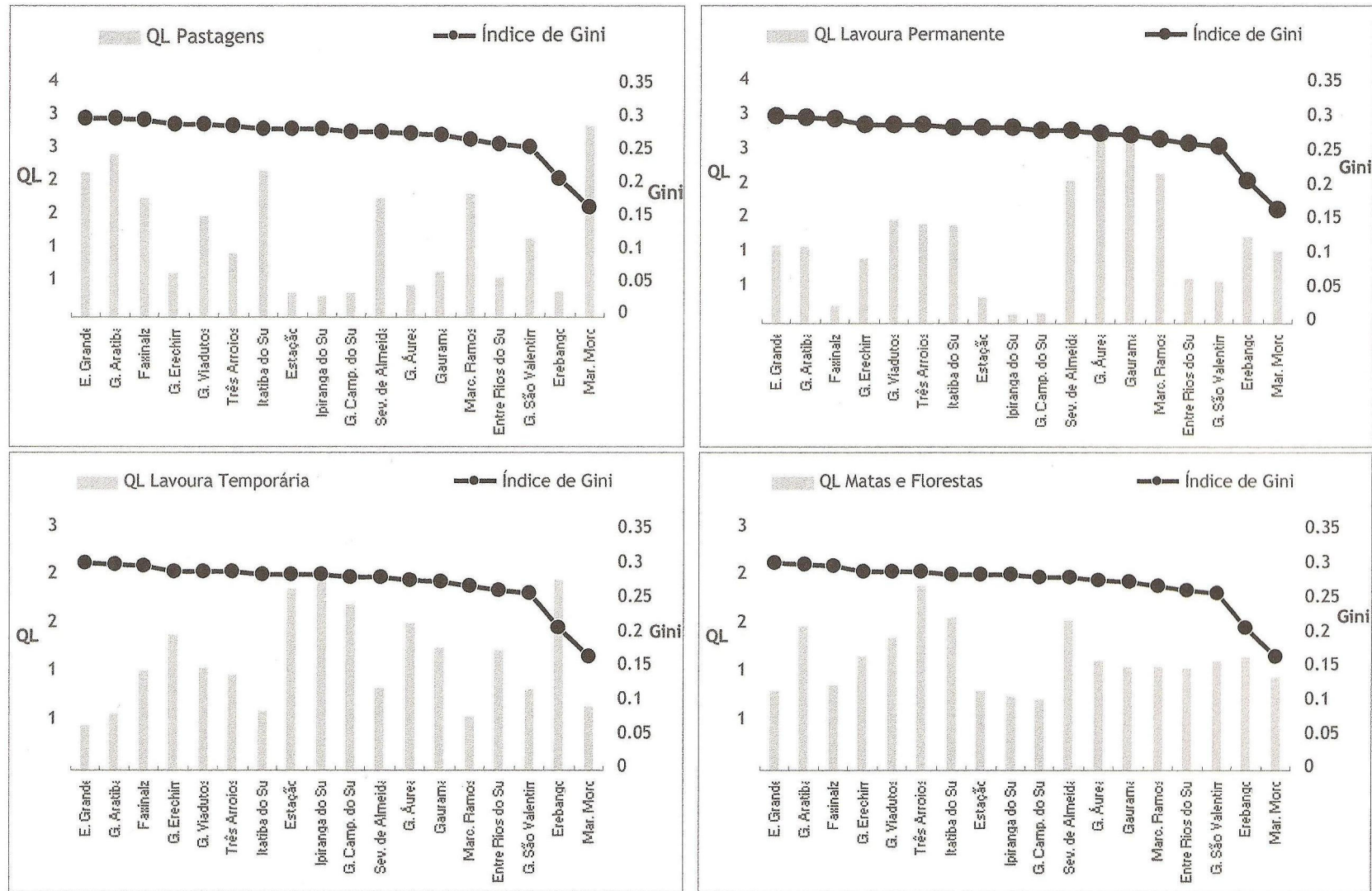
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Produção Agrícola Municipal: Área plantada 1990-2007.

ANEXO 02 – Área Plantada (ha) com as principais culturas da lavoura permanente

Área plantada (ha) das principais culturas da lavoura permanente	Entre Rios do Sul	Ereban-go	Erval Grande	Estação	Faxinal-zinho	Gaura -ma	Grande Aratiba	Grande Áurea	Grande Cam. do Sul	Grande Erechim	Grande São Valentim	Grande Viadutos	Ipiranga do Sul	Itatiba do Sul	Marcelino Ramos	Mariano Moro	Sev. de Almeida	Três Arroios	REGIÃO COREDE NORTE	
Cultura	Ano	Área Plantada (ha)																		
Erva-mate	1992	13,3	633,3	45,3	28,3	12,7	127,0	16,3	209,3	19,0	622,3	13,7	36,7	40,0	8,0	22,0	3,3	36,3	66,0	1.953,0
	1996	62,7	766,7	243,3	16,0	124,0	360,0	341,7	1387,3	36,7	1276,7	61,0	319,0	29,3	108,3	170,0	8,0	148,0	236,7	5.695,3
	2003	68,3	503,3	205,7	36,7	186,7	410,0	215,0	1280,0	36,7	1465,3	63,0	614,7	20,0	123,3	256,7	10,0	166,7	253,3	5.915,3
	2006	43,3	523,3	80,0	30,0	160,0	380,0	245,0	1076,7	26,0	1500,3	36,0	685,0	20,0	100,0	326,7	10,0	160,0	200,0	5.602,3
Laranja	1992	11,0	6,0	40,7	0,0	6,0	34,7	88,0	15,0	33,0	136,7	33,7	36,0	6,0	74,0	43,0	28,3	32,0	19,3	643,3
	1996	7,7	6,0	67,0	6,0	15,3	36,3	153,0	21,0	24,3	129,3	50,0	35,7	6,0	97,7	65,7	58,3	61,0	39,3	879,7
	2003	6,7	6,0	91,0	5,0	14,0	41,0	282,0	30,0	14,7	133,3	53,0	63,0	6,0	207,7	137,0	200,0	162,7	64,7	1.517,7
	2006	10,7	6,0	100,7	5,0	14,0	41,0	319,0	41,3	15,0	131,0	53,0	64,3	6,0	247,7	151,3	200,0	176,0	60,0	1.642,0
Pêssego	1992	3,0	3,0	6,3	6,0	2,7	11,3	18,0	11,7	12,3	50,3	8,0	20,0	2,0	8,0	5,7	3,7	3,7	9,3	185,0
	1996	2,0	6,0	5,0	6,0	4,0	25,7	17,3	19,0	28,0	95,7	8,0	19,0	7,3	5,3	7,3	3,0	7,3	8,0	274,0
	2003	3,7	5,0	4,0	6,0	4,0	23,0	26,0	17,0	8,7	82,3	7,3	17,0	6,7	4,0	10,0	5,7	9,3	12,3	252,0
	2006	3,0	5,0	4,0	3,3	4,0	23,0	26,0	17,0	5,0	64,7	5,0	17,0	4,0	4,0	10,0	5,0	8,0	7,3	215,3
Tangerina	1992	19,7	3,0	39,0	2,0	13,0	16,3	103,3	16,3	33,0	116,0	55,7	33,3	3,0	55,0	33,3	24,3	26,0	13,7	606,0
	1996	10,0	3,0	29,3	1,7	13,0	25,7	70,3	13,0	24,7	76,7	23,3	27,7	3,0	44,7	76,7	24,7	22,0	15,0	504,3
	2003	5,0	0,0	26,0	0,0	13,0	29,0	56,0	9,0	8,0	43,0	23,3	19,0	0,0	42,0	125,0	45,0	20,0	15,0	478,3
	2006	5,0	0,0	26,0	0,0	13,0	29,0	84,0	9,0	8,0	43,0	20,0	19,0	0,0	42,0	166,7	50,0	33,0	15,0	562,7
Uva	1992	10,0	20,0	11,0	5,0	10,0	30,0	98,0	30,0	80,0	437,0	68,0	84,0	20,0	18,0	64,0	25,0	67,0	14,0	1.091,0
	1996	10,0	20,0	6,7	5,0	5,3	21,3	85,3	14,7	58,7	331,0	48,7	41,3	16,7	7,3	28,7	13,7	42,0	24,0	780,3
	2003	10,0	12,0	10,0	2,0	3,0	27,3	101,0	21,3	44,7	348,3	56,3	27,7	5,0	12,0	23,3	9,0	40,7	32,7	786,3
	2006	11,3	16,0	10,7	3,3	4,3	29,3	117,7	26,0	52,0	378,7	65,7	34,7	5,0	16,0	26,0	10,0	45,3	34,0	886,0

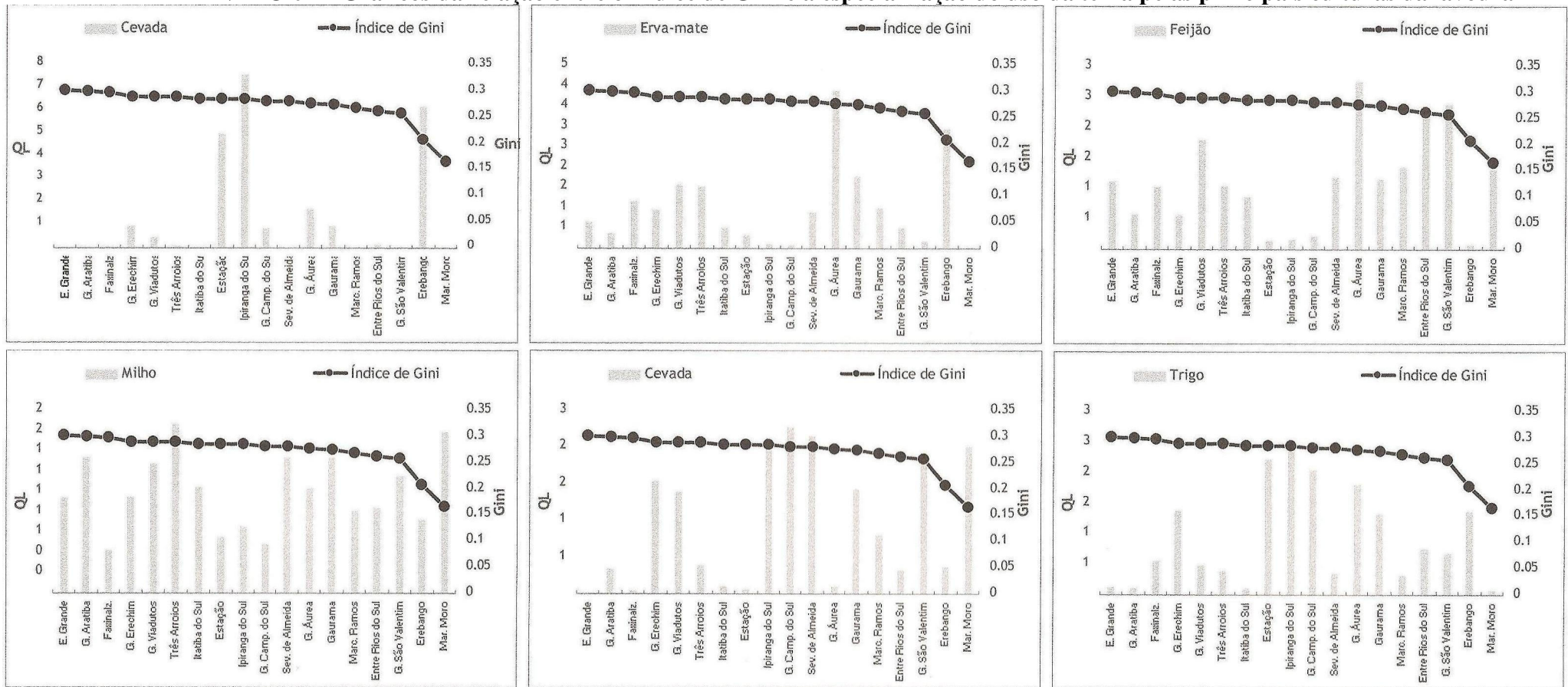
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Produção Agrícola Municipal: Área plantada 1990-2007.

ANEXO 03 – Gráficos da relação entre o Índice de Gini e a especialização dos usos da terra



Fonte: Elaborado pelo autor.

ANEXO 04 – Gráficos da relação entre o Índice de Gini e a especialização do uso da terra pelas principais culturas da lavoura



Fonte: Elaborado pelo autor.